



a sephallus

Volume IV - Número 8
maio a outubro de 2009

Revista do Núcleo Sephora
de Pesquisa sobre o Moderno
e o Contemporâneo / UFRJ

ISSN 1809 - 709 X

EDITORIAL.....	09
DA ÉTICA DO DESEJO À RESPONSABILIDADE PELO REAL FROM THE ETHICS OF DESIRE UP TO THE RESPONSIBILITY FOR REAL Tania Coelho dos Santos	
ARTIGO 1.....	13
CRIME, VIOLÊNCIA E RESPONSABILIDADE NA CLÍNICA PSICANALÍTICA CONTEMPORÂNEA CRIME, VIOLENCE AND RESPONSIBILITY IN CONTEMPORARY PSYCHOANALYTICAL CLINIC Maria José Gontijo Salum	
ARTIGO 2.....	36
PECAR HOJE E A CLÍNICA PSICANALÍTICA THE PSYCHOANALYTICAL CLINIC AND THE MEANING OF THE SIN IN OUR DAYS Sérgio Eduardo Cordeiro de Mattos	
ARTIGO 3.....	43
ÉTICA, LEI E RESPONSABILIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE ATENDIMENTO CLÍNICO AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI ETHICS, LAW AND RESPONSIBILITY: CONSIDERATIONS ABOUT CLINICAL CARE FOR ADOLESCENTS IN CONFLICT WITH THE LAW Christiane da Mota Zeitoune	
ARTIGO 4.....	61
A DIMENSÃO ÉTICA DA DIFERENÇA SEXUAL THE ETHIC DIMENSION OF SEXUAL DIFFERENCE Jamille Mascarenhas Lima	
ARTIGO 5.....	69
A ESCRITA ÍNTIMA NA PUBERDADE: A TESSITURA DE UM VÉU NO ENCONTRO COM O FEMININO INTIMATE FEMALE WRITING: AN UNVEILING PROCESS WITH THE ONSET OF PUBERTY. Nádia Laguárdia de Lima Ana Lydia Bezerra Santiago	
ARTIGO 6.....	88
LINGUISTERIA: POR DETRÁS DO QUE SE DIZ LINGUISTERIA: BEHIND OF WHAT IS SAID Evacyra Viana Peixoto	
ARTIGO 7.....	96
A PSICANÁLISE EM EXTENSÃO E SUA INTENSÃO THE PSYCHOANALYSIS IN EXTENSION AND ITS INTENSION Ednei Soares	
ARTIGO 8.....	100
FAMÍLIA E RESPONSABILIDADE FAMILY AND RESPONSABILITY Jorge Forbes	
TRADUÇÃO.....	107
CRIMINOLOGIA LACANIANA LACANIAN CRIMINOLOGY Serge Cottet	

ATUALIDADES.....	124
SUJEITO: SINTOMA DO EXISTIR SUBJECT: THE SYMPTOM OF EXISTENCE Maria Angela Mársico Maia	
RESENHA.....	130
O ENCONTRO DE MARIE DE LA TRINITÉ, UMA MÍSTICA CRISTÃ, COM JACQUES LACAN THE MEETING OF MARIE DE LA TRINITÉ, A CHRISTIAN MYSTIC, WITH JACQUES LACAN Ana Paula Corrêa Sartori	
INSTRUÇÕES AOS AUTORES.....	133
RELATÓRIO DE GESTÃO.....	142

aSEPHallus

Revista eletrônica do NÚCLEO SEPHORA
de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo
Volume IV, N. 8 – mai. a out./2009

EDITORA:**Tania Coelho dos Santos**

Coordenadora do Núcleo SEPHORA de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo

EDITORES ASSOCIADOS:**Serge Maurice Cottet**

Prof. Dr. Titular do Département de Psychanalyse da Universidade de Paris VIII (Paris/França)

Ana Lydia Bezerra Santiago

Profa. Dra. Adjunta do Mestrado em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG (Belo Horizonte/MG)

Adriana Rubistein

Professora da Faculdade de Psicologia da Universidade de Buenos Aires (Buenos Aires/Argentina)

CONSELHO EDITORIAL:**Alberto Murta**

Prof. Dr. Adjunto da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo/UFES (Vitória/ES)

Ana Beatriz Freire

Profa Dra. do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Geral e Experimental da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro/RJ)

Angélica Rachid Bastos Grinberg

Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Geral e Experimental da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro/RJ)

Daniela Sheinckman Chatelard

Profa. Dra. Adjunta da Pós-graduação em Psicologia, da Faculdade de Psicologia, da Universidade de Brasília/UNB (Brasília/Distrito Federal)

Fernanda Costa Moura

Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Geral e Experimental da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro/RJ)

Hebe Tizio

Profa. Dra. da Faculdade de Educação, da Universidade de Barcelona (Barcelona/Espanha)

Heloísa Caldas

Profa. Dra. do Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Clínica, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ (Rio de Janeiro/RJ)

Ilka Franco Ferrari

Profa. Dra. do Mestrado em Psicologia, da Faculdade de Psicologia, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC-MG (Belo Horizonte/MG)

Jésus Santiago

Prof. Dr. Adjunto do Mestrado em Filosofia e Psicanálise, da Faculdade de Psicologia, da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG (Belo Horizonte/MG)

José Luis Gaglianone

Profissional autônomo
Doutor pelo Département de Psychanalyse, da Universidade de Paris VIII (Paris/França)

Leny Magalhães Mrech

Livre-docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade de São Paulo/USP (São Paulo/São Paulo)

Marcela Cruz de Castro Decourt

Profissional autônomo
Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro/RJ)

Márcia Maria Rosa Vieira

Coordenadora da Especialização em Psicologia da Faculdade de Psicologia, do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais/UNILESTE (Belo Horizonte/MG)

Márcia Mello de Lima

Profa. Dra. Adjunta do Programa de Pós-graduação em Pesquisa e Clínica em Psicanálise, do Instituto de Psicologia, do Departamento de Psicologia Clínica, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ (Rio de Janeiro/RJ)

Marcus André Vieira

Prof. Dr. Adjunto do Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica, da Faculdade de Psicologia, do Departamento de Psicologia Clínica, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC-RJ (Rio de Janeiro/RJ)

Maria Angélica Teixeira

Profa. Dra. do Curso de Especialização em Teoria Psicanalítica, da Faculdade de Psicologia, da Universidade Federal da Bahia/UFBA (Salvador/BA)

Maria Cristina da Cunha Antunes

Profa. Dra. da Faculdade de Psicologia da Universidade Estácio de Sá/UNESA (Rio de Janeiro/RJ)

Marie-Hélène Brousse

Profa. Dra. Maître de conférence, do Département de Psychanalyse da Universidade de Paris VIII (Paris/França)

Ram Avraham Mandil

Prof. do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG (Belo Horizonte/MG)

Rosa Guedes Lopes

Profa. Dra. da Faculdade de Psicologia da Universidade Estácio de Sá/UNESA (Rio de Janeiro/RJ).

Sérgio Chagas de Laia

Prof. Dr. Titular da Faculdade de Ciências Humanas, da Fundação Mineira de Educação e Cultura/FUMEC (Belo Horizonte/MG)

Sílvia Elena Tendlarz

Doutora pelo Département de Psychanalyse, da Universidade de Paris VIII (Paris/França)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Ana Paula Sartori
Ana Lydia Bezerra Santiago

COMISSÃO EXECUTIVA

Fabiana Mendes
Marcela Cruz de Castro Decourt
Rosa Guedes Lopes

EQUIPE DE TRADUÇÃO

Catarina Coelho dos Santos
Ana Paula C. Sartori

REVISÃO TÉCNICA
Tania Coelho dos Santos

REVISÃO FINAL
Rosa Guedes Lopes
Fabiana Mendes

PROJETO GRÁFICO
Vianapole Design e Comunicação Ltda.

FICHA CATALOGRÁFICA:

aSEPHallus / Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica. Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. - VOLUME IV, n. 8, (mai. a out. 2009). - Rio de Janeiro : Ed. Sephora, 2005- .

Semestral.

Modo de acesso:

http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero_08/index.htm

ISSN 1809-709X

1. Psicanálise – Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica. Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo.

CDD 150.195

LINHA EDITORIAL

A revista aSEPHALLUS é uma publicação temática, semestral, de trabalhos originais nacionais ou estrangeiros que se enquadrem em alguma das seguintes categorias: relatos de pesquisa em psicanálise pura e aplicada, ensaios sobre a formação do psicanalista e do pesquisador em psicanálise, relatos de casos clínicos aprovados pelo comitê de ética da

instituição de origem do pesquisador, resenhas e textos relativos a atualidade na área de teoria, clínica e política da psicanálise de orientação lacaniana.

PERIÓDICO INDEXADO NA BASE DE DADOS:

- QUALIS (Nacional B3) – www.periodicos.capes.gov.br
- INDEX-PSI - www.bvs-psi.org.br
- LILACS/BIREME – Literatura Latino-Americana e do Caribe das Ciências da Saúde, da Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) e da Organização Mundial da Saúde - www.bvs.br

Esta revista é divulgada por meio eletrônico para todas as bibliotecas da Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia – ReBAP: <http://www.bvs-psi.org.br/rebap/telas/bibliotecas.htm>

Publicação financiada com recursos do GRANT/CNPq.

HOMEPAGE: <http://www.nucleosephora.com/asephallus>

NOMINATA:

O Conselho Editorial da REVISTA *a*SEPHallus agradece a contribuição dos seguintes professores doutores na qualidade de pareceristas:

Alberto Murta - UFES
Anderson de Souza Sant' Anna - FUNDAÇÃO JOÃO CABRAL-MG
Antônio Márcio Ribeiro Teixeira – UFMG
Fernanda Costa Moura - UFRJ
Fernanda Otoni de Barros - UFMG
Glacy Gorski - UFPB
Heloísa Caldas - UERJ
Ilka Franco Ferrari – PUC-MG
José Luís Gaglianone - PARIS VIII (França)
Leny Magalhães Mrech -USP
Lúcia Grossi dos Santos – FUMEC-MG
Márcia Maria Vieira Rosa – CEFEM-MG
Marcus André Vieira – PUC-RJ
Maria Cecília Galletti Ferretti - USP
Ram Avhram Mandil - Letras/UFMG
Serge Maurice Cottet - PARIS VIII (França)
Sérgio Chagas de Laia – FUMEC-UFMG

DA ÉTICA DO DESEJO À RESPONSABILIDADE SOBRE O GOZO**FROM THE ETHICS OF DESIRE UP TO RESPONSABILITY UPON THE REAL**

Tania Coelho dos Santos

Se a psicanálise fosse somente uma ética do desejo essa prática se reduziria a nos habituar à insatisfação, conformando-nos ao fato de que o gozo seria impossível. Para recordar as palavras de Freud, ao final da análise chegaríamos a nos contentar em “trocar a miséria neurótica pela infelicidade comum”. Na contemporaneidade, tendo em vista os impasses crescentes do sujeito na civilização de que a violência é a maior testemunha, a prática da psicanálise precisa formular uma resposta à altura da exigência de gozo que habita o ser falante. Uma ética do desejo veio responder ao recalque e ao sentimento de culpa – formas modernas do mal-estar na civilização – que nasciam das restrições morais ao usufruto da sexualidade. A liberação da sexualidade e o afrouxamento das obrigações sociais traduziram-se no crescimento do isolamento individualista e no incremento da indiferença, da intolerância, da segregação e da violência entre os indivíduos. Não se sofre mais em consequência do sentimento de culpa. O ato do analista deve incidir sobre o ponto mais íntimo do sujeito, o pudor, na expectativa de despertar a responsabilidade pelo gozo.

Este novo número de *asephallus* é dedicado ao tema da responsabilidade pelo real em jogo no inconsciente. Três temas se destacam: o real da pulsão, o ato infracional e o ato analítico e a responsabilidade.

Em sua conferência sobre Família e responsabilidade, proferida no Congresso Brasileiro de Direito da Família, este ano em Belo Horizonte, Jorge Forbes retoma o tema dos laços sociais horizontalizados na contemporaneidade. As contribuições da psicanálise ao estudo da família que ainda estão sendo utilizadas por médicos, pedagogos e juristas envelheceram. Elas datam de um mundo que está deixando de existir, foram muito úteis, se nos basearmos na popularidade alcançada, mas são fracas para as questões fundamentais da família atual, a do início do século XXI.

A família de hoje se diferencia em um aspecto fundamental da família de ontem: ela é fruto de uma era onde o laço social é horizontal, enquanto, na anterior, era vertical. Argumenta que é necessário atualizar nossa perspectiva sobre a estrutura da família. Só assim seria possível uma interpretação legítima dos novos sintomas sociais.

Também Serge Cottet propõe-se a atualizar o texto de Lacan “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia”, escrito em 1950. No cruzamento da clínica e da política, o crime questiona uma realidade social que tem, na época, o papel que será atribuído mais tarde ao Outro simbólico. Uma realidade que prima sobre a psicologia do criminoso; razão a mais para sublinhar a homologia entre a formulação daquela época e a implicação da psicanálise na cidade atualmente. O texto nos orienta, não somente sobre uma clínica do ato criminoso, mas ele põe à prova, ao

mesmo tempo, a necessidade de introduzir na psicanálise o conceito de responsabilidade.

Maria José Gontijo toma como referência esta releitura do texto de Lacan, extraíndo dela seus efeitos de atualização da perspectiva lacaniana. Ensaia em seguida uma nova compreensão do cenário da violência contemporânea no Brasil. Servindo-se da distinção entre os conceitos de passagem ao ato e *acting-out*, demonstra que se pode fazer uma clínica do ato criminoso. Embora tenha abordado com essas ferramentas a diferença entre o crime na neurose e na psicose, pretendeu destacar a dimensão do ato criminoso na perspectiva dos novos sintomas.

Christiane Zeitoune traz os resultados preliminares de sua pesquisa de doutorado sobre o atendimento de adolescentes que cumprem medida sócio-educativa. Interroga a possibilidade de responsabilizar o sujeito, com recurso ao discurso psicanalítico, nesse campo onde predomina o discurso jurídico, correccional e repressivo. Esses jovens, submetidos às contingências da pobreza e à fragilidade dos laços familiares, respondem aos impasses da sexualidade – a identificação ao ideal do eu e a escolha de objeto – passando ao ato infrator. Seu trabalho permite verificar as conseqüências dos impasses do sujeito diante da diferença sexual na determinação do ato infracional.

Oportunamente, Jamille Mascarenhas desenvolve um comentário acerca das conseqüências éticas da prevalência fálica na sexualidade infantil. A evidência da dessimetria entre os sexos, no que diz respeito ao complexo de Édipo e à castração, aponta para a impossibilidade da relação sexual. Na ausência das ferramentas da lingüística, das quais Lacan se utilizou para dar conta dessa diferença, Freud se detém na relação imaginária entre ter ou não ter o pênis. Lacan retoma a análise do falo a partir da articulação significante e, posteriormente, examina a castração pela vertente da angústia. Nessa perspectiva, o falo é alçado à condição de significante da falta e se presentifica na relação entre os sexos a partir da sua negativização, ou seja, como $(-\phi)$. Essa mudança de perspectiva conduz Lacan a diferenciar o modo masculino e feminino de se posicionar na partilha sexual.

Por essa mesma razão, como elabora Evacyra Viana Peixoto, Lacan será levado a redefinir o campo da psicanálise mais além da lingüística, como o da linguística. O inconsciente não é apenas estruturado como uma linguagem pois é entremeado pelas afetações do ser falante. Isso fala e não sabe o que diz. Para isso, Lacan lança mão dos anagramas de Saussure, mostrando que para o falante a fala serve para gozar e não apenas para significar. Abordar o inconsciente como uma linguística nos permite aproximar o discurso do falante do sintoma conversivo histérico pois, nesse caso, a dimensão do gozo do corpo prevalece sobre a dimensão do sentido.

Maria Ângela Maia examina o tema da virtualização dos corpos na contemporaneidade que pretende colmar a diferença que é por onde o sujeito pode apreender o real. Qualquer tentativa de homogeneização das formas singulares de gozo dos sujeitos provoca a própria dissolução da dimensão de sujeito. Os apelos lançados à ciência quanto à promoção de um saber que tampone essa falta estrutural de gozo visam, portanto, a anulação desse aspecto trágico que encerra o destino do homem: a castração. Se eternamente a ciência produz seus objetos, cabe ao homem

valer-se desses objetos e usá-los como propulsores para suas produções desejantes, abstando-se de usá-los como objetos de gozo — do pleno.

Nádia La Guardia e Ana Lydia Santiago assinam em co-autoria um artigo que avança uma reflexão sobre a função da escrita para a menina no despertar da puberdade. A puberdade, para a psicanálise, é um tempo lógico no qual o sujeito é convocado a realizar um trabalho psíquico. No confronto com o real do sexo, ressurgem as perguntas sobre o ser, sobre o sexo, sobre o próprio desejo e o desejo do Outro, inauguradas na infância e silenciadas na latência. A passagem do corpo de menina ao corpo de mulher leva ao surgimento da questão: o que quer uma mulher? Na ausência de um significante feminino, a adolescente constrói um semblante, velando a falta fálica. A escrita, para a adolescente, pode apresentar-se nesse momento como alguma coisa que visa à construção de um véu, como um semblante, que recobre o vazio. Esse trabalho de tessitura é ilustrado através do diário de uma adolescente.

Ednei Soares retoma os princípios e elementos conceituais de Lacan que circunscrevem a presença da psicanálise no mundo, sobretudo na "Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola". Distinguindo a psicanálise aplicada à terapêutica da psicanálise pura, formaliza esse dois campos, respectivamente, como da psicanálise em extensão e o da psicanálise em intensão. Examina as condições da prática da psicanálise para abranger o real incurável do sintoma na formação do praticante. Esclarece que a psicanálise em intensão é o guia para sua aplicação na prática em extensão. Refere-se ao texto freudiano, "Explicações, aplicações e orientações", ressaltando o rigor e a autenticidade da psicanálise no laço social. A extensão da psicanálise como experiência original orienta-se pela experiência analítica em intensão. Somente essa última está à altura de responder, graças à sua ética, aos imperativos da atualidade, introduzindo no mundo uma dimensão da responsabilidade que não é apenas jurídica mas diz respeito ao real da pulsão.

Sérgio Mattos articula a responsabilidade pelo Real à formas atuais de uma antiga noção: o pecado. A antiguidade vivia sob o signo da fatalidade e da necessidade. Os personagens de Prometeu e Sísifo são figuras exemplares desta situação humana pensada de maneira hiper determinista. Entretanto, na Bíblia, a conhecida narrativa sobre o jardim do Éden e a "desobediência" do primeiro casal, o mal está parcialmente desfatalizado porque é historicizado e o ser humano é apresentado como responsável por certo número de males relacionais e disfunções históricas. Responsabilidade que é limitada. A nossa limitação é representada pelo mal que surge como irrupção imprevista, vinda de fora, como um excesso. O pecado após séculos de transformações - guerras, ciência, mercado - deixou de ser um problema de tribunal graças a uma "pesada superculpabilização" do ocidente. A gula, a luxúria, a avareza, a vaidade e a ira quase perderam o prestígio de vilões numa civilização devotada ao gozo e ao consumo. A soberba, considerada o pior dos pecados - pretender ser Deus -, deu lugar à tentação de não querer ser nada: indiferença negligente. Covardia moral por não tomar para si a responsabilidade possível. Sérgio conclui que existe uma clínica do "espírito da nossa época", a depressão, que desponta como a falta moral por excelência. Recorda que João Paulo II anunciou que o

primeiro dos desafios para o começo do novo milênio seria um combate à indiferença.

Ana Paula Sartori, oportunamente, resenha o primeiro volume dos *Carnets* de Marie de la Trinité, destacando a relação analítica de Jacques Lacan com essa mística, o que nos oferece um excelente exemplo da incidência da psicanálise no campo da responsabilidade religiosa.

CRIME, VIOLÊNCIA E RESPONSABILIDADE NA CLÍNICA PSICANALÍTICA CONTEMPORÂNEA¹

CRIME, VIOLENCE AND RESPONSIBILITY IN CONTEMPORARY PSYCHOANALYTICAL CLINIC

Maria José Gontijo Salum

Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professora adjunta da PUC Minas

Membro da Escola Brasileira de Psicanálise e da Associação Mundial de Psicanálise

Diretora de Ensino do Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas

Gerais

mgontijo.bhe@terra.com.br

Resumo

Partindo do texto de Lacan "Contribuições teóricas às funções da psicanálise em criminologia" e tomando como referência a releitura do mesmo feita por Serge Cottet, no artigo intitulado "Criminologie lacanienne", este texto pretende atualizar a contribuição da psicanálise à criminologia, considerando o cenário da violência contemporânea no Brasil. Para isso, recorre aos conceitos lacanianos de passagem ao ato e *acting-out* para propor uma clínica do ato criminoso. O crime foi considerado na neurose e na psicose, mas o que se pretendeu destacar foi dimensão do ato criminoso na perspectiva dos novos sintomas.

Palavras-chave: crime, passagem ao ato, *acting-out*, delinquência, novos sintomas

Abstract

Based on the text by Lacan "Theoretical introduction to the functions of psychoanalysis in criminology", and the study of this work by Serge Cottet, in the paper named "Criminologie Lacanienne", the present research intends to update psychoanalysis's contribution to criminology by analyzing the contemporary violence scenario in Brazil. For that matter, we look into the concepts by Lacan of passage to the act and acting-out, in order to propose a clinic of the criminal action. The crime was considered in neurosis and in psychosis, but what was aimed to be pointed was the dimension of the criminal act in the perspective of the new symptoms.

Key-words: crime, passage to the act, acting-out, delinquency, new symptoms

Lacan escreveu o texto sobre criminologia numa época de seu ensino em que ele considerava a instância simbólica como prevalente. Atualmente, podemos extrair outras considerações teóricas e orientações clínicas desse texto, quer dizer, levar em consideração um cenário com semelhanças, mas

também com grandes diferenças dos anos 1950. Jacques-Alain Miller, comentando este texto lacaniano na lição n. 9 de 2 de fevereiro de seu Seminário de Orientação Lacaniana do ano de 2005, intitulado *Pièces détachées* (Miller, 2005), ressalta sua atualidade e afirma que se trata do texto lacaniano mais próximo do artigo de Freud sobre o mal-estar na civilização.

Serge Cottet (2008), em recente publicação na Revista *Mental* n. 21, intitulada "Criminologie lacanienne", fez uma releitura desse texto de Lacan e afirma que, apesar de ser canônico, é preciso atualizá-lo. Portanto, a proposta deste artigo é atualizar o texto lacaniano sobre criminologia, considerando o cenário da violência no Brasil no século XXI. Inicialmente, recorreremos às contribuições de Cottet (2008) no artigo citado neste parágrafo.

De acordo com Cottet, Lacan estava priorizando os sintomas sociais e isso equivalia a estabelecer um ponto de cruzamento entre a clínica e a política. Para a orientação lacaniana da psicanálise, esse é um problema bastante atual em nossos dias que o psicanalista deve levar em conta. Ele considera que Lacan privilegiava, assim como grande parte dos psicanalistas daquela época, as manifestações de delinquência advindas com o pós-guerra. A grande preocupação dos psicanalistas era como intervir nos casos de delinquência² juvenil, advindos da situação de desamparo provocada pelas catástrofes decorrentes das guerras.

Seguindo o artigo de Cottet, a pergunta subjacente ao texto poderia ser formulada da seguinte forma: como sustentar a responsabilidade do sujeito num contexto de sintomas sociais? Por isso, ele afirma que Lacan procurou, a partir do conceito de responsabilidade, dar um estatuto menos contingente à noção de sujeito em psicanálise. A essa pergunta, acrescentamos a seguinte: como sustentar a responsabilidade na época do Outro que não existe, numa época que preconiza a satisfação sem restrições?

O sujeito em psicanálise é, antes de tudo, uma posição. Posição que deve ser sustentada em quaisquer condições e contextos, mesmo as que dizem respeito a um quadro de determinação social. A noção de sujeito em psicanálise implica que, apesar de ser um efeito contingencial, essa posição é da ordem do necessário, pois ela é sempre a de uma resposta, como reafirmou Lacan em seu texto "A ciência e a verdade" (1965-66). Por isso, diferente do direito penal, para o qual a responsabilidade é a possibilidade de imputação de uma pena, para a psicanálise, a responsabilidade é uma posição subjetiva.

Para abordar as determinações sociais, Lacan retomou as considerações de sua tese de 1932, conhecida como o caso Aimée (Lacan, 1932), e o texto de 1938 "Os Complexos familiares na formação do indivíduo" (1938), como observou Cottet em seu artigo citado acima. Lacan havia problematizado que as condições sociais do edipianismo levariam a um desregramento do supereu, o qual reflete o complexo familiar. Ele é fruto da ordem simbólica, mas, ao mesmo tempo, está em discordância com esse registro. Ele também veicula uma lei insensata que a norma edipiana não pode regular. Portanto, o supereu manifesta a tensão entre o sujeito e a lei social transmitida pelo Édipo. O declínio da imago paterna e a decomposição da família tornariam esta instância mais feroz, porque menos sujeita à

transmissão, pelo edipianismo, da lei que veicularia o ideal social, teses sustentadas por Lacan nos "Complexos familiares" (1938).

De acordo com Cottet, Lacan fez referências aos trabalhos de Aichhorn com jovens delinquentes, para sustentar que a instância superegóica empurraria o sujeito para o crime e a transgressão. Ele, também, concordaria com Kate Friedländer para quem esses efeitos seriam produzidos pela posição associal do grupo familiar. Nesses casos, a família transmitiria uma modalidade de identificação que determina o caráter neurótico, a causa da delinquência entre os jovens.

Cottet afirma que a instância do "supereu" seria uma forma de condensação do geral no particular. Isto é, ela condensaria, numa significação subjetiva, o que é transmitido socialmente. Portanto, não seria possível considerar a criminalidade dos jovens daquela época sem conceber seus atos como consequência da particularidade do contexto familiar na instauração da instância superegóica. Assim considerados, esses atos podem ser vistos como uma forma de sintoma – eles veiculariam uma falha no campo do Outro familiar.

Cottet lembra que Lévi-Strauss havia comentado o artigo lacaniano sobre a família, em seu prefácio da obra de Marcel Mauss (Lévi-Strauss, 2008). Neste comentário ele afirma que nenhuma sociedade é integral e completamente simbólica, pois, embora haja a exigência de que todos os membros de uma sociedade se integrem da mesma maneira, nenhuma oferece para todos eles, e nas mesmas condições, os meios de utilizar plenamente os recursos da estrutura simbólica. Em nossa sociedade, da mesma forma que há a exigência de integração forçando a colaboração social, existe um ideal individualista que põe em contradição dois ideais: o social e o individual. Portanto, Lacan vai considerar que as manifestações mais degradadas do "supereu" são decorrentes das tensões agressivas promovidas pela exigência de integração social, em desacordo com o indivíduo.

A tendência à agressividade surge no contexto dos complexos familiares, na articulação do indivíduo com seus semelhantes – seus familiares e o meio social – e, em determinadas situações, essa tensão agressiva é manifestada pela instância superegóica. Por isso, Lacan falou de crimes do supereu, considerando que essa instância empurra para o crime, lembra Cottet. Esses crimes estariam em consonância àqueles cometidos em consequência de um sentimento de culpa, que Freud já havia trabalhado.

No encontro com o Outro, culpa e autopunição.

Relacionando estas duas concepções, a de Freud e a de Lacan, podemos considerar que se trata de atos cometidos a partir do impasse entre a lei, o gozo e o Outro. A lei que causa o desejo provém do Outro. Consentir com ela indica a instauração de um sujeito do inconsciente. A exigência de gozo que empurra ao ato criminoso diz da falha da lei em passar o gozo para o inconsciente, isto é, em operar com a satisfação por meio do recalçamento. O ato criminoso empurra para uma satisfação direta, que não entrou nos circuitos do desejo, da simbolização e da castração como falta.

A lógica de Freud, seguida por Lacan, quer dizer que pela atuação seria encontrada uma lei no real que faria a função de barrar o gozo. Em outros termos, os chamados crimes do supereu, ou em decorrência da culpa, seriam realizados para chamar no real da lei jurídica o que falhou na simbolização da lei edipiana. Por isso, Lacan não diferencia esses crimes quanto à estrutura psíquica de quem os comete. Eles podem ser realizados por neuróticos e psicóticos. Contudo, mesmo que decorrentes de uma causa que parece ser semelhante, a justiça os avalia de forma diferente.

Os crimes cometidos pelos neuróticos serão responsabilizados penalmente, os cometidos pelos psicóticos serão considerados inimputáveis. De acordo com Cottet, Lacan, nos anos 1950, estava propondo uma nova clínica. Nesta, seria preciso verificar a presença ou ausência do determinismo autopunitivo. Caso este determinismo fosse encontrado, melhor seria aplicar uma sanção penal, mesmo para os casos de psicoses.

Para Cottet, na relação com o ato criminoso, a psicanálise teria o papel de demonstrar o caráter simbólico do crime que, na época, queria dizer o reconhecimento pelo sujeito da estrutura edipiana de seu ato. O sujeito seria humanizado e seu ato reinscrito no universal edipiano, mesmo se ele desse uma interpretação privada do Édipo, como nas psicoses. A interpretação do ato pela psicanálise ressaltaria as tensões, a função criminógena da sociedade, como Lacan escrevera no artigo "A agressividade em Psicanálise" (Lacan, 1948), lembra Cottet.

Nas questões referentes à responsabilidade penal, Cottet também recorda que Lacan tomou partido de Gabriel Tarde. Este jurista, procurou separar a determinação de responsabilidade da noção de livre-arbítrio. Segundo suas concepções, a responsabilidade deveria ser avaliada a partir da identidade pessoal e da similitude social. Lacan segue as posições de Tarde, ele concorda que a responsabilidade não pode ser medida em função da liberdade, isto é, verificar se a pessoa ao praticar o ato, o quis livremente, ou se ela era alienada mental, como se dizia na época. Contudo, Lacan vai questionar em Tarde a noção de identidade pessoal, pois para a psicanálise, a implicação do inconsciente divide o sujeito de sua identidade. No empuxo ao ato, a psicanálise vai perguntar que força desencadeou o ato e quem o realizou.

Ao contrário da psiquiatria, a psicanálise lacaniana não considera o ato um absoluto nele mesmo. Cottet observa que é diferente um ato desencadeado por ideal justiceiro num delírio, ou por uma impulsividade como nos crimes imotivados.

Podemos considerar que nos crimes por sentimento de culpa, presentes na neurose, e nos delírios de autopunição, nas psicoses, o sujeito encontra-se às voltas com o Outro. Obviamente, um Outro distinto e que assume formas distintas, já que se trata de diferentes estruturas. Nesses casos, o problema é transposto para uma querela com outrem e, nessa, o sujeito sai perdedor. Por isso, uma sanção seria indicada para eles, segundo Lacan, pois, nesses crimes haveria a presença de um Outro a quem o sujeito se dirige.

A causa do crime

O ato criminoso, como qualquer ato, tem uma causa – a força que o desencadeou. Essa força parte de uma convicção que, certamente, não provém das mesmas instâncias nem produz as mesmas conseqüências. Como já foi abordado, no texto sobre criminologia, Lacan tratou dos crimes do supereu, em consonância com os trabalhos dos psicanalistas de sua época que estavam interessados nos atos infracionais cometidos pelos jovens. Ele considerou os crimes do supereu também na perspectiva da psicose, ao fazer referência à paranóia de autopunição. Mas, ele também tratou dos crimes do eu e do isso.

Jacques-Alain Miller, na lição já citada do Seminário *Pièces détachées* (Miller, 2005), vai se referir às diferentes modalidades de crimes desencadeadas pelos três registros. Os crimes do imaginário, ou do eu, seriam aqueles provenientes da agressividade presente no estádio do espelho; os crimes do simbólico seriam demonstrados nos assassinatos de presidentes e monarcas; nestes, também podemos considerar nos crimes em decorrência do supereu, que apresentam um ponto de discordância entre a lei e o ideal. E, por último, os crimes do real, que poderíamos considerar os crimes do isso, ou do gozo, que ele diz se tratar de um misto dos crimes do imaginário e do simbólico. Para exemplificar esse último tipo, ele fez referência aos assassinatos em série, cada vez mais comuns nos nossos dias; todavia, ele vai tomar os crimes nazistas como o apogeu dos crimes do real.

O conceito de passagem ao ato orientou Lacan na teorização do ato criminoso. Inicialmente, ele trabalhou esse conceito na perspectiva da psicose no caso Aimée, a partir da noção de autopunição. Nesse caso, houve um apaziguamento do delírio após a prisão. Posteriormente, Lacan trabalhou a passagem no ato na paranóia, tomando-a como uma defesa diante da onipotência do Outro. A perseguição no delírio paranóico justificaria o ato. Nessas duas perspectivas, o sujeito, após o ato, responderia reconhecendo, de alguma forma, a incidência da lei. Por isso, Lacan afirma que uma sanção seria indicada para esses casos. Em sua tese, ilustrando com Aimée, ele justificou seu argumento ao afirmar que após a prisão, o delírio cessou. Nos crimes em decorrência de um delírio de perseguição paranóico, o sujeito se posiciona por meio do argumento de que agiu em legítima defesa, por exemplo, e, dessa posição, responde à lei. Lacan sustenta que a partir do castigo, o sujeito poderia advir responsável porque a responsabilidade penal humanizaria o ato – através da punição o ato poderia ser inscrito no universal da castração.

Nos crimes decorrentes do Édipo, em conseqüência de um sentimento de culpa, assim como nos crimes em função de um delírio de perseguição ou de autopunição, a ação do psicanalista poderia verificar a presença ou ausência de um determinismo autopunitivo, seja na psicose, ou na neurose. A presença desse determinismo deveria servir de base para o estabelecimento da responsabilidade penal e do acompanhamento da responsabilização. Nesses casos, a prisão seria preferível à decretação de irresponsabilidade, ou de um tratamento, pura e simplesmente, como sonhavam alguns dos psicanalistas pós-freudianos que trabalhamos no capítulo anterior.

A partir da responsabilidade penal poderia se promover a assunção subjetiva da falta e, então, a responsabilidade, no sentido psicanalítico. Responsabilidade, para a psicanálise, é a resposta de um sujeito frente ao real. No caso do crime, a resposta seria a articulação de um ato à sua subjetividade, já que o ato é sem sujeito.

Visando a responsabilidade, Cottet (2008) lembra que o praticante da psicanálise poderia ajudar no despertar do sujeito daquilo que o condena. Sabemos que não se trata da sentença do juiz, mas do universo mórbido da falta – expressão de Hesnard (1949). A intervenção da justiça poderia ser um chamado a essa condenação, que é de todos, pois diz respeito ao universal da castração. Contudo, caso a caso, é preciso verificar se o sujeito pode responder ou não e de que formas.

Portanto, trabalhando na interface com o direito penal, a psicanálise trataria de acompanhar a possibilidade de que o sujeito possa promover a assunção de sua responsabilidade. Por isso, para a psicanálise, a responsabilidade é universal. A responsabilidade é o chamado para que o sujeito possa responder, frente aos seus semelhantes, pelo ato que praticou.

Mesmo tentando atualizar a prática da psicanálise, a partir de Lacan, estamos mantendo a dimensão de castigo, que foi ressaltada por ele, devido a seu aspecto de constrangimento feito àquele que praticou o ato criminoso. Trata-se da função de um chamado ao sujeito para responder por sua posição. E, em nossa experiência, vemos que esse chamado pode se dar de várias formas – pela prisão, pelas penas alternativas, por medidas sócio-educativas, no caso dos adolescentes, ou do acompanhamento por meio de uma medida de segurança, nos casos de psicoses.

A responsabilidade, concebida como a resposta de um sujeito, é o que visa a psicanálise. Ela pode acontecer, a partir da entrada do Outro da lei, preservando o semblante do direito penal que diz que a justiça se faz porque há uma distinção fundamental: há coisas que são permitidas porque existem algumas proibições. Nesse sentido, estamos considerando a dimensão simbólica da lei que instaura uma diferença. Porém, outras modalidades de passagens ao ato acontecem nas psicoses e, nestas, devemos fazer uma ressalva quanto à responsabilização penal.

Lacan também considera a passagem ao ato realizada a partir da cristalização hostil. Essa modalidade foi discutida por ele no caso conhecido como o das irmãs Papin (Lacan, 1933). As irmãs Lea e Cristine realizaram a passagem ao ato no encontro com o semelhante tal como formulado no texto lacaniano sobre o estádio do espelho - cada uma atacou seu duplo, a patroa delas e sua filha.

Uma outra referência de passagem ao ato foi retirada dos chamados crimes imotivados, como Paul Guiraud (1994) os nomeou. Os crimes desse tipo visariam à extração de *kakon*, o mal interior. Em termos lacanianos, esses atos criminosos realizariam a extração do objeto sendo, portanto, considerados crimes pulsionais, pois visam a liberação de um mal interior.

Para essas modalidades de crime – cristalização hostil e crimes *kakon* - a sanção não seria adequada. Ao contrário, seriam os crimes para os quais a inimputabilidade penal estaria indicada e formas de tratamento poderiam ser realizadas por meio de um acompanhamento com um psicanalista, além de outros profissionais.

Serge Cottet (2008) afirma que Lacan parece destacar a categoria dos crimes do eu nos anos 50 porque esses crimes fazem prevalecer a identificação imaginária em detrimento da social, um problema que ele estava desenvolvendo nessa época. Somente depois, ele teria se ocupado da noção de assassinatos imotivados.

Dando sequência à atualização da leitura do texto lacaniano, Serge Cottet vai afirmar que a frequência desses crimes imotivados tem aumentado. Segundo ele, podemos ver indicações desse aumento nos assassinatos em massa, cada dia mais comum. Eles podem ser considerados como crimes imotivados, não somente porque são imprevisíveis, mas também porque o único sentido a lhes dar é o gozo da destruição. Esses crimes são também nomeados crimes de gozo, ou crimes do real, tal como Miller nomeou os crimes nazistas. Ainda de acordo com Cottet, o assassinato em massa visa atingir a humanidade e parece vislumbrar que existe um programa de liquidação que visa a raça humana.

Cottet afirma que, dentre os crimes em série, os sexuais têm se demonstrado os mais atroz e sua gratuidade mobiliza a vingança pública. Nesses casos, tanto os peritos, quanto o público não querem considerar a incidência de uma psicose. Esses criminosos são apresentados como calculistas, manipuladores, perversos, inteligentes. São tudo, menos loucos, comenta Cottet. Em geral, esses crimes de gozo são designados como perversão, ao contrário do que deixa entender a psicanálise. Por isso, a justiça os tem penalizado. Para Cottet, o problema é saber se um castigo poderia despertar a responsabilidade desses criminosos. Ele lembra que suscitar uma crise subjetiva pelo castigo, em certos casos, poderia ser uma aposta. Em outros, principalmente nos que indicam a presença de um traço perverso, levar ao tribunal pode significar uma nova oportunidade para prosseguirem gozando e ele duvida que o julgamento possa lhes humanizar.

Portanto, o ato criminoso não é desencadeado sem uma causa, o crime ocorre devido ao encontro com algo que o causa. Diante desse encontro, o sujeito responde com um ato que, definido como crime, toma o estatuto de um fato social. Por isso, há uma resposta jurídica ao ato criminoso. A justiça vai constranger aquele que cometeu o delito para que pague seu ato com uma sanção, ou vai encaminhar para um tratamento. Portanto, a passagem ao ato tem uma causa e produz um efeito. A psicanálise, no encontro com aquele que cometeu um crime, a partir da responsabilização penal, vai buscar a assunção do sujeito frente ao ato. Em suma, vai buscar uma produção subjetiva onde um ato imperou.

Lacan também faz referência ao caso Landru. Com esse caso, podemos extrair, a partir da orientação lacaniana de Jacques-Alain Miller, uma clínica do real, como trabalhou Francesca Biagi-Chai (2007). Cottet sustenta que esse caso mostraria a perspectiva de *kakon* no último ensino de Lacan. Ou seja, um ensino que não considera mais o privilégio do registro do simbólico, como nos anos 50.

Embora seja possível afirmar que Lacan estava destacando os casos de delinquência juvenil no pós-guerra, ele também fez diversas considerações sobre as passagens ao ato nas psicoses. Portanto, o ato criminoso pode ser considerado na perspectiva das duas formas de apresentação dos atos – a passagem ao ato e o *acting-out*. Na sequência, será feita uma discussão desses dois modos de agir.

A passagem ao ato, o *acting-out* e o crime

Como foi abordado, o interesse de Lacan pelo crime veio, inicialmente, da passagem ao ato na psicose. Ele trabalhou a autopunição como causa do crime no caso Aimée e, posteriormente, acrescentou uma outra explicação para as passagens ao ato na paranóia: o delírio paranóico de perseguição. O caso das irmãs Papin trouxe uma outra causa para a passagem ao ato – a cristalização hostil, quer dizer, os crimes em decorrência do imaginário. Por fim, os crimes de *kakon*, considerados por Guiraud (1994) como imotivados, constituem uma outra causalidade e visam a extração do objeto *a*.

No texto sobre criminologia, aparecem os crimes do supereu, que demonstram a tensão entre o sujeito e a lei social. Como observou Miller (2005), no seminário citado anteriormente, Lacan também fez referência aos crimes que não demonstram nem o simbolismo do supereu e do Édipo, nem a agressividade imaginária ao semelhante, por isso, são nomeados crimes do real. Neste sentido, atualizar o texto de criminologia seria dar um privilégio à leitura desses crimes ditos imotivados, e isso equivale a dizer que são crimes motivados pelo objeto, pela presença do objeto. Não mais um objeto colocado no Outro perseguidor, como na paranóia, nem como um rival como na cristalização hostil.

Portanto, a leitura de Lacan dessas causalidades distintas dos crimes nos permite avançar na relação desses com o objeto que o ato visaria atacar. Cada um desses modos são formas diferentes de encontro com o objeto; por isso, se constituem em respostas distintas. Demonstrar estas diferenças é a tarefa que nos orienta ao longo deste artigo.

Antes de nos dedicarmos a essa tarefa, nos deteremos na pesquisa dos conceitos que concernem ao crime a partir da referência dos atos. A atuação de um crime será abordada nas perspectivas da passagem ao ato e do *acting-out*, tal com Lacan os considerou no *Seminário 10 – A Angústia* (1962-63). Neste seminário, os atos são considerados uma forma de resposta diante de uma causa – o encontro com um objeto *a*.

Lacan começa o seminário citado acima, abordando as conseqüências subjetivas da angústia – ela afeta o sujeito. Um afeto não pode ser recalcado – ele pode ser deslocado, substituído, invertido, metaforizado. Segundo ele, a angústia é o fenômeno fundamental e o problema capital da neurose, pois ela é o afeto diante do que na estrutura não pode ser simbolizado: o objeto *a*.

No encontro com o desejo do Outro, deparar-se com sua falta, é correlato ao encontro com o Outro que não há. A angústia é o sinal deste encontro, é o confronto com a ausência de relação sexual. Na lição de 19 de dezembro do seminário citado, Lacan vai explicar a relação da angústia como sinal desse encontro (1962-63). O sujeito neurótico se protege estabelecendo uma relação com a falta de objeto através da construção da fantasia; com esse recurso ele enquadra a angústia e vela a falta. Para ilustrar este artifício, Lacan faz referência a uma metáfora que ele já havia utilizado a respeito da fantasia – a colocação de um quadro no caixilho de uma janela. Ele afirma que não importa o que esteja pintado no quadro, o importante é não ver o que está por trás da janela.

Segundo Lacan, a angústia surge quando aparece no enquadramento, não algo novo, inesperado, mas o que já estava ali, velado, por trás. Portanto, a angústia acontece quando, súbito, de repente, há o encontro com o *heimlich/unheimlich*, numa referência ao familiar/estranho do texto freudiano, "O estranho" (Freud, 1919). O surgimento deste (*un*)*heimlich* no enquadre causa o fenômeno da angústia, por isso, para Lacan, a angústia não é sem objeto, ao contrário do que afirmava Freud (1926 [25]).

Lacan faz referência ao sonho de angústia do homem dos lobos, relatado por Freud (1918 [14]) – abre-se a janela e o objeto por trás dela é desvelado. No caso do sonho relatado, os lobos. Nesse seminário, Lacan também se refere a um desenho de uma paciente psicótica, atendida por Jean Bobon. Este desenho foi reproduzido no Seminário *A angústia* e nele pode-se ver uma árvore com olhos e a frase: "eu sou sempre vista" (Lacan, 1962-63, p. 201). Lacan afirma que esse desenho mostra o objeto olhar e também o sujeito como objeto. Assim, para Lacan, o grande problema da angústia é se deparar com a presença do objeto, ou seja, quando a falta de objeto, isto é, o desejo, falta. Nesses momentos, o próprio sujeito aparece como objeto, quer dizer, é desvelada para o sujeito sua vertente objetual.

Ao fazer referência ao enquadre, Lacan está considerando a rede de significantes que gera o mundo para cada um e pelo qual somos enganados, como ele diz. A angústia, ao contrário, é o que não engana. O encontro com o objeto causa angústia e desordena o mundo. Na certeza da angústia, pode-se recorrer à ação. Busca-se evitar essa certeza assustadora do encontro com o objeto que faz furo na rede dos significantes que ordenam o mundo. Afetado pelo encontro com o objeto, o sujeito não pensa, nem tenta compreender, ele age.

Os atos são considerados, nesse seminário, uma forma de defesa contra a angústia. Nele, Lacan vai montar um grafo para localizar esse afeto, partindo do texto de Freud "Inibição, Sintoma e Ansiedade" (1926-25) para dizer que ele está no fundo dessas manifestações. Quer dizer, a angústia é o afeto que designa o encontro com o objeto. Por isso, quando ela surge, sinaliza um encontro com o real que pode desencadear sintomas e inibições, bem como a passagem ao ato e *acting-out*, Lacan acrescenta.

Essas diferentes saídas frente à angústia serão determinadas por circunstâncias distintas, no que diz respeito à possibilidade de simbolização. Uma resposta sintomática pode ser desencadeada quando o sujeito encontra, em sua história, coordenadas simbólicas para subjetivar a falta, a sua e a do Outro, ou seja, quando ela surge articulada no dispositivo simbólico. Fazendo uso da fantasia, que articula a presença do objeto em conjunção e disjunção com o significante, pode-se substituir o encontro com o objeto que angustia por um sintoma, assim esse encontro é metaforizado.

Nos casos dos atos – passagem ao ato e *acting-out* – o sujeito não encontra o apoio simbólico para inscrever a castração como falta. Portanto, ou ele reproduz a situação em uma encenação, ou seja, ele encena a falta por meio da fantasia, colocando um objeto como falta, caso do *acting-out*, ou sucumbe a esse encontro, como na passagem ao ato. Levando em consideração a temporalidade lógica – instante de ver, tempo de compreender e momento de concluir – no primeiro caso, o sujeito ficaria paralisado no instante de ver e no segundo, passaria, instantaneamente, ao momento de concluir; ambos elidiriam a simbolização e subjetivação

presentes do tempo de compreender. Não abordaremos as saídas a partir da inibição, pois nosso objetivo é avançar nas considerações do crime como um modo de atuação que recorre a um dos dois tipos de atos abordados por Lacan no *Seminário 10* (1962-63).

No caso das psicoses, já abordamos as diferentes formas de passagem ao ato ao longo da obra de Lacan – autopunição, delírio de perseguição, cristalização hostil, extração do objeto. Com a publicação da tese Francesca Biagi-Chai (2007) sobre o caso Landru, podemos considerar a leitura dos crimes *kakon*, da extração de objeto, a partir do último ensino de Lacan, ou seja, uma clínica do real. Nestes casos, Biagi-Chai propõe que consideremos a passagem ao ato pela função de S_1 e a . Foracluído do simbólico, sem articulação em um discurso, o sujeito apresenta um S_1 sozinho, sem relação com um S_2 . No caso de Landru, “tudo pela sua família” constitui uma ordem, sem vacilação, um S_1 ao qual ele está submetido. Trata-se de um dever que o comanda, sem relação a um ideal. Portanto, suas passagens ao ato – roubo e assassinato – vão se configurar como recuperação do objeto, no caso, os bens das mulheres solitárias que ele assassinava.

A essa variedade de passagens ao ato que podemos apreender no ensino de Lacan, acrescentamos os *acting-outs*, presentes nos casos de delinquência cujos crimes simbolizam a tensão entre o sujeito e a lei social. Concluindo, é preciso que consideremos o crime como uma espécie de ato referido ao objeto a , seja na modalidade de uma passagem ao ato ou de um *acting-out*.

Tradicionalmente, a psicanálise associou a passagem ao ato às psicoses em decorrência da foraclusão do significante do Nome-do-Pai nessa estrutura. Esse significante é o que possibilita a significação do desejo como falta, articulado ao falo, permitindo o deslizamento do sujeito e do desejo na cadeia significante. No caso das psicoses, os fenômenos delirantes e alucinatórios vêm ocupar o buraco no simbólico conferindo uma proeminência do imaginário. Nas situações onde o objeto se apresenta, seja de forma persecutória, seja de forma invasora, a passagem ao ato pode ser uma saída para extraí-lo. Essa extração em ato vem no lugar da extração simbólica não operada.

Nos casos de neuroses, o sujeito mostra o objeto pela encenação, num *acting-out*, ou se identifica imaginariamente com esse objeto e se lança numa passagem ao ato, quando a defesa de sua fantasia é transposta de uma maneira selvagem. Nessas circunstâncias, um sujeito neurótico pode fazer uma passagem ao ato.

No grafo que Lacan propõe no *Seminário 10*, o *acting-out* é localizado como uma ação que acontece na conjunção de um impedimento com uma efusão. Trata-se de uma ação que se aproxima do sintoma porque nela existem coordenadas simbólicas, ainda que inoperantes. Esse tipo de atuação serve-se do recurso da fantasia para mostrar uma cena dirigida ao Outro – representa uma história em ato. O Outro é convocado e, em cena, lhe é mostrado o objeto da angústia; obviamente, não o objeto, mas uma falácia colocada em seu lugar. O *acting-out* é um apelo em ato para que um outro produza uma ordem, ordene o mundo do sujeito, refaça o enquadre desarranjado. Nas chamadas delinquências juvenis encontramos a proeminência desses atos. Os atos infracionais na adolescência, em sua grande maioria, devem ser localizados dentro da perspectiva do *acting-out*.

A passagem ao ato acontece quando se conjuga a emoção no momento de mais intenso embaraço. Jacques-Alain Miller (1993), retomando o conceito lacaniano de passagem ao ato, vai dizer que a passagem ao ato é o suicídio do sujeito. Nela, faltam coordenadas simbólicas e o sujeito sucumbe se identificado imaginariamente ao objeto. A passagem ao ato é, em geral, um ato mudo, de sentido mais trágico e de maior risco. Geralmente, são atos solitários e sem público. Nestes atos, a angústia sobrepõe ao sujeito, ele fica identificado ao objeto causa de sua angústia e, ao pretender expulsá-lo da cena, pode expulsar a si mesmo, como nos demonstram os casos de auto-extermínio. Nos casos de passagens ao ato contra outrem, pode-se atacar no outro, seu eu, seu supereu, ou a si mesmo. São formas diferentes de fazer a extração, o excesso, quando o objeto está localizado no outro. Na primeira modalidade, temos o caso das irmãs Papin, no segundo, Aimée e no último, os crimes de *kakon*.

Devemos demarcar que estes dois conceitos - *acting-out* e passagem ao ato - nos mostram a dimensão de um atuar no lugar de dizer. Atuar no lugar de dizer é também a definição que Jacques-Alain Miller nos dá dos chamados novos sintomas - os quais ele denomina patologias do ato. Nessa nova perspectiva, o sintoma - como resposta de um sujeito do inconsciente - não se formula, não apresenta uma formação sintomática articulada ao desejo inconsciente. Quando o significante do desejo falta, seja por estar foracluído, seja por não estar relacionado a um ideal simbolicamente articulado, a resposta que deveria ser subjetiva não acontece. Em seu lugar surge um ato. Por isso, no ato não há um sujeito, prevalece a versão do objeto.

Na clínica clássica, o objeto *a* aparece como o resto ou o produto do discurso do mestre, o discurso do inconsciente. Como efeito, o objeto na neurose encontra-se velado na fantasia inconsciente. Na clínica dos atos, o objeto não surge da mesma forma, ou seja, articulado em discurso no inconsciente: ele é atuado.

Para que o mundo do sujeito seja articulado em discurso, é preciso que ele seja estruturado no mundo dos significantes e, para isso, é necessária a intervenção do significante do Nome-do-Pai, que este significante intervenha como Outro. No caso das psicoses, a foraclusão desse significante impossibilita que esta operação, chamada por Lacan de metáfora paterna, seja realizada, o que aumenta a promessa das passagens ao ato. Nos casos que apresentam atuações, mas que não se tratam de psicoses, podemos considerar que estas podem acontecer a partir do que Lacan (1938) designou de declínio da imagem paterna.

A clínica contemporânea, segundo Miller (1996-97), é a clínica do Outro que não existe. Isso quer dizer que o grande Outro que deveria veicular o ideal articulado à sublimação e a renúncia e que promoveria o laço social, não é encontrado de forma hegemônica. Ou seja, o ideal do eu configurando um tipo para que o sujeito possa se identificar e localizar seu gozo como fálico, da forma como Lacan (1958) nomeou em seu escrito "A significação do falo", isto é, o tipo ideal de seu sexo.

A partir desse Outro se estabelecerá a articulação entre o grupo vital e o funcional que Lacan faz referência do texto da criminologia. Correlato ao declínio desse Outro do ideal, surge uma figura feroz que exige satisfação, o supereu. Portanto, nessa clínica dos atos, temos que considerar as

conseqüências das novas formas de apresentação do objeto para o sujeito. Ou seja, considerar que o tipo exigido não é o da sublimação e da renúncia, mas aquele que usa os objetos produzidos para gozar, sem restrição. Esse tipo dificultaria o estabelecimento de laço social, já que sua incidência se daria a partir da falha existente na relação entre o grupo vital e o grupo funcional, como já foi ressaltado.

Podemos seguir as indicações dos trabalhos realizados pelos psicanalistas diante dos sintomas sociais no pós-guerra e vemos, de certa forma, um cenário parecido com o nosso. Quer dizer, as condições daquele tempo propiciavam sintomas articulados ao contexto social, econômico e político da época, cuja manifestação nos jovens era chamada de delinquência. Contudo, parece que a comparação termina por aqui. O mundo não é mais o mesmo, ou o Outro não funciona da mesma forma. Ele não é mais o Outro da transcendência, dos ideais, da renúncia ou da crença. Um Outro que transmitia a castração e estabelecia o objeto como causa de desejo. As modificações no campo do Outro acarretam mudanças na clínica.

Fizemos referência às diferentes formas dos crimes nas psicoses, mas também vamos considerar as diferenças na apresentação da delinquência nos jovens, com o objetivo de comparar as distintas causas do crime.

Novos sintomas: novas formas de delinquência

Em certo aspecto, a delinquência, pode ser considerada, comparando ao sintoma clássico, a um novo sintoma, de acordo com a definição que Jacques-Alain Miller (1996-97) deu a esse conceito. Um novo sintoma é aquele que demonstra a prevalência do atuar no lugar de dizer, é aquele que não faz uso da barreira do recalque para se defender da angústia; por isso os novos sintomas são considerados patologias do ato. Essa nova forma de apresentação do sintoma rompe com a significação fálica em relação à questão do desejo e do gozo. Assim, são apresentados atos no lugar de utilizar a estrutura simbólica. Portanto, vamos desenvolver a seguinte questão: em que medida os atos, quando considerados crimes ou delitos, respondem ao encontro com o objeto que causa angústia, de forma semelhante a que foi abordada?

A clínica clássica da neurose mostrava o seguinte: um ideal era instaurado no sujeito e esse, marcado pela falta, deveria se dirigir ao campo do Outro para encontrar o objeto de sua fantasia. Na psicose isso se faz de forma distinta, pois o psicótico não vai recuperar o objeto, visto que ele não o perdeu, não houve a extração simbólica do objeto para que se constituísse a causa do desejo – segundo expressão de Lacan, o psicótico tem o objeto no bolso. Por isso, nessa estrutura não haveria uma fantasia para ligar o sujeito ao campo do Outro visando o objeto. Ter o objeto, para qualquer um, é um estorvo. Sobretudo, porque, no lugar do objeto funcionar como causa do desejo do sujeito, a presença do objeto excesso exige mais gozo. Em decorrência desse excesso, vemos as passagens ao ato nas psicoses visando sua extração no real.

Lacan aborda no *Seminário 10* (1962-63) os problemas que surgem quando a falta falta e, a este aspecto, já fizemos referência acima. Nesse seminário

ele também lembra a constituição do objeto como o estranho familiar. Embora o objeto seja buscado porque falta, ele não é para ser encontrado, para que o sujeito do desejo esteja operando, é no estatuto de causa que o objeto deve ser mantido. Do contrário, figurando no lugar de mais gozar, surge a angústia como assinalando a presença do real do gozo.

Todo ato tem relação com o objeto, inclusive o que estamos aqui designando como ato criminoso – na atuação de um crime, o objeto é visado. Mas, não se trata do objeto na sua relação com a falta, com o desejo. Sem o amparo do desejo, no crime o objeto se apresenta, ele se manifesta. Portanto, ao atuar, um crime é uma forma de fazer um curto – circuito na articulação do objeto com sua falta, com a castração. Com seu ato, o criminoso vislumbra ter acesso ao objeto fora de sua significação fálica. Porém, isso se faz de modos distintos, quer se trate da neurose, da psicose e da perversão, já que essas estruturas apresentam maneiras distintas de lidar com a castração, com o Outro e com o objeto.

Sabemos dos trabalhos que atualizaram a clínica psicanalítica de orientação lacaniana no campo dos atos criminosos, na psicose e na perversão. No campo da psicose, temos, principalmente, o trabalho de Francesca Biagi-Chai a partir do caso Landru. No campo da perversão, a psicanálise de orientação lacaniana tem mostrado que, em sua maioria, os casos que são apresentados como monstros e perversos são, na verdade, casos de sujeitos psicóticos. O livro de Silvia Tendlarz e Carlo Dante García, *A quién mata el asesino* (2006), mostra isso.

Nos casos que são considerados perversão, há uma discordância entre a orientação lacaniana da psicanálise e outras leituras psicanalíticas. Nessas últimas, vemos uma tendência de manter o diagnóstico de perversão para casos que, sob a orientação lacaniana, seriam considerados psicóticos. Fazemos aqui referência ao livro de Susini, *L'auteur du crime pervers* (Susini, 2004). Tudo indica que os casos apresentados nesse livro tratam de psicose, embora a autora afirme que são perversos. Assim, vemos prosseguir atualmente a tendência iniciada por alguns psicanalistas pós-freudianos, sob influência de Melitta Schimideberg (1956), de considerar os atos criminosos na perspectiva dos atos perversos.

Então, em nossa época, a psicanálise de orientação lacaniana tem atualizado a leitura dos atos criminosos nas psicoses, como foi apresentado, mas, também, é preciso atualizar a leitura dos casos de neurose. Atualmente, da mesma forma que na psicose, haveria para o neurótico a apresentação do objeto, como Jacques-Alain Miller demonstrou na conferência "Uma fantasia" (2004). Nessa conferência, Miller considerou os efeitos para a subjetividade contemporânea de não estar orientada por um ideal, mas comandada pelo objeto da satisfação. Por isso, torna-se relevante investigar os atos criminosos comandados pelo objeto, na perspectiva dos novos sintomas. Mais ainda, verificar se esses atos poderiam ser considerados os crimes do real, mesmo na neurose.

Estamos considerando que, também na neurose, vemos casos nos quais sobressai a dimensão do objeto, numa perspectiva que nos parece nova. A delinquência, em sua forma tradicional, apresentava, geralmente, o ato de furtar um objeto do Outro. Este objeto valia para fazer um furo no Outro, ou para conferir um brilho fálico a seu portador, inserindo-o no campo do Outro por meio de um objeto desejado. Nesses casos, sobressai a presença

da falta: em relação ao objeto, ao desejo, ao Outro e à lei. Esses casos também apresentam uma resposta subjetiva, a partir das consequências do ato. São os casos onde o sujeito responde conectando seu ato ao universal da castração. Por isso, essa forma de delinquência tem relação com a lei. Trata-se de alguém que se relaciona à lei do desejo e que o ato chama para que ela se apresente. Isso quer dizer que se trata de alguém que cai sob a lei do Outro. Mesmo numa agressão, num assassinato, esta relação se estabelecia – a dimensão de alteridade estava presente, ao se culpar, por exemplo.

Atualmente, estamos diante de uma profusão de objetos ofertados para o gozo. Jacques-Alain Miller (2004), na conferência citada acima, sustentou que o sujeito contemporâneo, ao contrário do que se afirma, não é um desorientado em função da inexistência de um Outro, ele continua orientado, não mais pelo Outro, mas pelo objeto.

Hoje, se faz presente o declínio dos ideais e ascensão dos objetos de consumo. Cada vez mais, a relação com o objeto que não se faz pelo desejo. O objeto como falta era buscado no campo do Outro, porque ele se constituía como alteridade. Se o Outro não se articula como um campo de alteridade, quando o estranho é avistado, é preciso eliminá-lo. Isso está de acordo com a profecia de Lacan da escalada do racismo (Lacan, 1973, p.532).

Para exemplificar esse movimento, ressaltamos o aumento dos crimes onde o corpo é o objeto – na forma de espancamentos, lesões corporais e, mesmo, homicídios – principalmente entre os jovens. Ressaltamos também os casos de adolescentes que expõem seu corpo, de forma mortífera, para ser golpeado. Trata-se de atos que demonstram, muito mais, uma desordem pulsional que se apresenta na forma de atos de violência, não uma ligação com o objeto a ser visado no campo do Outro. Esses atos indicam que podem ser tomados como provenientes do real. Melhor dizendo, indicam novas formas de apresentação do sintoma de delinquência.

No caso do Brasil, ironicamente um país que preconiza que não há racismo, é possível considerar que esses crimes têm se tornado típicos. Nos Estados Unidos e em outros países, os assassinatos em massa, praticados por sujeitos psicóticos, têm sido considerados por vários autores os crimes do real. Aqui, talvez possamos considerar o extermínio praticado pelos jovens, os principais exemplos desses crimes. Especialmente ligados à droga, mas não somente, o extermínio, como o nome indica, visa eliminar o estranho a cada vez que ele aparece.

Cottet (2008), como foi dito, colocou um problema para a responsabilidade nos casos dos crimes que trazem a marca da sexualidade e que são considerados como perversos. No nosso caso parece serem esses atos – os de extermínio – que colocam, atualmente, um problema no que diz respeito à responsabilidade. Os criminosos nazistas afirmavam que estavam cumprindo ordens, esses jovens também: eles se encontram na iminência de se depararem com o inimigo, com o estranho, encontram-se justificados pelo medo, o objeto fóbico se apresenta e eles têm que se defender. Da mesma forma que os criminosos nazistas, eles se justificam pelas intenções, não pelas consequências. A punição, para eles, não guarda a relação de um sujeito a um ato. Luis Eduardo Soares (2006) comenta as práticas

justiceiras realizadas pelos jovens nas favelas. Nessas práticas, não há como um sujeito responder, não há procura pela verdade, pela repostagem, há uma eliminação. Não basta matar, é preciso dominar o objeto, por isso, o corpo é retalhado, esquartejado, dominado e seus pedaços exibidos. Só assim o estranho é eliminado.

Apesar de referirmos à droga e ao tráfico, não vamos considerar as consequências específicas desses fenômenos para a criminalidade juvenil – isso demandaria uma outra direção nesse trabalho. Por ora, vamos considerá-los como objetos a serem consumidos, como qualquer objeto que se preste a isso: drogas, armas, corpos, crianças. A oferta dos objetos em profusão e eles estarem em posição de comando, foi o fator que modificou o cenário de constituição dos atos de violência.

Portanto, um ato infracional, quando considerado um desvio, na perspectiva do objeto, é um extravio da regulação da norma fálica. Por isso, a delinquência, de certa forma, pode ser considerada um novo sintoma. Como afirmamos, o novo sintoma, de acordo com o que nos apresenta Jacques-Alain Miller, apresenta um gozo fora do recalçamento. Contudo, nas chamadas delinquências tradicionais – articuladas ao significante, a uma história, a um romance familiar – encontrávamos uma articulação do desejo presente. Comparando o sintoma tradicional com a atuação, o neurótico comum retorna a castração para si, simbolicamente, através de uma formação do inconsciente, enquanto o delinquente atuava, principalmente, através de *acting-outs*.

As novas formas de apresentação da delinquência, ao contrário, apresentam a passagem ao ato. Dessa forma, a própria nomeação de delinquência pode ser questionada. Não se trata de um desvio da norma para nela se inserir, mas, de uma ruptura. Por isso, é possível considerar que não se trata de crimes – atos relacionados a uma lei – mas, do retorno da violência em ato.

Hoje em dia, a orientação laciana de Jacques-Alain Miller tem como desafio pensar a manutenção da psicanálise como avesso do discurso do mestre. Esse desafio se mantém na clínica dos atos criminosos. A lógica que orienta os crimes não é a da falta, mas do excesso. Mesmo que esses crimes sejam cometidos em lugares precários, do ponto de vista econômico e social, encontramos uma profusão de objetos, inclusive o corpo.

A causa do crime: ato e responsabilidade

Afirmamos que o ato tem uma causa – a presença do real do gozo. O ato criminoso se constitui uma defesa contra a angústia que sinaliza a presença do objeto. Então, o ato é uma espécie de resposta. Todavia, é uma resposta que exclui o sujeito: em seu instante, o ato não comporta a presença do sujeito. Aliás, os atos se produzem quando um sujeito não pode aparecer. Nas atuações há um curto-circuito do inconsciente do sujeito, há uma destituição subjetiva e uma submissão ao objeto. O ato é um efeito de uma causa – a presença do objeto – mas, ele, também, produz consequências. A partir das consequências do ato o analista irá operar, buscando produzir um sujeito onde estava um ato. Essas consequências deverão estar, necessariamente, relacionadas ao que desencadeou a atuação. Contudo, a

operação analítica não se fará da mesma forma em cada um dos casos. Como já foi abordado, um ato criminoso não é o mesmo, ele pode ser realizado a partir de um *acting-out* ou de uma passagem ao ato, e cada uma dessas modalidades não se faz da mesma forma caso estejamos diante de uma neurose, de uma psicose ou de uma perversão.

O criminoso neurótico definido por Freud respondia com atos a partir do Édipo e neles era possível verificar o matiz do sentimento de culpa regularizando sua subjetividade. Freud postulou dois tipos de criminosos, basicamente: os criminosos por falta – em consequência de um sentimento de culpa, quer dizer, aqueles que estavam em falta com o Outro. Ele também abordou aqueles que se consideravam exceções – que demonstravam um excesso.

Pensar uma clínica com sujeitos que praticaram atos infracionais, a partir da referência do Édipo conduzia a uma lógica específica da direção do tratamento. Implicava em fazer valer um tipo de resposta sobre o ato que tinha no Édipo sua coordenada. O tempo da clínica do Outro que não existe e da submissão ao objeto, implica numa modificação da direção do tratamento com esses sujeitos.

O pensamento freudiano que se estrutura em torno do Édipo, em última instância, está hoje bem assimilado pelas instituições judiciais. De certa forma, ele está de acordo com os ideais preconizados pelas instituições judiciais. Mudar o paradigma acarreta em um desafio para o trabalho com a psicanálise nas instituições judiciais. Com Lacan, o paradigma não se coloca em torno do sentimento de culpa, mas da responsabilidade.

Para Lacan, a relação da psicanálise com a criminologia pode ser vista em duas perspectivas, de acordo com o artigo "Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia" (1959). Primeiramente, do ponto de vista da terapêutica: para ele, a psicanálise pode lidar com esses casos porque, ao contrário dos outros discursos, não desumaniza o criminoso; ela o tem como sujeito. A partir da operação analítica, ato e subjetividade são passíveis de serem articulados. Em segundo lugar, ele considera essa relação do ponto de vista do progresso da psicanálise. No artigo citado, ele afirmou que um dos objetivos ao escrevê-lo era repensar a doutrina psicanalítica, em função desse novo objeto. Isso nos permite fazer uma inversão em seu título e tomá-lo como uma contribuição que a criminologia pode fazer à psicanálise. Essa contribuição pode ser vista como a possibilidade de, por meio desses casos, fazer avançar a teoria e a prática analítica além da referência edipiana.

Segundo Lacan, não há um vínculo entre sentimento de culpa e responsabilidade. Um dos postulados do texto sobre criminologia é o de que não existe sociedade para a qual não comporte uma lei positiva, e que em nenhuma delas deixa de ocorrer as mais diversas transgressões que constituem o crime. A forma de castigar as transgressões, para Lacan, denota a maneira como se pensa a subjetividade. Lacan considera que a idéia de homem que vigora em uma época pode ser inferida pela relação estabelecida entre o crime e a punição que lhe advém. Em todas as sociedades é mantida essa relação, portanto a responsabilidade é universal, ainda que isso exija uma 'modalização'. Em decorrência disso, Lacan falou em assentimento subjetivo. O assentimento está articulado aos modos de resposta. Esse conceito revela a problemática do sujeito às voltas com a lei.

Certamente, a lei que interessa à psicanálise não é a mesma que importa ao direito. Ela não é a norma. A lei jurídica se orienta pelo ideal, tem como objetivo a normatização das condutas. A lei que interessa à psicanálise é aquela que visa o singular, que institui a particularidade. É a isso que se refere o conceito de assentimento.

Parei aqui

As modalidades patológicas do assentimento

Jacques Alain-Miller dedicou seu Seminário do ano de 1987-88, *Cause et consentement*, ao tema de assentimento, como já foi abordado. Ele lembramos que, a partir de Freud, sabemos que o encontro do ser falante com a pulsão é sempre traumático. Frente ao traumatismo, o sujeito vai eleger um sentido, mas essa eleição é forçada pelo encontro. Segundo Miller, a estrutura já está lá e o sujeito – como efeito – advém como resposta. É um imperativo que obriga a assumir a causalidade e isso é um paradoxo. O que conhecemos como orientação subjetiva vai se constituir na problemática da posição primeira do sujeito diante da causa. Por isso, a causalidade, para a psicanálise, não é da ordem do significante, mas da pulsão. Do ponto de vista da pulsão, há a causa e, da perspectiva do sujeito, o assentimento. Como lembra Miller, o sujeito não é causa da estrutura, porque ela não é eleita pelo sujeito: o gozo é que a elege. O termo causa trata da conexão do gozo com os modos do assentimento. Neste seminário, Miller contrapõe o assentimento à psicose. Ele afirma que a alucinação ocorre porque, se não há crença, se a causa não adquire valor de existência para o sujeito, ela se faz 'ex-sistir' de fora e aparece no real. Todavia, é preciso considerar que o real tem estatuto de 'ex-sistência' para todos, não só para o psicótico. Por isso, anos depois desse seminário ele formulará o conceito de forclusão generalizada.

Diante da emergência da causa, o sujeito se defende: a defesa é uma distância tomada em relação à causalidade. A operação do recalçamento se constitui como um modo de defesa. O sintoma do neurótico surge quando ele se depara com algo do real cuja presença determina uma resposta. De acordo com Miller, as coordenadas de resposta serão dadas pelo Outro e, em relação a esse Outro, o sujeito se posiciona. Nas respostas neuróticas, pode-se ver que, se algo não vai bem, é por um problema com o Outro. Isso configura uma forma de aparecimento do sujeito do inconsciente que demonstra um tipo de resposta que denominaremos como patologia do assentimento: o sujeito crê que as respostas para sua existência estão em Outro lugar. De forma correlata, pode-se considerar que a atuação, constitui também uma modalidade patológica do assentimento. A atuação é uma maneira do sujeito se esquivar do encontro com o trauma, porque encontrá-lo implicaria em tomar uma posição frente a ele. Para evitar o encontro, o sujeito repete e, repetindo, tudo se mantém, nada se modifica – no caso de um *acting-out*. Quer dizer, permanece o instante de ver o trauma, esquivando-se das conseqüências. Por outro lado, na passagem ao ato, há uma precipitação da conclusão, sem que haja uma subjetivação.

A categoria do inconsciente como sujeito, proposta por Miller no curso *Los usos del Lapso* (1999/2004), pode ser uma indicação clínica para os casos

de transgressão e para o trabalho do psicanalista, nas instituições que se ocupam dos sujeitos que transgrediram as normas. Miller afirma que essa concepção obriga a pensar numa temporalidade que é diferente da repetição. A operação analítica é o que poderá propiciar a construção de um saber a respeito do que constitui o encontro com o gozo, com o trauma. Esse saber deverá ser construído e não encontrado, como se supunha.

O psicanalista que pratica nessas instituições lida com situações que permitem operar no trauma conforme proposto por Eric Laurent no artigo "O avesso do Trauma" (LAURENT, 2004): não mais considerá-lo como um buraco no simbólico cujo sentido deverá ser buscado. Conduzir um trabalho nessas instituições é encontrar formas de dar um tratamento ao gozo, e isso é uma operação de assentimento. No ato não há um sujeito e possibilitar que o sujeito se inscreva é promover o encontro do gozo com o assentimento. O assentimento, como asserção, é o aparecimento do próprio sujeito do inconsciente, no caso de uma neurose. Ou seja, a operação de assentimento visa fazer passar o gozo ao inconsciente. Nas psicoses, outras operações serão buscadas.

Ao longo deste artigo foram feitas referências a casos de psicóticos que cometeram passagens ao ato que os levaram ao encontro com a justiça. Algumas dessas passagens ao ato foram classificadas como crimes e quem os cometeu foi chamado a se responsabilizar penalmente: o caso *Aimée*, é um bom exemplo disso. Mas, também temos outros.

Abordamos que existem distintas formas de passagem ao ato nas psicoses. No caso de *Aimée*, Lacan considera a passagem ao ato no contexto de um delírio de autopunição e para esses casos ele afirma que, talvez, aquele que comete uma passagem ao ato levado por esta causa, seja melhor que encontre uma sanção. No caso de *Aimée*, a prisão promoveu o encontro com a significação de seu ato, um corte foi realizado. Isso quer dizer que os casos em que a passagem ao ato é realizada a partir de um delírio persecutório, de uma invasão do Outro, o sujeito, sendo chamado a dizer sobre seu ato, pode responder. Nesses casos, encontramos a articulação do ato a uma lei. O ato é considerado crime pela justiça, e pelo sujeito. Mesmo que ele diga que foi um dever, ele formula uma resposta em relação ao ato que o conecta a uma lei – mesmo que ela seja delirante. Portanto, nesses casos a passagem ao ato pode ser tomada como um crime, ou seja, algo que recebe inscrição no campo do Outro, e sobre o qual ele deverá responder. Ele poderá falar do ato, de suas causas e de suas consequências.

Em outros casos, isso não será possível. Um outro tratamento será preciso porque, principalmente, a passagem ao ato não será considerada um crime, nem para a justiça, nem para aquele que o cometeu. O trabalho do psicanalista, no acompanhamento desses casos, não será o de acompanhar os efeitos da lei para a responsabilidade do sujeito, verificar de que formas o sujeito poderá aparecer. Há um trabalho anterior a ser feito.

Isso acontece, sobretudo, em casos cuja presença da psicose pode ser detectada, não sobre um ponto foraclusivo, mas por meio de um gozo sem localização e que incide sobre o corpo do sujeito. Trata-se de sujeitos que não conseguiram um ponto de ancoragem, ou seja, um *sinthoma*³, para manter unidas as instâncias do real, do simbólico e do imaginário. Nessa impossibilidade, ele atua. Esses casos são aqueles que se configuram como

os crimes do real, tal como aborda Biagi-Chai – atos orientados pela conjunção de S1 e a. Em alguns desses casos, ser nomeado como criminoso pode configurar um ponto de ancoragem e o sujeito se amarra nessa nomeação e, a partir dela, responde ao Outro. Em outros, um ponto de nomeação deverá ser produzido para que o sujeito possa se localizar e articular uma conexão ao campo do Outro.

O que se quer ressaltar é que, assim como o ato criminoso não é único, ele também não responde a uma mesma causa, nem produz as mesmas conseqüências. Por considerar essas particularidades, a justiça incorporou algumas modificações na sanção ao ato criminoso. Os atos cometidos por infratores neuróticos e adultos serão penalizados, os atos cometidos por psicóticos terão um tratamento diferente, eles serão declarados inimputáveis e os adolescentes receberão medidas sócio-educativas.

O psicanalista, no encontro com o direito, irá trabalhar a partir dessas ficções jurídicas e, se for de orientação lacaniana considera que sua prática será exercida no encontro com o direito, ele não vai pretender substituir a resposta jurídica. A psicanálise poderá ser de benefício para que o sujeito possa aparecer a partir do ato e de suas conseqüências.

Sabemos que a resposta em ato não aparece de forma indistinta nas pessoas. Há algumas particularidades que favorecem as atuações. Por isso, destacamos duas delas: o desencadeamento de uma psicose e a adolescência. Nessas duas situações, o sujeito se encontra às voltas com um real sem possibilidade de simbolização, cada uma de uma forma distinta. Por isso, ressaltamos cada uma dessas modalidades de encontro com o real como promovendo particularidades nas atuações, ou seja, respondem de forma distinta ao encontro com o real.

O encontro com o psicanalista visará uma resposta conectada à sua subjetividade, não um ato no lugar do sujeito. Por isso, a responsabilidade em psicanálise não diz respeito ao cumprimento da norma jurídica, ela está relacionada aos modos de resposta subjetiva. Na clínica psicanalítica em interface com a justiça, é preciso verificar se o sujeito aparece e de quais modos, ou seja, qual posição ele responde à emergência do real. A resposta pode estar conectada ao Outro, ou em ruptura com a rede de significantes. É preciso estar advertido de que determinadas condições produzem algumas respostas típicas, mas não se esquecer que a responsabilidade, para a psicanálise é sempre a de um sujeito.

Na sequência, passaremos a um fragmento de caso para ilustrar o que se pretende demonstrar – a delinquência como uma nova forma do sintoma.

“Hugo, jovem de dezoito anos, era considerado um bom jogador de futebol, o que lhe dava uma projeção entre seus colegas. Fazia sucesso entre as mulheres, era um conquistador – estava sempre com várias meninas. Havia uma cobrança familiar para que ele assumisse responsabilidades na vida – que ele voltasse a estudar e começasse a trabalhar. Ele não havia concluído o ensino fundamental e não procurava um emprego, justificava-se que queria ser jogador de futebol. Contudo, não fazia nenhum movimento mais efetivo para ser um atleta profissional. Havia conseguido ser recebido para testes em alguns clubes, mas não os levava a sério – chegava atrasado, começava a discutir com alguém durante os treinos. Sempre estava se envolvendo em brigas e discussões – durante os

jogos, nas festas, na família. Diante de um sinal de crítica, quanto a sua atuação no futebol, ou qualquer ponto, era recebido por ele como uma falha apontada e que não era suportada – reagia com agressividade. Nessas situações, causava estranheza aos conhecidos, afinal, era alguém considerado “tão gente boa”! Enquanto não resolvia sua vida, conseguia algum dinheiro fazendo algumas contravenções, pequenos furtos, arrombamentos e vendendo drogas. Essas atuações lhe valeram algumas medidas socioeducativas.

Em um final de semana, um sábado à tarde, saiu do futebol e foi tomar uma cerveja com os amigos, como sempre fazia. Sua intenção era ir para a casa mais cedo, não ia beber muito, porque havia combinado de sair à noite com uma garota que estava paquerando havia um tempo. Porém, começou a olhar, assim como os outros homens, para uma moça que estava no bar. Colocou para si a tarefa de conquistá-la. Começaram a conversar, a se abraçarem e beijarem e, depois, saíram do bar e foram no carro dele para um local afastado – um campo de futebol. Só se lembra que na manhã seguinte acordou com a polícia em sua casa, a garota havia sido encontrada morta em decorrência de um traumatismo craniano. Ele foi condenado a 16 anos de prisão por homicídio.

Na prisão fica tranquilo, entra no time de futebol, tem bom relacionamento com os outros presos e os funcionários, era considerado “sangue bom” por todos eles. Arruma várias mulheres para visitá-lo e recebe o apelido de Hugo dos colegas (Hugo: o gostosão). Tudo ia bem, não fosse sua agressividade: no futebol e quando sofria críticas no trabalho que executava na prisão. Procurou o serviço de Psicologia encaminhado por seu chefe – sua agressividade estava lhe prejudicando, já havia perdido alguns benefícios. Nos atendimentos, fala dos relacionamentos na prisão e da agressividade.

Quando começa a falar do crime, diz que não se lembrava, mas, não teve como se defender, tudo indicava que tinha sido ele. Conta depois que a única coisa que se lembrava era de ter ficado nervoso com a moça – lembra-se que ela estava rindo muito, estava bêbada. Ele achou que ela estava rindo dele, que ela começou a fazer gozações, a fazer brincadeiras com o sexo dele, com seu pênis. Eles estavam em pé, ao lado do carro, encostados em um poste. Lembra-se de começar a dar alguns “tapas” nela, na cabeça, para que ela parasse de rir dele, ela caiu no chão e ele, com raiva, foi embora, deixando-a ali machucada.”

Este caso apresenta, inicialmente, uma série de atos que demonstram uma forma de delinquência tradicional. Através dos *acting-outs* Hugo se fazia aparecer para o Outro. Suas atuações – furtos, venda de drogas, arrombamentos – eram tentativas selvagens de construir formas de atravessar a adolescência e ser um adulto. Para ele, se fazer respeitar equivalia a ter acesso aos objetos: carro, dinheiro, roupas, mulheres. Estes objetos eram ostentados em sua vertente imaginária. Mantinha, assim, sua posição de “sangue bom” para o Outro. Ele chega nos atendimentos ostentando este lugar na prisão. No entanto, esse sujeito “sangue bom” encontrava nos momentos de rivalidade imaginária, com o objeto estranho: sua agressividade demonstrava isso. Ela aparecia quando ele vislumbrava que os objetos ostentados não lhe garantiam ser alguém para o outro. Em um desses momentos, a passagem ao ato se fez.

A violência com que ele agrediu a moça levantou a suspeita de uma psicose, antes do julgamento. Motivado pelo encontro com o objeto, ele exterminou aquela que ele supôs ter visto o que ninguém via, que era velado, mas apresentado nos *acting-outs*.

Este fragmento de caso ilustra algo que temos ressaltado como característica da clínica contemporânea da delinquência. Cada vez mais a presença das passagens ao ato, do retorno da violência em ato. Uma profusão de objetos, um excesso, uma busca cada vez maior para colocar esses objetos em cena, por um lado. Por outro, a demonstração, através das passagens ao ato, da falência dessa estratégia. Na clínica vemos que são, geralmente, aqueles que recorrem aos objetos – armas, mulheres, carro, droga – para garantir sua posição, que encontram a impostura que esta estratégia tenta encobrir. Nesse encontro, não há mais o que fazer, nenhum objeto a sustentar a virilidade, resta a passagem ao ato.

Notas

1. Este texto foi extraído da minha tese de doutorado em Teoria Psicanalítica: *A Psicanálise e o crime: causa e responsabilidade nos atos criminosos, agressões e violência na clínica psicanalítica contemporânea*. Orientação: Profa. Dra. Tania Coelho dos Santos. PPGTP/IP/UFRJ, 2008. Financiamento da CAPES para o estágio PDEE na Universidade Paris VIII.
2. Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, o termo delinquência tenha caído em desuso. Porém, vamos mantê-lo porque ele se presta, devido a sua raiz etimológica, a ressaltar o que queremos demonstrar, quer dizer, a relação do sujeito à lei. *Delinquo* quer dizer deixar cair.
3. Em seu *Seminário 23* sobre Joyce, Lacan passou a grafar sintoma como *sinthoma*. Neste seminário ele resalta o que havia começado a desenvolver no *Seminário RSI* – o pai como um sintoma, um artifício usado para manter enlaçados os registros do Real, do Simbólico e do Imaginário. Através deste quarto nó, os fundamentos de uma subjetividade podem ser sustentados.

Referências bibliográficas

- BIAGI-CHAI, F. (2007) **Le cas Landru à la lumière de la psychanalyse**. Paris: Éditions Imago.
- COELHO DOS SANTOS, T. (2006) **Sinthoma: corpo e laço social**. Rio de Janeiro: Editora Sephora/UFRJ.
- COTTET, S. (2008) Criminologie lacanienne em **Mental**, n. 21, *La société de surveillance et ses criminels*. Revue Internationale de Santé Mentale et Psychanalyse Appliquée. França: l'École Européenne de Psychanalyse et de la New Lacanian School, outubro/2008. Publicado em português em **aSEPHallus**, n.8. disponível em www.nucleosephora.com/asephallus
- FRIEDLANDER, K. (1951) **La délinquance juvenile. Théorie, Observations, Traitement**. Paris: Presses Universitaires de France.
- FREUD, S. (1916) Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho analítico: Criminosos em consequência de um sentimento de culpa, in **Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v.14, p.375-377.

- _____. (1918 [1914]) História de uma neurose infantil. **Op. Cit.**, v. XVII.
- _____. (1925) Prefácio a Juventude desorientada, de Aichhorn. **Op. Cit.**, v. XIX.
- _____. (1926 [1925]) Inibições, sintomas e ansiedade. **Op. Cit.**, v. XX.
- GONTIJO SALUM, M.J (2009). **A psicanálise e o crime: causa e responsabilidade nos atos criminosos, agressões e violência na clínica psicanalítica contemporânea**. Tese de doutorado em Teoria Psicanalítica. Orientada pela Profa. Dra. Tania Coelho dos Santos. PPGTP/IP/Universidade Federal do Rio de Janeiro. 170 f.
- GUIRAUD, P. (1994) Os assassinatos imotivados, in: **Revista Opção Lacaniana**, n. 9. São Paulo: Edições Eólia, janeiro/março de 1994.
- HESNARD, A. (1949) **L'univers morbide de la faute**. Paris: Presse Universitaire de France.
- LACAN, J. (1932) **Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade** Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1987.
- _____. (1933) **Primeiros escritos sobre a paranóia**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1987, p.374-390.
- _____. (1938) **Os complexos familiares**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- _____. (1948) A agressividade em psicanálise, in LACAN, J. (1998) **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1950) Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia in LACAN, J. (1998) **Op. Cit.**
- _____. (1958) A significação do falo, in LACAN, J. (1998) **Op. Cit.**
- _____. (1962-63) **O Seminário Livro 10: A angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- _____. (1965-66) A ciência e a verdade, in LACAN, J. (1998) **Op. Cit.**, p. 869-892.
- _____. (1973) Televisão, in LACAN, J. (2003). **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- _____. (1974-75) **R.S.I. Le Séminaire**. Inédito.
- _____. (1975-76) **O Seminário Livro 23: o sinthoma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
- LAURENT, E. O avesso do Trauma, in **Papéis de Psicanálise**, 1. Belo Horizonte: Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais, 2004.
- LÉVI-STRAUSS, C. Prefácio a obra de Marcel Mauss. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Nayf, 2003. 3ª. reimpressão: 2008.
- MILLER, J. (1987-88) **Cause et consentement**. Cours de Jacques-Alain Miller, (Mimeogr.).
- _____. (1996-97) **El Otro que no existe y sus comités de ética**. Seminario en colaboración con Eric Laurent. Buenos Aires: Paidós. 2005.
- _____. (1999-2000) **Los usos del lapso**. Buenos Aires: Paidós. 2004.
- _____. (2004) Uma fantasia, in **Revista Opção Lacaniana**, nº 42. São Paulo: Edições Eólia, fevereiro de 2005, p. 7-18.
- _____. (2005) **Orientation lacanienne III, 7. Pièce Détachées**. 9ème. Séance du Cours. 2 février, 2005. Inédito.
- Révue Mental**, n. 21. La société de surveillance et ses criminels. França: Fédération Européene des Écoles de Psychanalyse. octobre 2008.
- SCHMIDBERG, M. (1956) Atos de delinquência considerados como perversões e fetiches, in **Opção lacaniana** n. 15. São Paulo: Edições Eólia, abril, 1996, p. 39-42.

SOARES, L.E. (2006) O futuro como passado e o passado como futuro: armadilhas do pensamento cínico e política da esperança, in ALMEIDA, M.I.M, & EUGÊNIO, F. (org.). **Culturas jovens – novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2006. p. 121-135.

SUSINI, M-L. (2004) **L'auteur du crime pervers**. Paris: Éditions Fayard.

TARDE, G. (1892) **Études pénales et sociales**. Collection: Bibliothèque de criminologie. Lyon: A Storck Éditeur; Paris: G. Masson, Éditeur.

TENDLARZ, S.E. (2006) A quem o assassino mata? in **Revista Curinga**, n 22. Periódico da Escola Brasileira de Psicanálise/MG. Belo Horizonte. Novembro de 2006, p. 167-182.

Texto recebido em: 03/06/2009

Aprovado em: 25/08/2009

PECAR HOJE E A CLÍNICA PSICANALÍTICA**THE PSYCHOANALYTICAL CLINIC AND THE MEANING OF THE SIN IN OUR DAYS**

Sérgio Eduardo Cordeiro de Mattos

Psicólogo

Psicanalista praticante da Escola Brasileira de Psicanálise e da Associação Mundial de Psicanálise

sergioecmattos@hotmail.com

Resumo

O autor retoma a noção de pecado na história de nossa civilização judaico-cristã, para mostrar porque para Lacan a depressão – a acídia – é um pecado, o grande pecado da atualidade, à medida que supõe uma negligência do sujeito em relação à sua vida e à do outro.

Palavras-chave: Depressão, pecado, acídia, psicanálise, contemporaneidade.

Abstract

The author works with the notion of sin in the history of the Jewish and Christian civilization, and shows how depression – as ascidia – is a sin, the biggest one in actuality, just because suppose negligence with us and with others.

Key Words: Depression, sin, ascidia, psychoanalyses, actuality, contemporarily.

A tese da tristeza como pecado que encontramos formulada por Lacan no escrito "Televisão" deriva por um lado da ética de Spinoza – onde o filósofo apresenta sua teoria das afecções do corpo –, e por outro da "clínica pastoral" dos 7-8 pecados capitais, elaborada pelos Padres do deserto e refinada por São Tomás de Aquino.

Neste artigo buscarei elucidar esta tese, concentrando-me na noção de pecado que, vale lembrar, não se encontra no texto de Spinoza.

Pecar

O sentido desta experiência hoje suscita problemas.

Provamos em nós a consciência de nossas falhas. Mas não a identificamos com o que parecia designar outrora "um pecado". Entretanto, é assim que em 1973 – em meio ao burburinho da revolução sexual –, Lacan define a tristeza: como um pecado, covardia moral. Eu o cito:

[...] (*faute*) moral como se exprimia Dante, ou até Spinoza: um pecado, o que significa uma covardia moral, que só é situado, a partir do pensamento, isto é, do dever de bem dizer, ou de referenciar no inconsciente, na estrutura (Lacan, 1973, p. 524).

Porque Lacan se serve desta noção?

Originária da tradição judaico-cristã, a noção de pecado acessa uma realidade ética- antropológica específica. Nesta tradição, a origem do mal não é intrínseca à natureza das coisas, não fatalizando por esta razão o destino humano.

A antiguidade vivia sob o signo da fatalidade e da necessidade. Mesmo a Grécia viveu sob uma mitologia cujo demiurgo era limitado pela *ananke*, cuja atmosfera poética era trágica e a vida dos cidadãos condicionada por uma moral da resignação estoíca. Os personagens de Prometeu e Sísifo são figuras exemplares desta situação humana pensada de maneira hiper determinista.

Entretanto, na Bíblia, desde o início, na conhecida narrativa sobre o jardim do Éden e a “desobediência” do primeiro casal, em Gênesis 2-3, o mal está parcialmente desfatalizado, porque é historicizado e o ser humano é apresentado como responsável por certo número de males relacionais e disfunções históricas.

Esta responsabilidade é limitada. A nossa limitação é representada pelo mal que surge como irrupção imprevista, vinda de fora, como um excesso. “A serpente era o mais astuto dos animais...”; o termo hebraico *nahash*, para designar a serpente, significa “brilhante” e expressa a brusquidão de um imprevisto, a astúcia, pegando de surpresa o homem como um inimigo, surpreendendo o próprio Deus: “Porque você fez isso?” (Bíblia de Jerusalém, Gênesis 3-13).

A surpresa indica não haver simetria entre o passado e o futuro. A informação cresce no curso do tempo - tornando imprevisíveis os resultados - e que os sentidos do mundo aumentam no curso da história (Cartier, 2004). A *aléa* é permanente na autonomia de um mundo entendido como Criação, no sentido forte do termo bíblico, *bârah*, derivado etimologicamente do verbo cortar (Campos, 2004), significando o engendramento do diferente (Lacoste, 2004).

Entre limitação humana e escolha, pois toda a história podia ser diferente, a narrativa do mito javista da criação funda assim uma ética: o homem não é marionete de maus determinismos. Ele é capaz de controlar pelo menos parcialmente seu futuro (Thévenot, 2003). Possibilidade sem a qual Lacan não poderia falar de covardia moral.

Pequena história do pecado

Na bíblia, na chamada segunda história da criação, a expressão pecado original, criada por Santo Agostinho, serve para designar o pecado que entrou no mundo pela falta de Adão – *ha’adam*, o homem/húmus, o terra vermelha.

Na história da formação da série de alianças entre Deus e o homem, o pecado, *hâtâ*, foi se definindo como transgressão a laços de fidelidade e paz formulados, por exemplo, nas leis do decálogo e mais amplamente como transgressão a um código moral e religioso regulador da vida em sociedade e da relação dos homens com Deus (Theobald, 2009).

No cristianismo, J. Cassiano, ao repertoriar o que obstaculizava o caminho dos monges, “diagnostica” oito vícios principais contra os quais quem

buscava a Deus deveria lutar (Cassiano, 2003): gula, luxúria, avareza, ira, tristeza, acídia, vaidade e soberba.

Acídia

A depressão traduzida por Lacan em termos de pecado é a acídia, ilustrada por certas almas no purgatório, conforme se nota na referência feita a Dante, localizada na *A divina comédia*, canto XVIII : "Ó almas em quem o atual fervor substitui, busca apagar a incúria e a negligência do passado, quando na prática do bem não se aplicara".¹

A acídia, aparece na tradição eclesial com sentido geral de descuido e indiferença (Sl 118,28; Eclo 29,5;Is 61,3), e também para significar indolência na relação com Deus (Eclo 2,12). Evágrio Pôntigo em 383 é o primeiro a descrevê-la como um tédio, alternado com uma atividade exterior febril vivida na solidão do deserto. Cassiano (2003) descreve com detalhes sua natureza e relação orgânica com os outros vícios, destacando como uma característica própria deste pecado não ser causado por nenhum fator externo e poder ser vivido como ansiedade ou tédio.

Etimologicamente o termo acídia, provém do grego *a-kedos*, significa descuido, negligência. É graças a Gregório Mágnico que ela deixa de ser um vício próprio ao monge e torna-se um mal estar interior possível a todos, e dele ainda a redução de oito para sete pecados. É de João Damasceno a noção de pecado capital.

S. Tomás de Aquino ensina que essa denominação deriva de *caput*: cabeça, líder (sete poderosos chefões) que comandam e criam vícios subordinados: malícia, rancor, pusilanimidade, desespero, torpor para os preceitos, más distrações.² Como em uma estrutura dinâmica, a acídia manifesta-se primeiramente na dissipação do espírito, depois na tagarelice, na apetência indomável de sair da torre do espírito e derramar-se no variado, numa irrequietação interior, na inconstância da decisão e volubilidade do caráter e, por fim, na insatisfação insaciável da *curiositas*. Alguns comentadores³ como Ladislaus Boros entendem estas manifestações derivadas da acídia, como modos de fuga desse desalento pernicioso. Elas são o ativismo daqueles que já não esperam maiores coisas da vida e que se resignaram à utopia do *status quo*, como diz Robert Musil em seu "Homem sem qualidade". Tais homens, ao sentir-se "ninguém", refugiam-se nas ocupações e derramam seu desassossego interior numa pressa nervosa, na procura de auto-afirmação, na busca de excitações, de impressões, de riquezas, num consumismo irrefreável, numa maledicência incontinente e num contínuo rancor e aborrecimento contra tudo.

Um poema de Bertholt Brecht ilustra bem o tipo de afeto que nos leva a este estado que Kierkegaard bem designou como o "desespero da debilidade".

Der Radwechsel

*Ich sitze am Straßenhang
Der Fahrer wechselt das Rad
Ich bin nicht gern, wo ich
herkomme*

Ich bin nicht gern, wo ich hinfahre

*Warum sehe ich den Radwechsel
Mit Ungeduld?*

A troca de pneu⁴

Fico sentado à beira da
estrada

O chofer troca o pneu

Desgosto, de onde venho
Desgosto, pra onde vou

Por que olho a troca do pneu
com impaciência?

Nesta banalidade existencial a vida perde toda a sua variedade. Ficamos conformados com o que o destino cego nos reservou: "Não pensemos demais! Não esperemos demais! Todos fazem o mesmo! As coisas são assim!".

O que se passa em uma vida triste é também o que corresponde a certa generalização das pessoas. O homem triste é como uma paisagem cinza, e sua vida pode ser vista como uma mediana inferior comum a todos os demais homens, sem que apareça nada original. Todo élan em direção à magnanimidade e a alteridade é abatido - estranho orgulho pelo desespero -, e substituído pelo manipulável, atingível e por aquilo a que se pode aferrar.

Nota-se daí que para viver uma vida infeliz não é preciso nenhum esforço, mas, pelo contrário, para buscar a felicidade é preciso esforçar-se.

É justamente este esforço requerido que nos leva à dimensão que mais interessa a Tomás de Aquino como teólogo: o da tristeza moralmente culpável. Assim, na questão 74, artigo 4 da Suma Teológica: A acídia consiste em "s'attriste", desistir de um bem por causa do trabalho que isto demanda. O que nos coloca no interior de uma problemática do trabalho e do desejo de saber. No caso dos monges: orar, trabalho intelectual, contemplar, etc., para encontrar Deus. Com efeito, na questão 35, artigo 8 - ponto sensível aos analistas -, esta paixão é dita amputar a voz e particularmente o que o homem pensa no interior de si mesmo.

O pecado na atualidade

O pecado após séculos de transformações - guerras, ciência, mercado - deixou de ser um problema de tribunal, produzindo o que o historiador Jean Delumeau designou como uma "pesada superculpabilização" do ocidente (Delumeau, 1983). O tempo problematizou este caráter legalista e liberou-o de sua aderência à moral sexual. Os "chefes" - gula, luxúria, avareza, vaidade, ira - quase perderam o prestígio de vilões, numa civilização devotada ao gozo e ao consumo. A soberba considerada o pior dos pecados, o Original - pretender ser Deus -, revelou com o tempo o outro lado da sua moeda. A tentação hoje, consiste menos em querer ser Deus, mas no seu avesso - não querer ser nada -, indiferença negligente, "não querer nem saber! não estar nem aí!"; omissão consigo correlativa da omissão com o

Outro (Theobald, 2009. p. 37). Covardia moral por não tomar para si a responsabilidade possível, ilustrada, por exemplo, pela parábola do Bom Samaritano.

Vê-se então numa clínica do "espírito da nossa época", a acídia, despontar como a falta moral por excelência. Antoine Vitez citado por Regnault (2004), considera, em sintonia com a Igreja, que esta paixão triste, revela-se como O Pecado atual. Fato demonstrado por ele quando nos lembra dos funcionários nazistas, que deixaram serem cometidos os crimes mais abomináveis da história, porque seria "muito fatigante" se opor a eles e ao poder que os determinava.

João Paulo II na carta apostólica, *novo millennio ineunte*, escreveu que, o primeiro dos desafios para o começo do novo milênio seria um combate à indiferença⁵.

O pecado da inexistência do Outro

A contemporaneidade revela em seu drama que, a noção de pecado longe de ser uma noção ultrapassada ou, uma questão do sujeito consigo mesmo - auto-erotismo capital -, diz respeito a uma realidade que concerne primeiramente ao Outro.

Falar de pecado é ser remetido imediatamente à existência do Outro. Teologicamente remete à realidade "Téo-(ex) cêntrica", a Deus, para quem o centro é o homem e a criação. Psicanaliticamente remete à depressão, versão da separação do Outro: dispensar sua existência, identificação com o pequeno "a" fazendo-se dejetivo. Tal separação da cadeia significativa é responsável segundo J.-A. Miller (Miller et Laurent, aula de 21/05/97), por fenômenos clínicos temporais ligados à depressão: falta de tempo em geral e fechamento definitivo do horizonte temporal, correlatos da ausência de desejo, de perspectivas de vida, de fechamento em si mesmo, de dificuldades com a fala e o pensamento. Encontramos aí traduzida em termos de relação com a linguagem a perda da voz e de ânimo detectada pelo Aquitane, "*tristitia vocem amputans*" e outras tantas manifestações da clínica da depressão.

Miller constrói a este propósito, a dupla depressão/estresse; este último, expressando a vertente de alienação devido ao arrebatamento do sujeito no funcionamento da cadeia significativa e sua aceleração.

É importante notar a frequente natureza de uma alternância, "bi- polar", da acídia/depressão. Do lado (-) descuido, negligência, preguiça, separação da cadeia significativa. Do outro (+) atividade febril, tagarelice, apetência indomável, derramar-se no variado, malevolência, aceleração, estresse.

Ainda na vertente (-) outro aspecto destaca-se⁶ na definição da acídia feita por São Tomás, aspecto que podemos situar relativo à função e natureza especial do Faló no campo do Outro. Diz o Santo : a acídia "é uma tristeza que deprime [*deprimit*] a tal ponto a alma do homem que não lhe é possível fazer mais nada". A palavra *de*-pressão [*de-primit*], veicula em sua etimologia antiga diz Regnault, uma metáfora energética que implica uma perda de pressão, de energia, um desenvaidecimento, uma detumescência. O que nos leva à função fálica e aos fenômenos de desvitalização, demonstrados por alguns sintomas contemporâneos. Neles um curto

circuito no funcionamento do Outro, greve em relação à função fálica, negligência devido ao trabalho que exige termos que passar pelos embaraços que se colocam em servir-se de sua significação - transitar pelo circuito da castração e pelos semblantes -, produz um desinteresse generalizado. Vemos aí a dimensão de virilidade requerida na busca da Santidade - o oposto do pecado -, constante no depoimento da vida dos santos, como vemos por exemplo, em Joana d'Arc⁷ ou Tereza d'Ávila.

Retomando então a problemática do trabalho, traduzida para a ética proposta por Lacan, a do bem-dizer, diremos que o pecado segundo a psicanálise consiste em "não se colocar a trabalho". Por quê? Porque se referenciar no inconsciente - vide Lacan -, e na estrutura, demanda trabalho. Analisar-se pede paciência de decifrador, abertura à contingência, tolerância às causalidades múltiplas, fé nas palavras, rigor de inspiração lógica, e uma porção de espírito artístico.

Do lado do analisante, é preciso ressaltar que apesar do intenso trabalho requerido, a ética do bem-dizer, não é uma ética do necessário e do esforço penoso. Nela é preciso "saber" deixar a sorte acontecer e o bem advir do próprio dizer como resposta do sujeito - determinação + margem de liberdade (Regnault, 2004) -, aposta feita no "criacionismo do significante" (Miller et Laurent, aula de 21/05/97). Do lado do analista, seu trabalho supõe também um ânimo e uma disponibilidade que, entretanto, não devem ser confundidos com a atividade febril e a aceleração diagnosticada por Miller como *estresse*; a outra face da depressão, admitida no mercado acelerado do consumo e da informação, mas pecado do psicanalista em relação à Psicanálise e aos seus analisantes.

Notas

1. Dante Alighieri era membro da Ordem 3^a. de São Domingos, estudioso das teorias de Tomás (Dante. 2003, Purgatório, canto XVIII. p. 20).
2. Sinônimo: acédia, desídia (Dicionário de mística, 2003).
3. Seu Comentário baseia-se em Gregório Magno, J.Cassiano e S. Tomás de Aquino (Boros, 1973).
4. Optei por traduzir a expressão *Ich bin nicht gern*, do alemão para o português por desgosto, ficando: *desgosto de onde venho, desgosto pra onde vou*, ao invés de *não amo ou não gosto*, como aparece em geral nas traduções. O termo *gern* é em geral usado no alemão em expressões que indicam "aceitar (algo) de bom grado ou com bom gosto", seu oposto seria em português, a contragosto ou com desgosto. Preferi então o termo desgosto, pois no português abarcam em seu campo semântico tanto a ausência de gosto e o desagrado como a tristeza e o descontentamento.
5. "E como ficar indiferente diante das perspectivas de um desequilíbrio ecológico, que torna inabitável e hostis ao homem vastas áreas do planeta? Ou diante dos problemas da paz, freqüentemente ameaçada com o incubo de guerras catastróficas? Ou perante o vilipêndio dos direitos humanos fundamentais de tantas pessoas, especialmente crianças?" "Muitas são as urgências que o espírito cristão não pode ficar insensível" (Carta apostólica NOVO MILLENNIO INEUNTE, 2003).
6. Aproveito neste ponto para lembrar que a tristeza para S. Tomás é uma representação da dor (afetando o corpo) sob a forma de uma representação

pensamento (na alma) (Aquino, s/d, 1º artigo da questão 36 da Segunda parte da segunda parte).

7. Tania Coelho do Santos foi quem me lembrou do nome de Joana D' Arc, como exemplo de virilidade das Santas da Igreja. Esta sugestão me foi dada na ocasião da apresentação deste trabalho nas Jornadas de EMP-MG 2009, onde Tania era minha colega de mesa.

Referências bibliográficas

AQUINO, S. T. (s/d). **Suma Teológica**. São Paulo: Edições Loyola.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo. Paulus. 2002

BOROS, L. (1973) Encontrar Deus. Encontro com Deus no Homem, in **Menschen Gott Begegnen, 1968**. São Paulo: Edições Loyola. 1973.

CAMPOS, A. (2004) **Éden - um tríptico Bíblico**. Signos 38. São Paulo: Perspectiva.

Carta apostólica NOVO MILLENNIO INEUNTE. NO INÍCIO DO NOVO MILÊNIO. Do sumo Pontífice João Paulo II. 12º edição. São Paulo: Paulinas, 2003.

CARTIER, P. (2004) Batailles mathématique face au hazard, in **La Cause freudienne. Maladies d'époque**. Paris: Navarin Éditeur, n. 58, octobre / 2004.

CASSIANO, J. (2003) **Conferencias I à VII**. Juiz de Fora (MG): Mosteiro Santa Cruz. Vol. 1.

DANTE, A. (2003) **A divina comédia**. São Paulo: Editora Nova Cultural.

DELUMEAU, J. (1983) Le péché et la pudeur. La culpabilization en Occident (XIII-XVIII siècles) Paris: EHESS.

DICIONÁRIO DE MISTICA. São Paulo: Edições Loyola e Paulus, 2003.

LACAN, J. (1973) Televisão, in **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2003.

LACOSTE, J.-I. (2004) **DICIONÁRIO CRÍTICO DE TEOLOGIA**. São Paulo: Paulinas, Edições Loyola.

MILLER, J.-A.; LAURENT, É. (1996-97) **L'Autre qui n'existe pas et ses comités d'éthique**. Curso nº 18, aula de 21/05/97.

REGNAULT, F. (2004) Passions dantesques. **La Cause freudienne. Maladies d'époque**. Paris. Navarin Éditeur, n. 58. Octobre / 2004.

THEOBALD, C. (2009) **Transmitir um Evangelho da liberdade**. São Paulo: Edições Loyola.

THÉVENOT, X. (2003) **Pecado, o que é? Como se faz?** São Paulo: Edições Loyola.

Texto recebido em: 03/03/2009

Aprovado em: 01/05/2009

ÉTICA, LEI E RESPONSABILIDADE - CONSIDERAÇÕES SOBRE ATENDIMENTO CLÍNICO AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI¹**ETHICS, LAW AND RESPONSIBILITY – CONSIDERATIONS ABOUT CLINICAL CARE FOR ADOLESCENTS IN CONFLICT WITH THE LAW**

Christiane da Mota Zeitoune

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica/UFRJ
Mestre em Psicologia Clínica – PUC/RJ
Psicóloga do Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas/DEGASE
Membro da Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e contemporâneo
czeitoune@globocom.com

Resumo

Este trabalho apresenta o percurso de uma pesquisa que está sendo desenvolvida no curso de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pretende discutir, a partir do atendimento a adolescentes que cumprem medida sócio-educativa, a possibilidade de fazer operar o discurso psicanalítico nesse campo onde predomina o discurso jurídico, correccional e repressivo. Como promover uma mudança subjetiva nesses jovens capturados pela pobreza e pela fragilidade dos laços sociais? A que esse ato infraccional vem responder?

Palavras-chave: psicanálise, adolescente, ato infraccional, drogas, responsabilidade.

Abstract

This work presents the journey of a research that is being developed in the course of the doctoral program of Post-Graduation in Psychoanalytic Theory of the Institute of Psychology of the Federal University of Rio de Janeiro and intends to discuss, from attending the teenagers who are under social educational penalty, the possibility to operate the psychoanalytic discourse in this field dominated by the discourse legal, corrective and repressive. How to promote a subjective change on those youth captured by poverty and weak social ties? What does this act mean?

Keywords: psychoanalysis, adolescent, infraccional act, drugs, responsibility

I – Introdução

Este trabalho se insere na pesquisa que venho desenvolvendo no curso de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, orientada pela professora Tania Coelho dos Santos e também se integra às pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo.

Nessa pesquisa pretendo discutir, a partir do atendimento a adolescentes que cumprem medida sócio-educativa, a possibilidade de fazer operar o discurso psicanalítico nesse campo onde predomina o discurso jurídico, correccional e repressivo. Como promover uma mudança subjetiva nesses jovens capturados pela pobreza e pela fragilidade dos laços sociais? A que seus atos infracionais vêm responder?

No Rio de Janeiro, o DEGASE – Departamento Geral de Ações Sócio-educativas – é o órgão responsável pela execução das medidas sócio-educativas aplicadas pelas Varas da Infância e da Juventude do Estado do Rio de Janeiro.

Desde a sua criação, prevalecia no DEGASE, nos moldes do sistema penitenciário, a repressão, a intimidação, a disciplina e a visão da medida como punitiva e não como sócio-educativa. Apesar dos esforços dos diversos profissionais envolvidos no atendimento ao adolescente – médicos, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, educadores – em fazer valer a doutrina de proteção integral ao adolescente em conflito com a lei, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, foi somente a partir de 2006 que uma série de reformulações políticas no âmbito Federal, Estadual e Municipal fez deflagrar dentro do próprio sistema sócio-educativo a necessidade de reformulação da política de atendimento. Esta mudança teve o objetivo de atender às diretrizes preconizadas no Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo - SINASE, visando promover a inclusão e a responsabilização do adolescente que comete ato infracional.

Somente depois de dezesseis anos de promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Brasil conseguiu definir parâmetros para o atendimento sócio-educativo com bases éticas e pedagógicas, instituindo uma referência para a estruturação do Sistema de Atendimento Sócio-Educativo nos Estados e Municípios, através da articulação das várias áreas das políticas públicas, de forma que o atendimento ocorra fundamentado no princípio da incompletude institucional e na perspectiva da inclusão social dos adolescentes.

Contudo, a reestruturação do sistema sócio-educativo é lenta e enfrenta dificuldades, de modo que ainda prevalecem abusos, torturas, poucas atividades sócio-educativas e espaços físicos inadequados. O adolescente ainda fica em condições sub-humanas e os profissionais da chamada “equipe técnica” – psicólogos, assistentes sociais e pedagogos –, “engessados” na elaboração de relatórios que, a rigor, deveriam auxiliar o judiciário a estabelecer as medidas sócio-educativas cabíveis, mas que nem sempre o fazem.

O atual modelo de atendimento ao adolescente em conflito com a lei nos impulsiona a repensar a nossa prática. É necessário construir uma política de atendimento onde, além do acesso aos direitos e às políticas públicas, seja possível fazer surgir o sujeito implicado nas suas ações e responsabilizado por elas, retirando-o da posição de vítima. A questão de uma "ressocialização" seria assim, deslocada para se introduzir uma reflexão eminentemente ética.

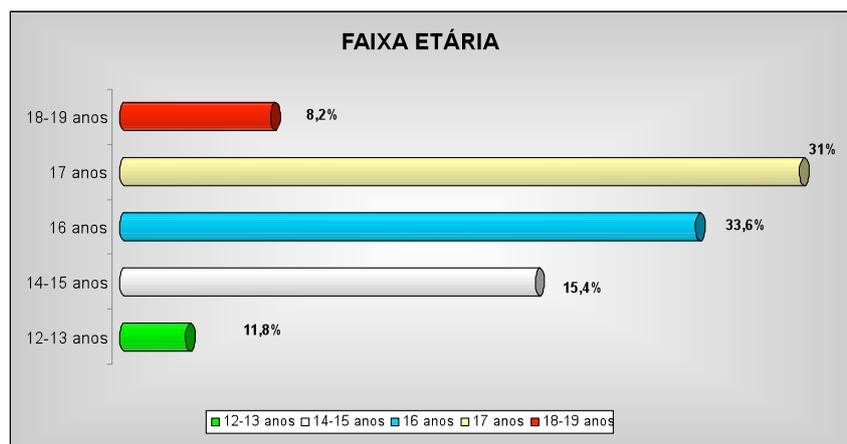
II – O percurso da pesquisa

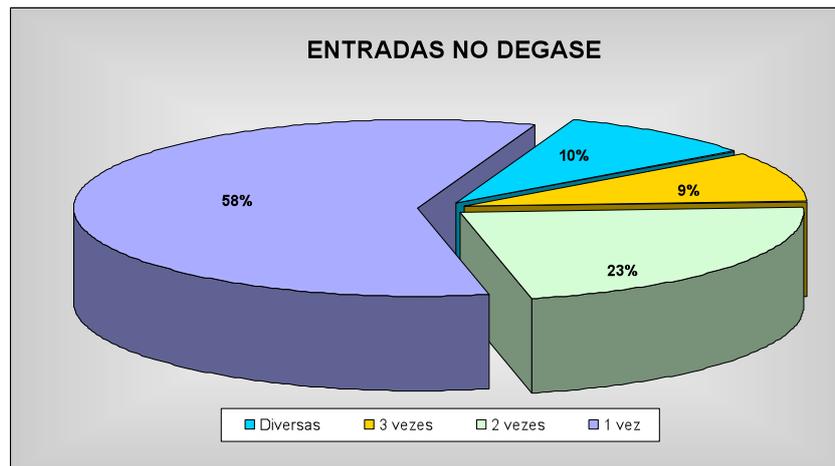
A pesquisa vem sendo feita a partir de uma massa de 200 atendimentos, realizados no período de Agosto a Dezembro de 2007. Na primeira fase, procuramos conhecer quem é o adolescente que dá entrada no Sistema Sócio-Educativo. Para isso, coletei dados referentes à idade do adolescente, número de entradas no Sistema Sócio-Educativo, tipo de ato infracional praticado, o que motivou a prática do ato infracional, vida familiar, escolaridade e uso de drogas. Nosso objetivo era construir os laços sociais desses adolescentes e, para além das carências materiais, familiares e sociais, verificar sua posição subjetiva e implicação frente ao ato infracional praticado.

Os atendimentos foram realizados no Núcleo Biopsicossocial Anita Heloisa Mantuano, unidade do Departamento Geral de Ações Sócio-educativas – DEGASE. Por este Núcleo passam todos os adolescentes que são encaminhados ao Centro de Triagem e Recepção (CTR) pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente ou pela Vara da Infância e da Juventude, de modo que o atendimento nessa unidade permite visualizar um universo representativo dos adolescentes que entram no DEGASE.

Os dados da pesquisa²

Faixa Etária e Número de entradas no DEGASE





Esses jovens chegam ao DEGASE com idade entre 16 e 17 anos. A maioria é do sexo masculino, morador de comunidade pobre do Rio de Janeiro ou do interior do Estado. Essas comunidades não dispõem de infra-estrutura nos serviços de atendimentos e são carentes das condições mínimas de urbanização, tais como saneamento, circulação, transporte, etc. São marcadas pela violência e dominadas pelos "comandos" do tráfico de drogas ou "milícias", que impõem suas leis a "ferro e fogo". Isso não significa que os jovens de classe média não tenham relação conflitiva com a lei, mas são poucos os que entram no sistema sócio-educativo.

Apesar da maioria – 58% – estar ingressando no DEGASE pela primeira vez, é alto o número de reincidências – 42%. Isto aponta para fracasso do sistema sócio-educativo em promover ações que visem uma intervenção comprometida com o acesso desses jovens ao processo de cidadania.

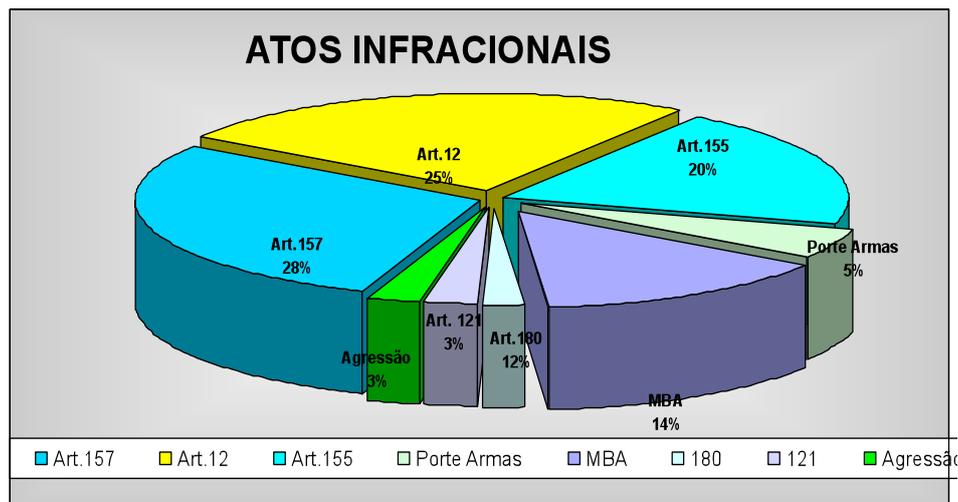
F. é um desses casos que aumenta os dados estatísticos das reincidências. Atualmente com 18 anos, afirma: "- Estou nessa vida desde os 12 anos. Entrei aqui várias vezes, perdi até a conta, mas agora quero parar, vou cumprir tudo direitinho, porque já sou 'di maior'". Contudo, o que constatamos em nossa prática é que nem sempre eles param.

O jornal *O Globo*³ publicou uma série de reportagens sobre este assunto no período de 02 a 10 de dezembro de 2007. Nela, aponta que mais da metade - 52,6 % - dos adolescentes que se envolveram em atos infracionais no ano de 2000, morreu ou cometeu outros crimes após completar 18 anos.

Segundo o levantamento feito pelo mesmo jornal em processos tramitados durante o ano de 2000 na 2ª. Vara da Infância e da Juventude, ao chegar à maioridade, 34,3% dos jovens foram flagrados cometendo novos crimes e 18,5% foram assassinados.

Como salientamos, embora o Estatuto da Criança e do Adolescente tenha sido um avanço do ponto de vista da constituição de um marco legal, pouca coisa mudou no atendimento sócio-educativo. Com uma política marcadamente voltada para a segurança, ainda prevalecem a repressão, a intimidação, a disciplina e a visão da medida como punitiva e não como sócio-educativa.

Ato Infracional praticado



Podemos observar que é cada vez menor o número de adolescentes detidos por tráfico de drogas e que tem aumentado o número de adolescentes envolvidos com roubos e furtos. O cenário está mudando? Por quê?

Pesquisas⁴ anteriores também detectaram uma queda acentuada na participação desses adolescentes no tráfico de drogas e apontaram alguns fatores determinantes: a alta taxa de homicídios entre os jovens envolvidos e a queda dos rendimentos, o que tornou a atividade pouco atrativa. Eles começaram, então, a buscar opções em outras atividades ilícitas ou em trabalhos informais.

Essa análise confirma o que falam os adolescentes entrevistados. Eles vêem os roubos e furtos como atos fortuitos e sem conseqüências, "aprontações", formas de conseguirem dinheiro rápido.

- R., 15 anos, que furtou a mochila de uma jovem, afirma: "- Eu não sou bandido, só queria o celular pra vender e comprar umas roupas...".
- E., 15 anos, tentou furtar um colar "- Não sei porque fiz isso, eu já estava querendo um colar há um tempão... meus amigos falavam que era tranquilo, mole, fui tentar e deu nisso... mas não vou fazer mais...".

Diferentemente, o envolvimento com o tráfico de drogas é visto pelos adolescentes como um "trabalho", dá status, dinheiro e "mulher".

- F, 17 anos, relata que desde os 12 anos "se vira" para conseguir dinheiro. Já fez de tudo, trabalhou em "sacolão", trocador em Kombi, oficina mecânica, camelô, etc. Aos 16 anos começou a usar drogas e a se envolver no tráfico. Sobre o seu envolvimento com o ato infracional afirma: "-... me envolvi porque ninguém dá emprego. Não posso ficar sem trabalhar, preciso de dinheiro...".
- J., 17 anos, quarta passagem pelo sistema sócio educativo, descumpriu medida sócio educativa de semiliberdade imposta anteriormente, envolveu-se com o tráfico de drogas aos 15 anos,

afirma: “- Me envolvi porque quis, sempre achei legal andar armado, ter dinheiro, mulher ...”.

Essas falas nos remetem ao próximo item investigado na pesquisa: o que motivou a prática do ato infracional.

Motivos do ato infracional



Chama a atenção o grande número de adolescentes que: *negam envolvimento* na prática do ato infracional no qual se vêem envolvidos, são tomados de surpresa, culpam o colega ou o policial, afirmam que foram “forjados”, reclamam da violência policial, sentem-se injustiçados.

- R., 15 anos, foi para a escola com um revólver de brinquedo, acessório de um vídeo game. Ele e o amigo resolveram “matar” aula. Ao sair da escola, mostrou para o amigo o brinquedo, que estava em sua mochila. Ao ver o revólver, o amigo pegou-o e, inesperadamente, assaltou uma garota. Tomado de surpresa, R. afirma que saiu correndo atrás do amigo com a intenção de fazer com que ele devolvesse o que roubou, mas foram pegos por um policial. Não conseguiu provar sua inocência.
- J., 14 anos, estava indo para casa da namorada. Ao descer o morro encontrou um amigo. Estavam juntos quando foram abordados por policiais: “- Eu tava tranqüilão porque não tinha nada pra temer, né, só que o meu colega tava com uma trouxinha de maconha que ele jogou no chão pra evitar o flagrante e não teve jeito, acabei sendo envolvido; agora tô aqui sem ter nada a ver com isso.” – fala chateado.
- T., 15 anos, aceitou uma carona na moto do colega, não sabia que a moto era roubada.

Enfim, são muitas as histórias, acontecimentos fortuitos, inesperados, onde o sujeito não se vê implicado. Entretanto, elas portam uma significação subjetiva. Qual é o valor desse ato que aparece totalmente incompreendido pelo sujeito sob a forma da negação?

Seguindo Freud, Lacan destacou que uma análise só progride do particular para o particular. Porém, a soma da experiência analítica permite destacar algumas formas gerais (Lacan, 1954, p. 387). É o que arriscaremos nesse trabalho.

Freud, em seu texto "A negativa" (1925), mostra como o conteúdo de uma imagem ou idéia recalçada pode abrir caminho até a consciência, com a condição de que seja negada. A negação é, assim, um índice do inconsciente, um modo de tomar conhecimento do que está recalçado (1925, p. 296). E continua: "a negativa (...) é uma *Aufhebung* (suspensão) do recalque, embora não, naturalmente, uma aceitação do que está recalçado", pois "aqui, o intelectual separa-se do afetivo" (Ibid.). Negar ou afirmar algo é um julgamento intelectual. Freud atribui a origem do juízo "a partir da ação recíproca das pulsões primárias". Julgar é uma continuação do processo original através do qual "o ego integra coisas a si ou as expelle, de acordo com o princípio de prazer" (Id. p. 299). Ele conclui que não se encontra na análise um "não" no inconsciente e que o reconhecimento do inconsciente pelo eu se exprime através de uma negativa.

Como salienta Lacan, "o que não veio à luz no simbólico reaparece no real" (1954, p. 390). É assim que se deve compreender afirmação de Freud sobre o momento mítico do sujeito onde, a partir das pulsões primárias, o ego integra coisas a si ou as expelle - "a introdução no sujeito, e a expulsão para fora do sujeito" (Ibid.). É esta última que constitui o real, na medida em que ele é o domínio do que subsiste fora da simbolização.

Para Freud, a antítese entre subjetivo e objetivo não existe desde o início (1925, pg. 298). Nas palavras de Lacan, "nessa realidade que o sujeito tem que compor segundo a gama de seus objetos, o real, como suprimido da simbolização primordial, *já está presente*" (Lacan, 1954, p. 391, grifos no original). É por isso que aquilo que é subtraído pelo sujeito da possibilidade da fala, vai aparecer no real. Lacan coloca o ato como um modo de interferência entre o simbólico e o real, dessa vez, não sofrido pelo sujeito, mas atuado. (1954, p. 395)

Por mais que o adolescente negue seu envolvimento com o ato infracional, ele está na cena. Podemos tomar essa negativa como sendo da ordem do que não pode aparecer do seu desejo e que vem à luz sob a forma de um ato. Elucidaremos melhor essa questão, posteriormente, quando fizermos um estudo mais detalhado, a partir de casos clínicos, sobre a clínica do ato, tal como Lacan a explicita no seu seminário sobre a angústia (1962-63), onde distingue o *acting out* e a passagem ao ato, permitindo decifrar o que está em jogo nesse momento específico.

Outro motivo para a prática do ato infracional que aparece com mais frequência, *comprar roupa de marca*, evidencia o quanto os adolescentes ficam identificados com o ideal publicitário do jovem hedonista, consumidor, difundido pela publicidade e buscam, através do consumo, uma inserção subjetiva no mundo.

O discurso capitalista⁵ define o sujeito pelo consumo, de modo que o que vai ser consumido não é mais o objeto em si, mas o que ele representa, para além da satisfação das necessidades, fazendo o sujeito crer que o objeto lhe é acessível: "Consumir é ser feliz!".

Como analisa Santiago (2001, p. 219), a ciência não só torna possível o acesso ao real, mas determina-o e transforma-o, criando objetos que são oferecidos ao sujeito como meio de recuperação da satisfação pulsional. São os chamados *gadgets* - "... objeto engenhoso, divertido e sem utilidade...". A ciência não se limita a fabricá-los, mas encontra uma forma de ligá-los ao sujeito, um meio de manter o desejo deste último aderido a tais objetos, de modo que o discurso capitalista e o discurso da ciência, ao promoverem o *sujeito-gadget* como solução da "falta-a ser" que habita o sujeito, realizam uma expulsão do sujeito do inconsciente.

É dentro desse contexto que podemos considerar o uso abusivo de drogas. Embora poucos adolescentes entrevistados pudessem ser considerados toxicômanos, muitos atribuíram o envolvimento com o ato infracional ao *uso de drogas*. A droga serve de anteparo face aos impasses do mal-estar do desejo, da angústia e da relação com os ideais.

Os adolescentes estão particularmente confrontados com a questão da identidade, do corpo e da sexualidade e são sensíveis aos novos imperativos ordenadores da cultura, que impulsionam ao consumo, aos excessos e às satisfações excluídas do circuito da fala. (Coelho dos Santos, Inédito a).

Também fazem da prática do ato infracional um *ganho fácil de dinheiro*, o que evidencia um imediatismo e a falta de planos futuros. Os adolescentes vivem "o aqui e o agora".

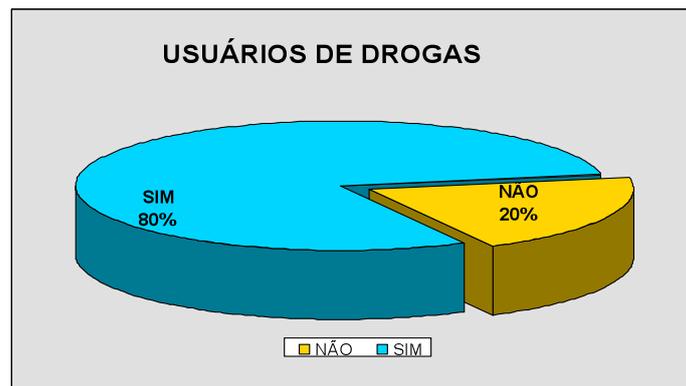
Muitos estão em *situação de risco*, seja porque perderam a mãe em tenra idade, seja porque viviam em uma família totalmente desprovida da condição de gerir a educação dos filhos. Em qualquer das situações eles são criados sem limites, acostumados a ficar pelas ruas ou na casa de parentes, sem vínculos afetivos. Atuam a situação de abandono nos seus laços sociais. Na rua, o uso de drogas ajuda a evitar a fome, a enfrentar o medo, o frio e a dura realidade do dia-a-dia. Além disso, vêm na prática de atos infracionais, formas de subsistência.

Outros apontam a *influência de amigos* como motivador da prática do ato infracional. Uma forma de sentirem aceitos pelo grupo. Eles não querem ser vistos como "mulherzinha", medrosos ou serem alvo de chacota.

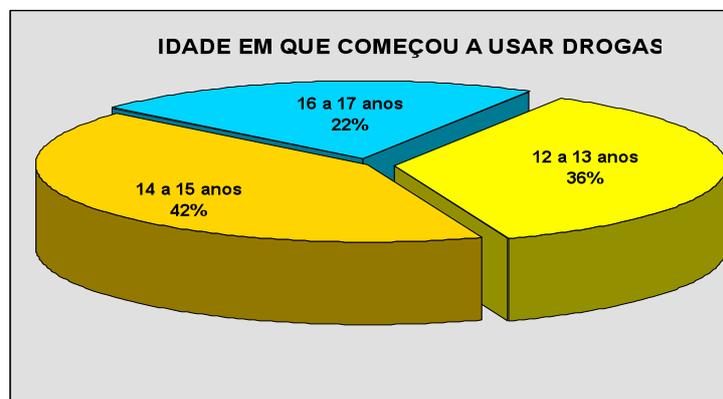
O grupo tem uma particular importância para o adolescente, pois é uma forma de separação e substituição do grupo familiar pelo grupo social, ao mesmo tempo em que busca ter semelhança com o outro, aquele com quem imaginariamente se identifica.

Sobre o Uso de drogas

Usa droga?



Idade em que começou a usar drogas:



Que tipo de droga usa?

Tipo de droga	Casos	%
Só Cigarro	14	8,8
Só Maconha	47	29,3
Só Solvente	5	3,2
Maconha e Cigarro	40	25
Maconha e Cocaína	12	7,5
Maconha e Crack	8	5,0
Maconha e álcool	3	1,9
Cigarro e álcool	4	2,5

Maconha, cigarro e álcool	3	1,9
Maconha, cigarro e êxtase	1	0,6
Maconha, solvente e cigarro	7	4,4
Maconha, solvente e crack	1	0,6
Maconha, cigarro e cocaína	2	1,2
Maconha, cocaína e crack	4	2,5
Maconha, cigarro, solvente, êxtase	1	0,6
Maconha, cigarro, haxixe, crack	1	0,6
Maconha, haxixe, cocaína, crack	2	1,2
Maconha, cocaína, crack, solvente	5	3,2
TOTAL	160	100,0

Como salientamos, embora poucos jovens possam ser considerados toxicômanos, é grande o número dos que fazem uso de drogas. A droga mais usada é a maconha. O solvente é mais utilizado entre os que vivem em situação de rua. A incidência do uso do álcool é maior entre os adolescentes que vivem no interior do Estado e o uso do *crack* tem crescido sensivelmente.

Por que é tão grande a incidência do uso de drogas na adolescência?

É no contexto da problematização freudiana da felicidade como impossível que a droga pode ser considerada. Em "O Mal-estar na civilização", Freud (1930), afirma que o recurso à droga torna-se um "amortecedor de preocupações", que permite ao sujeito "livrar-se da pressão da realidade e encontrar refúgio num mundo para si próprio, que ofereça à sensibilidade melhores condições" (1930, p. 96-97).

Freud nos mostra, de maneira brilhante, que o mal-estar acompanha a civilização que é fonte de desenvolvimento, mas também de sofrimento. O homem busca soluções diante dos impasses da sua existência e de sua angústia, por ser menos prometido à felicidade que à morte.

Como vimos, os adolescentes estão particularmente confrontados com a questão da identidade, do corpo e da sexualidade e a droga serve de anteparo face aos impasses do mal-estar do desejo e da angústia.

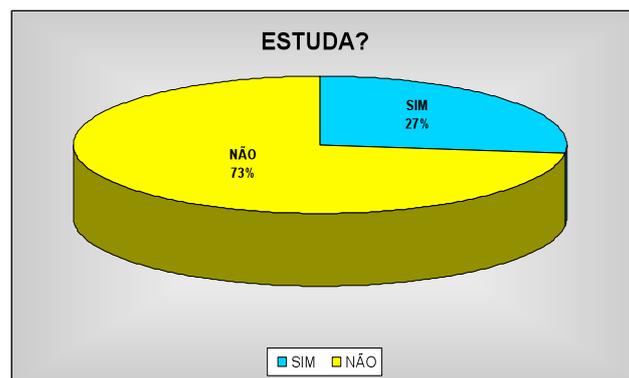
O despertar da sexualidade na adolescência produz atração e temor diante do real de um gozo desconhecido que se manifesta à revelia do sujeito e que gera culpa pelas fantasias incestuosas que suscita.

A adolescência é a última etapa da vida sexual infantil. É o momento onde a pulsão sexual se coloca a serviço da função reprodutiva, colocando o ato sexual à disposição do sujeito. Contudo, longe de tornar a relação sexual possível, suscita fantasias que o afastam dela, revelando aí um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que a maturação biológica torna possível a realização do ato sexual, faz com que o sujeito desperte para o impossível dessa relação. (Freud, 1905)

Esse mal-estar decorrente da impossibilidade da relação entre os sexos é estruturante e isso aparece de uma maneira dramática para o adolescente. (Lacan, 1965. p. 131-133) Drama esse, que se manifesta através dos atos contestatórios e agressivos, que os levam a se refugiar nas drogas como forma de evitar o laço com o Outro ou como uma solução para a angústia, que é sempre de castração.

Sobre a Escolaridade

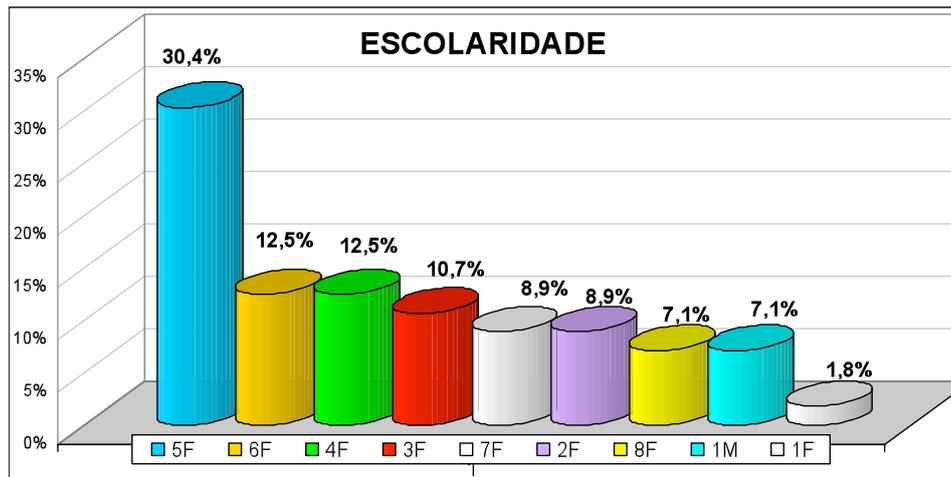
Está estudando no momento do envolvimento com o ato infracional ?



Sabe ler e Escrever ?



Nível de Escolaridade



Um outro aspecto importante a ser considerado é o alto índice de evasão escolar entre os adolescentes que estão cumprindo alguma medida sócio-educativa.

Nas entrevistas realizadas constatamos que 73% desses jovens estavam fora da escola quando se envolveram com os atos infracionais; 30,4% interromperam os estudos na 5ª série do ensino fundamental (6º. ano do novo ciclo fundamental); muitos são analfabetos funcionais⁶ e são poucos, apenas 7,1%, os que chegaram ao ensino médio.

Ficamos, então, confrontados com a questão: como engajar esses jovens em uma educação formal se, com idade entre 14 e 17 anos, estão fora da série prevista para a sua idade e desconhecem a importância da educação para sua formação futura? Não conseguem aprender em uma escola que também não está preparada para ensiná-los. A desvalorização da escolaridade mantém esses jovens sem perspectivas e desprovidos da capacidade de transformar suas vidas.

Se por um lado, acompanhamos o descaso e a ineficiência do poder público na formação de uma escola para todos que forneça qualidade básica de inserção da criança e do jovem no processo de aprendizagem, por outro acompanhamos a dificuldade das famílias na transmissão dos valores.

Como afirma Lacan (1938), "... a família desempenha um papel primordial na transmissão da cultura. [...] a família prevalece na educação precoce, na repressão dos instintos e na aquisição da língua, legitimamente chamada materna". Além de presidir "os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico", ela também transmite "estruturas de comportamento e de representação, cujo jogo ultrapassa os limites da consciência." (Ibid., p. 13)

O princípio da educação é a transmissão de conhecimento, mas, também, a transmissão da cultura, dos ideais, de uma transmissão que revela os objetos mais valorizados e investidos de sublimação no mundo. É a educação que possibilita substituir os objetos pulsionais por objetos sublimados, socialmente valorizados.

A forma como os pais transmitem aos filhos a importância da escolaridade é determinante na relação da criança com a aprendizagem. Quando os pais

valorizam a escolaridade, os filhos crescem mais conscientes da importância dos estudos para o seu futuro, são capazes de adiar suas satisfações, construir metas, projetos de vida e formas de alcançá-los. O problema surge quando constatamos que muitos pais não dão prioridade aos estudos de seus filhos.

Freud já estava atento aos impasses experimentados pelo sujeito na civilização e alertou sobre o impossível que há no ato de governar, educar e analisar. Segundo Freud, o aspecto mais importante do trabalho de civilização recai sobre a renúncia ao prazer e à satisfação pulsional. Esta renúncia implicará no comparecimento do sujeito dividido, jamais plenamente satisfeito, tornando a completude impossível.

A descoberta do inconsciente por Freud revelou a importância central da função do pai, suporte das identificações constitutivas do sujeito e do laço social.

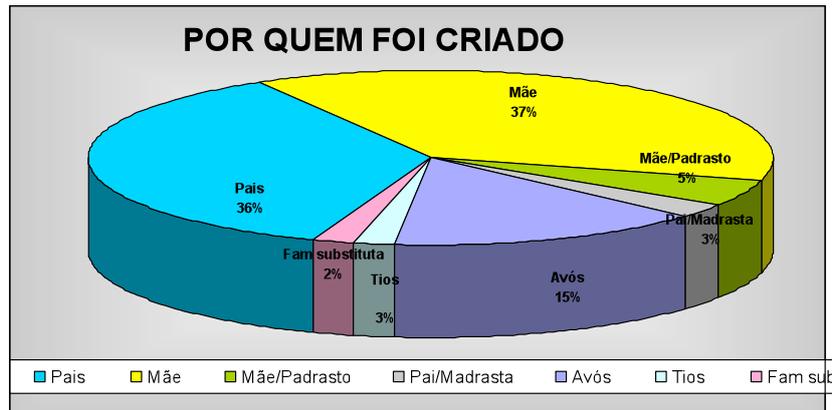
Freud (1913) atribui o mecanismo psíquico do recalque à função do pai. O pai é o agente da castração. A identificação ao pai mantém o sujeito na via do desejo afastando-o da atração pelo objeto incestuoso. A lei, sustentada pela função paterna, existe para estruturar o desejo. O desejo é da ordem da falta, regido pela castração, cuja satisfação está referida a um objeto perdido desde sempre.

Se, para Freud a lei repousa na interdição do incesto, Lacan vai além da proibição e situa a lei no nível das estruturas que determinam o sujeito. A castração é considerada por Lacan como um dado de estrutura, estando relacionada à impossibilidade da linguagem de tudo representar. A condição humana do não-todo revela o impossível da completude narcísica. A castração é estrutural, não é proibição, é impossibilidade. Somos todos marcados por essa falta estruturante, que é o que promove o movimento do desejo. O que se transmite de pai para filho é a castração, isto é, a forma como, enquanto sujeitos, fomos marcados pela Lei e pelo desejo.

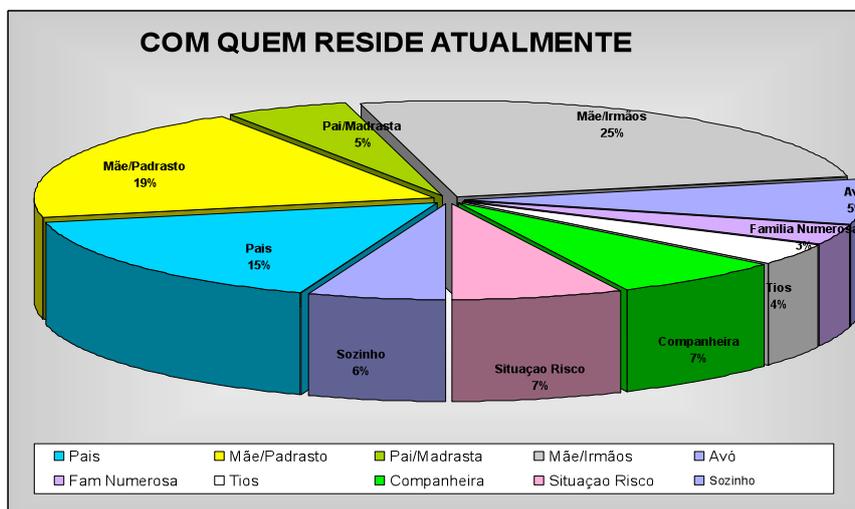
Há, então, que se considerar o impossível da transmissão, a falta, a castração e o sujeito do inconsciente. Contudo, o avanço do discurso da ciência, do capitalismo, da difusão da psicanálise e dos métodos pedagógicos modernos, implicou na liberação das referências humanas e na conseqüente desresponsabilização pela formação das gerações futuras, gerando uma crise de autoridade e uma anulação do sujeito do inconsciente. Perdeu-se o elo da tradição que assegurava a transmissão do saber e dos valores fundantes em sociedade (Coelho dos Santos, Inédito b). O saber, hoje, circula separado da autoridade do mestre. É um saber que não tem poder. (Lacan, 1968-69). Como acontece em casa, a autoridade também é questionada nas escolas e os educadores têm o grande desafio de lidar com a questão das drogas e da violência dentro e fora do pátio das escolas.

Configuração Familiar

Por quem foram criados?



Com quem residem atualmente?



Assistimos, hoje, ao declínio da família tradicional e a fragilidade da relação entre pais e filhos. Diante da dificuldade de confrontarem seus filhos com limites e regras, os pais estão se subtraindo de suas tarefas e delegando à escola, ao conselho tutelar, ao Juiz, etc., o papel de solucionar os impasses com os quais se deparam na educação de seus filhos. Os jovens mostram-se perdidos, sem referências e expressam, nos comportamentos agressivos e desafiadores, a angústia que não conseguem traduzir em palavras.

Os comportamentos de risco, tão comuns na adolescência, como as toxicomanias, os atos infracionais e as violências, portam um apelo a que os pais manifestem alguma autoridade e façam restrição ao gozo. O adolescente é um desafiador da Lei, mas ele precisa que ela se mantenha para barrar os excessos que ele quer e não quer cometer. Ele precisa da Lei para sustentar o seu desejo que, no limite, é sempre incestuoso.

Ao analisarmos a configuração familiar da maioria desses jovens que dão entrada no sistema sócio-educativo, observamos que 37% dos adolescentes foram criados pela mãe; 36%, pelos pais (pai e mãe) e 15% pelos avós.

Contudo, isso muda. Em algum momento de suas vidas ocorrem rupturas e cisões nas relações familiares. No momento em que se envolvem com o ato infracional, estão vivendo com madrastas, padrastos, avós, sozinhos ou com companheiras. Muitos jovens já são pais sem estarem preparados para exercer esta função, evidenciando a fragilidade da família e sua impotência na condução da educação dos filhos.

A presença da mãe como responsável pelo sustento da família é marcante, principalmente pelo desemprego que afeta os homens. Com baixos salários, e sem possuir recursos adequados para cuidar dos filhos na sua ausência, fica evidente, na fala desses jovens, a instabilidade dos cuidados ainda na infância. Crescem sem limites e sujeitos às influências da comunidade, muitas vezes, violenta.

Em "Nota sobre a criança", Lacan (1969, p. 369) designa a implicação da família na "relação com um desejo que não seja anônimo" e articula o *não-anônimo* com o que há de particular nas funções da mãe e do pai. A função da mãe é a de promover cuidados que portem a "marca de um interesse particularizado, nem que seja por intermédio de suas próprias faltas". O filho deve interessar à mãe para além da pura satisfação das necessidades biológicas. É fundamental que uma mãe, ao se ocupar de seu filho, o faça de maneira particular, que veicule o significante de sua falta, de seu desejo, que transmita o Nome-do-Pai. Por sua vez, a função do pai é também tomada pela dimensão do particular, pois "[...] seu nome é o vetor de uma encarnação da Lei no desejo", ou seja, como agente da castração, limita a satisfação e opera a inclusão da Lei no desejo.

O que observamos, hoje, são as dificuldades das famílias em articular Lei e desejo, de conter o gozo e de transmitir a castração. Isso repercute na transmissão da significação fálica e deixa o sujeito diante de um impasse frente à necessidade de se separar do Outro, da sexuação e da escolha de objeto, o que é atuado na adolescência.

Assim, embora configurações familiares marcadas pela ausência do pai e abandono da mãe sejam visíveis em estudos de casos relacionados à violência urbana, há que se considerar o particular de cada caso e a singularidade de cada sujeito. Esse ato, que muitas vezes tem um efeito avassalador na vida do sujeito, desempenha uma função em sua vida e na sua relação com o Outro. É importante recuperar a sua participação nesse ato, a fim de tornar possível para ele responsabilizar-se por isso e retificar sua posição subjetiva.

"Olha para tua participação na desordem da qual te queixas" – eis a resposta de Freud a Dora, fazendo com que ela percebesse sua participação subjetiva na Corte da qual ela era objeto, implicando-a naquilo de que se queixava.

Freud sustenta, assim, um caráter particular de responsabilidade que não tem a ver com responsabilidade jurídica ou moral. A responsabilidade do sujeito está relacionada à coragem de deixar falar o inconsciente, esse saber não sabido, que portamos em nós por sermos seres de linguagem.

Se excluirmos o sujeito de sua responsabilidade, nós o manteremos, sob o pretexto de ajudá-lo, alienado de sua condição.

O campo do sujeito é o campo de sua responsabilidade. Só o sujeito pode responder pelo seu ato para que possa assumir as rédeas de sua vida e, assim, transformá-la.

A trajetória de vida desses jovens, onde o laço social é fundado no abandono, na agressividade e na violência, deixa marcas em sua constituição subjetiva. É através de uma intervenção na dimensão clínica, educativa, social e política que se busca reconstruir com eles um novo caminho. É importante criar condições para que reflitam sobre a sua realidade, contem suas histórias, formulem suas questões, se impliquem e se posicionem em relação ao seu dizer e que não fiquem, simplesmente, capturados em seus destinos, sem saídas e sem escolhas. Por outro lado, é importante que os profissionais envolvidos no atendimento ao adolescente tenham uma escuta que, fundada na ética, faça surgir o sujeito implicado nas suas ações e responsabilizado por elas. Daí a importância da capacitação permanente desses profissionais envolvidos nesse trabalho, do incentivo à produção de publicações e das trocas de experiências.

Podemos oferecer ao adolescente a possibilidade de traduzir em palavras o que ele vive, permitindo que ele descubra, através da associação livre, o lugar da fala para tentar encontrar a fórmula da sua existência, formulando suas angústias ao invés de atuá-las (Lacadée, 2007).

NOTAS

1. Este texto integra minha pesquisa de doutoramento no Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação da profa. Dra. Tania Coelho dos Santos e com o financiamento da CAPES.
2. Todas as planilhas foram feitas por Alexandre Drucker de Campos do Setor de Estatística do DEGASE.
3. Pesquisas realizadas em 2001 e em 2006 pelo Núcleo de Violência e Direitos Humanos do Observatório de Favelas com adolescentes envolvidos com o tráfico em 34 favelas do Rio de Janeiro. Cf: reportagem do Jornal *O Globo* publicada em 08 de dezembro de 2007.
4. Série de reportagens do Jornal *O Globo* sobre 'Di menor - Os adultos de hoje', publicadas no período de 02 a 10 de dezembro de 2007.
5. A referência ao "discurso capitalista" baseia-se na "teoria dos quatro discursos" desenvolvida por Lacan (1969-70). Para a psicanálise os laços sociais são tecidos e estruturados pela linguagem e denominados discursos. Os discursos se articulam em uma ordem precisa e se apóiam na tese de que o real é impossível e que não há outro modo de articulá-lo senão por meio da lei, da proibição que divide o sujeito. O discurso do capitalista abole a categoria do impossível, anula o sujeito do inconsciente, fazendo-o acreditar que o objeto lhe é acessível. Para ler mais acessar www.nucleosephora.com.br/laboratorio/aulas/sinthomacorpobelacosocial
6. Não foi possível avaliar quantos eram analfabetos funcionais.

Referências bibliográficas

COELHO DOS SANTOS, T. (2001). **Quem precisa de análise hoje? O discurso analítico: Novos discursos e Novos laços sociais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (2005) A prática lacaniana na civilização sem bússola. COELHO DOS SANTOS, T. (org.) **Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

_____. (2006) **Sinthoma: corpo e laço social**, Rio de Janeiro: Sephora/UFRJ.

_____. (2006) O psicanalista é um sinthoma. **Latusa**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 57-72.

_____. (2007) Família: resíduo de um desejo que não é anônimo. Editorial de **aSEPHallus**, Ano 2, numero 4. Disponível: www.nucleosephora.com/asephallus

_____. e FREITAS, R. A. (2007) Famílias dissolvidas: luto, atos infracionais e exposição a maus tratos na infância e na adolescência. **Cartas de psicanálise**, UNILESTE, Ano 2, volume 2, Dezembro de 2007, p. 72-79.

_____. (Inédito a) **Sobre os finais de análise: sexualção e invenção**.

_____. (Inédito b) **A política do psicanalista: o saber da psicanálise entre ciência e religião**. Trabalho apresentado no Colóquio do Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica/IP/UFRJ realizado em 30/11/2007.

FREUD, S. (1905). Três Ensaio sobre a Sexualidade, in **ESB**, Rio de Janeiro: Imago, 1974, v. VII.

_____. (1913) Totem e Tabu, in **ESB**, Rio de Janeiro, Imago, 1974, v. XIII.

_____. (1914) Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar, in **ESB**, Rio de Janeiro: Imago, 1989, v. XIII.

LACADEÉ, P. (2007) A passagem ao ato nos adolescentes, in **aSEPHallus** – Revista eletrônica do Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e contemporâneo, Ano II, n. 04. Ed. Sephora: Rio de Janeiro. Disponível em: www.nucleosephora.com/asephallus

LACAN, J. (1938) **Os Complexos Familiares na formação do indivíduo**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

_____. (1950) Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia, in LACAN, J. **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 127-151.

_____. (1950) Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia, in LACAN, J. **Outros Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 127-131.

_____. (1951) Intervenção sobre a transferência, in LACAN, J. **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 214-225.

LACAN, J.

_____. (1954) Introdução ao comentário de Jean Hyppolite sobre a *Verneinung* de Freud, in LACAN, J. **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 370-382.

_____. (1954) Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a "Verneinung" de Freud, in LACAN, J. **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 383-401.

_____. (1956-57) **O seminário. Livro 3: as relações de Objeto** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

- _____. (1958) A direção do tratamento e os princípios do seu poder, in LACAN, J. **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 591-652.
- _____. (1958) A significação do falo, in LACAN, J. **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 692-703.
- _____. (1959-60) **O seminário. Livro 7: a Ética da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.
- _____. (1960) Subversão do sujeito e a dialética do desejo no inconsciente freudiano, in LACAN, J. **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 807-842.
- _____. (1962-63) **O seminário. Livro 10: a Angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- _____. (1963-64) **O seminário. Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- _____. (1965) A Ciência e a Verdade, in LACAN, J. **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 869-892.
- _____. (1966) Kant com Sade, in LACAN, J. **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 776-803.
- _____. (1968-69) **O seminário. Livro 16: de um Outro ao outro**. Recife, 2004. Publicação não comercial exclusiva para os membros do Centro de estudos Freudianos do Recife.
- _____. (1969) Nota sobre a criança, in LACAN, J. **Outros Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 369.
- _____. (1972-73) **O seminário. Livro 20: mais, ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- _____. (1974) **O Triunfo da Religião precedido de Discurso aos Católicos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- _____. (1974-75) **O seminário. Livro 22: RSI**. Lição 21 de janeiro de 1975, Inédito.
- _____. (1975-76) **O seminário. Livro 23: o sintoma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
- LAIA, S. (2007) Demissão do pai, domínio da mãe e violência urbana, in **@gente** Revista digital de Psicanálise, EBP, Bahia, Dezembro, n. 4.
- MILLER, J. A. (2000) Os Seis Paradigmas do Gozo, in **Opção Lacaniana**, n. 26/27. SP: Eólia, p. 87-105.
- SANTIAGO, J. (2001) **A droga do toxicômano: uma parceria cínica na era da ciência**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- SANTIAGO, L. A. e COUTO, M. P. (2007) Família e Fracasso Escolar, in **aSEPHallus** – Revista eletrônica do Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e contemporâneo, Ano II, n. 04. Rio de Janeiro: Ed. Sephora. Disponível em www.nucleosephora.com/asephallus

Texto recebido em: 11/02/2009

Aprovado em: 06/06/2009

A DIMENSÃO ÉTICA DA DIFERENÇA SEXUAL¹

THE ETHIC DIMENSION OF SEXUAL DIFFERENCE

Jamille Mascarenhas Lima

Psicóloga / UFBA

Mestre em teoria psicanalítica pelo Programa de Pós-graduação em Teoria

Psicanalítica / UFRJ

jamillem1@yahoo.com.br

Resumo:

Ao descobrir a prevalência fálica na sexualidade infantil, Freud dá um passo ético. A evidência da dessimetria entre os sexos, no que diz respeito ao complexo de Édipo e a castração, aponta para a impossibilidade da relação sexual. Na ausência das ferramentas da lingüística, das quais Lacan se utilizou para dar conta dessa diferença, Freud se detém na relação imaginária entre ter ou não ter o pênis. Lacan retoma a análise do falo a partir da articulação significativa, e, posteriormente, examina a castração pela vertente da angústia. Nessa perspectiva, o falo é alçado à condição de significativo da falta e se presentifica na relação entre os sexos a partir da sua negativização, ou seja, como $(-\phi)$. Essa mudança de perspectiva conduz Lacan a diferenciar o modo masculino e feminino de se posicionar na partilha sexual.

Palavras-chave: psicanálise, ética, diferença sexual, falo, sexuação.

Abstract:

By assuming that childhood sexuality contains the particularity of phallic prevalence, Freud gives an ethical position faces the dissymmetry existing between male and female. This work investigates the ethical dimension of sexual difference, considering that the absence pointed by the phallus functions as a substitute for the sexual relation that doesn't exists. In absence of the linguistic tools used by Lacan to think this difference, Freud finds itself tied in the imaginary relation of having or having not the penis. Lacan retakes the phallus analysis from the significant articulation; and, later, examines the castration by the anguish side. In this perspective, the phallus gets the condition of significant absence and accomplishes itself in the relation among sexes by turning it negative, in other words, as $(-\phi)$.

Keywords: psychoanalysis, ethics, sexual difference, phallus, sexuation.

A análise da dimensão ética da diferença sexual tem como ponto de partida a descoberta freudiana do papel central do falo na sexualidade. Ao postular que a sexualidade infantil comporta a particularidade da prevalência fálica, na qual a diferença entre os sexos se inscreve em termos simbólicos, Freud se depara com a dessimetria entre o modo masculino e o feminino de inscrição na lógica da sexuação.

Para Freud (1925), frente à percepção da diferença anatômica entre os sexos, o que a criança privilegia é a operação simbólica da presença-ausência do falo, e não a existência de dois sexos. Trata-se, aqui, da incidência psíquica da diferença anatômica entre os sexos.

Freud abordará a diferença entre os sexos através da relação do complexo de Édipo com a castração, demonstrando que, desde a origem, estaria em jogo uma dessimetria fundamental entre o homem e a mulher. Essa dessimetria caracteriza-se pela relação paradoxal que cada sexo estabelece com o falo, e se divide em dois tempos: no primeiro, haveria a identificação com a posição sexuada através da incidência do complexo de castração, ou seja, o primeiro tempo estaria relacionado com a sexualidade infantil; já o segundo teria como pivô o encontro com o outro² sexo, característico da sexualidade adulta.

O encontro com o outro sexo demonstra que a diferença sexual tem uma incidência ética precisamente por não promover um ideal de simetria e complementaridade. Assim, ao estabelecer a sexualidade como essencialmente dessimétrica, Freud funda uma clínica em que o sexual tem uma prevalência fálica e aponta para a impossibilidade da relação sexual.

Lacan (1959-60) assinala que o passo decisivo dado por Freud foi perceber que entre o homem e a mulher não haveria uma complementaridade possível. Assim, a radicalidade da psicanálise reside justamente em apontar que, se há uma ética psicanalítica, ela se baseia na diferença e na não conformação ao ideal.

Ao analisar a constituição da relação do sujeito com o falo, Freud privilegiará os efeitos da descoberta da castração feminina e suas incidências na assunção de uma identificação sexual. A consideração da castração feminina torna-se, então, peça-chave para a compreensão da sexuação: no menino, ela eleva a ameaça de castração ao estatuto de ponto-chave da resolução do complexo de Édipo; na menina, a correlação entre o complexo de Édipo e a castração tem um sentido inverso, ou seja, ao invés de a constatação da castração promover o recalque do Édipo, ela abre caminho para a entrada da menina na situação edípica. Essas articulações resultam da consideração da fase pré-edípica da menina, em que a descoberta da castração materna possibilitará a dissolução do vínculo primordial com a mãe fálica e a transição do investimento libidinal para o pai, permitindo o estabelecimento do triângulo edípico.

Freud (1933 [1932]) afirma que a feminilidade seria da ordem de uma substituição simbólica que faria equivaler o filho ao pênis. Assim, a feminilidade só se instalaria através do desejo da maternidade. Tal vinculação entre feminilidade e maternidade coloca Freud frente ao impasse da relação do homem com a mulher. Ao estabelecer a inveja do pênis como algo irredutível na análise das mulheres, que estaria por trás das relações

femininas com o casamento e a maternidade, ele postula a irredutibilidade da inveja do pênis, denominando-a rochedo da castração.

Ao evidenciar, a partir da constatação da dessimetria entre os sexos, a impossibilidade de complementaridade sexual, Freud dá um passo ético. Estabelece a identificação ao seu sexo como um posicionamento do sujeito frente à diferença apontada pela anatomia, mas considera as relações entre sexos apenas pelo viés do rochedo da castração.

Esse é o ponto em que os impasses da sexuação incidem em sua elaboração teórica, levando-o a enunciar: "Tem-se a impressão de que o amor do homem e o amor da mulher psicologicamente sofrem de uma diferença de fase" (Freud, 1933 [1932], p.133).

Freud se depara com o rochedo da castração justamente porque lhe faltam as ferramentas conceituais que Lacan (1958) retira da lingüística. Ao se deter na relação imaginária entre ter ou não ter o pênis, o que ele não consegue apreender é que o falo, como significante, encontra-se ausente tanto no homem como na mulher.

Ao atribuir ao falo uma função significante, Lacan (1958) reestrutura a descoberta freudiana apresentada em "Algumas conseqüências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos" (Freud, 1925). É como significante que o falo aparece como diferença. Quando Freud nos diz que não se trata da descoberta de dois sexos, mas do desvelamento da antítese entre presença e ausência do falo, é a função significante do falo que está em questão. Assim, quanto ao complexo de castração, não está em jogo ter ou não ter o pênis. A castração é constitutiva da entrada do sujeito na linguagem, isto é, o falo, como significante, evidencia que homens e mulheres são castrados.

Lacan (1956-57) retoma os questionamentos de Freud interrogando a função fálica. Ao definir o falo como o significante fundamental – pelo qual o desejo do sujeito tem que se fazer reconhecer, quer se trate do homem, quer se trate da mulher – esclarece que o desejo tem no sujeito uma referência fálica. É da correlação entre o desejo e o falo que Lacan parte na tentativa de elucidar a maneira pela qual o sujeito se relaciona com a diferença entre os sexos.

A divisão do complexo de Édipo em três tempos tem como propósito esclarecer de que maneira a referência fálica se organiza para o sujeito (Lacan, 1956-57). Para Lacan (1957-58), é em torno da relação entre o falo e o desejo que a situação edipiana se constitui. O desejo é definido como desejo do desejo do Outro. A operação de seu reconhecimento se dá através da constatação de que algo falta ao Outro. Assim, ao constatar essa falta no Outro e, portanto, reconhecer sua castração, o sujeito reconhece o falo como objeto do desejo do Outro.

Como o primeiro Outro da criança é a mãe, a castração é inicialmente reconhecida como castração materna. O falo se constitui, inicialmente, como o significante da falta materna. Essa etapa é comum aos dois sexos e se constitui como o primeiro tempo do Édipo.

Ao constatar a castração materna e, com isso, identificar o falo como o que a mãe deseja, a criança procura colocar-se na posição imaginária de falo, na tentativa de se fazer objeto do desejo da mãe. Porém, o pai – que já

está inserido como uma presença velada no discurso da mãe – posiciona-se contrariamente a essa demanda.

Instaura-se, então, o segundo tempo do Édipo, no qual o pai intervém no circuito como privador da mãe, isto é, posicionando-se contrariamente à demanda materna de fazer o filho equivaler ao falo que lhe falta. Nesse momento, já é possível perceber uma primeira diferença entre Freud e Lacan no que diz respeito à equivalência entre feminilidade e maternidade.

Ao interditar a mãe em seu gesto de fazer do filho o equivalente do falo, o pai também impede o filho de se identificar imaginariamente àquele. Assim, se o desejo do sujeito é simbolizado com o auxílio do falo – como desejo do desejo do Outro – sua identificação imaginária com o falo é vetada pelo pai. Contudo, ao operar tal interdição, o pai surge como potente; como aquele que tem o falo que falta à mãe e por cujo intermédio o filho também pode vir a tê-lo. O sujeito passa, então, do desejo de ser o falo para o desejo de ter o falo. Trata-se do terceiro tempo do Édipo.

O complexo de Édipo estaria, portanto, referido à norma fálica. Contudo, a relação que meninos e meninas têm com a descoberta da castração materna não é simétrica, isto é, a primazia da lógica fálica implica a divisão entre os que possuem o falo – os meninos – e os que não o possuem e, por isso, são castrados – as meninas.

Nesse ponto, as dificuldades introduzidas pela fase fálica na identificação sexual das mulheres tornam-se evidentes. Ao tentar dar conta da identificação feminina ao seu sexo a partir da norma fálica, Lacan privilegia, tal como Freud, o complexo de masculinidade.

Ao colocar em primeiro plano a distinção entre as vertentes imaginária e simbólica do falo, Lacan (1957-58) ressalta a transição da identificação com a mãe fálica primordial para uma identificação com o pai. A mudança no estatuto do falo seria, portanto, ponto privilegiado da identificação da menina com o pai, o que não constitui uma identificação ao seu sexo.

Nesse momento, Lacan chega ao mesmo impasse que Freud em sua constatação da dessimetria entre os sexos. Toda a sua teorização acerca das insígnias do ideal harmoniza-se muito bem à maneira masculina de se posicionar simbolicamente no Édipo; diz respeito aos efeitos da ameaça de castração no recalque dos desejos edipianos e na formação do ideal do eu. Porém, não é possível uma transposição para o modo feminino de identificação ao seu sexo. Ao privilegiarmos a organização fálica, uma parte essencial da constituição da posição feminina permanece enigmática, uma vez que o falo não dá conta do recalque do Édipo na mulher nem da internalização de um ideal do eu.

Essa questão é retomada por Lacan (1962-63) em suas considerações sobre a diferença entre a angústia de castração e a ameaça de castração. Ao considerar o falo pelo viés de sua incidência corporal – problematizando, novamente, a incidência psíquica da diferença entre os sexos – Lacan (1962-63) assinala que o falo aparece, na fase fálica, do lado do negativo, isto é, na fase fálica, o falo se constitui por sua ausência.

Essa mudança de perspectiva na análise da função fálica promove uma torção na idéia freudiana de que o rochedo da castração seria um ponto ineliminável na análise de homens e mulheres.

A consideração da castração pelo viés da angústia promove uma rearticulação da relação do desejo com o falo, uma inversão da relação entre os sexos no que se refere à ausência do falo. A ausência do falo deixa de ser uma questão primária para a mulher – perspectiva em jogo na idéia de rochedo da castração – e passa a ser uma questão para o homem, que experimenta na detumescência a negativização do falo.

Lacan (1962-63) assinala que a relação entre o feminino e o falo se coordena ao consentimento da mulher em se fazer semblante de objeto *a* para o fantasma do parceiro, ou seja, a fórmula do fantasma não vale para homens e mulheres da mesma maneira.

Ao privilegiar a vertente da angústia de castração e ao associá-la à negativização do falo na detumescência, Lacan (1962-63) parte da idéia de que haveria um vínculo entre a maturação do objeto *a* e a puberdade – uma vez que o complexo de Édipo tenha sido ressignificado, poderá o sujeito, realmente, sustentar uma posição sexual.

Freud (1905) já defendia essa posição ao propor que haveria dois tempos na constituição da escolha objetal do sujeito, ou seja, haveria, na adolescência, um retorno e uma ressignificação dos vínculos objetais infantis. Nessa perspectiva, a puberdade seria o momento em que se consolidaria a posição sexual do sujeito.

A crítica de Lacan à elaboração freudiana sobre o rochedo da castração está embasada na idéia de que o falo se apresenta na conjunção sexual por seu negativo, ou seja, o falo funciona como mediador em toda parte, exceto na fase fálica.

É pela incidência da angústia de castração – caracterizada pela negativização do falo na detumescência – que o desejo se funda para o homem como falta. A fantasia aparece, portanto, como o modo privilegiado pelo qual o desejo do sujeito se faz reconhecer na escolha de uma parceira sexual. Por intermédio da fantasia, o homem procura na mulher o falo que lhe falta. Assim, podemos perceber que a fantasia está totalmente referida à norma fálica, ou seja, ela se caracteriza por ser o modo masculino de fazer suplência à relação sexual que não existe.

A menina utiliza a fantasia para se fazer objeto do desejo de um homem. A mulher, ao fazer uso da fantasia, se vê implicada na função do falo: se o falo é o próprio signo do que é desejado, ela se faz desejar colocando-se no lugar de falo. Porém, na identificação com o falo, há uma consumição da mulher como sujeito, pois ela se faz desejar por meio daquilo que ela não é. Assim, a correlação entre fantasia e falo não resolve a questão feminina, já que se fazer objeto do desejo masculino apenas mascara a dimensão negativa do falo na relação entre os sexos.

Assim, no caso dos homens, a relação entre o gozo sexual e a detumescência do órgão aponta para a colocação do instrumento fora de combate, e vincula a falta do objeto ao desejo.

No caso da mulher – uma vez que ela não passa pela experiência da detumescência, e, por conseguinte, não tem um acesso direto à negativização do falo – o vínculo da falta do objeto com o desejo não se constitui como um nó necessário. Porém, isso não quer dizer que a mulher não tenha relação com o desejo do Outro. Ao contrário, é por intermédio do

desejo do Outro que ela poderá ter acesso ao objeto fálico. Assim, para a mulher, a questão da falta apontada pelo falo é reeditada na puberdade por uma via secundária, isto é, na relação dela com o desejo do homem.

Lacan (1962-63) pontua o desejo tem sempre uma referência fálica, razão pela qual aponta sempre para uma falta. Contudo, a relação que homens e mulheres estabelecem com a falta apontada pelo falo não é da mesma ordem. Para o homem, o desejo figura como um modo de articular a falta do falo a um objeto. Com isso, haveria uma relação direta entre a presença do objeto e a articulação do desejo. Já para a mulher, a relação com a falta apontada pelo falo se daria a partir do encontro com o desejo do Outro. Somente a partir do desejo do Outro poderia a mulher encontrar um objeto conveniente para articular o seu desejo.

Em relação ao gozo, Lacan (1962-63) afirma que as mulheres teriam um acesso mais direto. O gozo feminino seria superior ao dos homens, uma vez que seu laço com o desejo não constitui um nó necessário.

Para Lacan (1962-63), o homem só tem acesso ao gozo a partir do objeto como condição do desejo. Dessa maneira, o $(-\phi)$ circunscreve para o homem tanto sua relação com o desejo quanto sua relação com o gozo. Do lado masculino, o gozo se caracteriza por ser inscritível, localizável, isto é, por estar em relação com o falo. O gozo do homem se circunscreve a partir da inscrição, no corpo, do significante fálico. O acesso ao gozo se articula com a falta apontada pelo falo – graças à convergência entre orgasmo e detumescência, o gozo masculino é limitado pelo falo.

É a linguagem que insere o registro do gozo como sexual. Lacan diferencia, a partir de seu seminário *Mais, ainda* (Lacan, 1972-73), o gozo sexual do Outro gozo. O gozo sexual seria uma limitação do gozo, uma vez que ele depende do significante.

Do lado feminino, a linguagem, embora permita a inscrição significante do corpo, não dá conta da sexualidade da mulher. O gozo fálico não faz limite ao gozo feminino, uma vez que falta um significante que especifique 'A mulher'. Assim, o gozo feminino tem algo a mais que não se inscreve em termos significantes, comporta um indizível.

Segundo André (1987), a análise lacaniana da posição feminina na sexuação implica mais do que a castração, apontando para a divisão da mulher perante o sexual. Essa divisão se caracteriza pela dupla direção na qual a mulher localiza seu desejo: frente à castração, a mulher se dirige tanto para o falo – (ϕ) – quanto para S (\AA), o significante da falta no Outro.

Na mulher, o desejo implica a castração do homem, isto é, seu desejo se pauta na falta colocada do lado do Outro. É a castração, introduzida pela linguagem, que permite ao homem direcionar seu desejo para uma mulher. Vendo-se dividido ($\text{\$}$), o homem eleva a mulher à condição de objeto (a) causa do desejo. É desse lugar de objeto que a mulher pode ter acesso ao que é da ordem do desejo, uma vez que é por essa via que a castração se coloca para ela.

A posição feminina é paradoxal, uma vez que, inscrevendo-se na sexuação a partir da significação fálica, esta não diz dela como um todo. Lacan chama-nos à atenção para essa peculiaridade: "Não é porque ela é não-

toda na função fálica que ela deixe de estar nela de todo. Ela não está lá não de todo. Ela está lá à toda. Mas há algo a mais” (Lacan, 1972-73, p. 100).

Assim, a mulher está totalmente referida à lógica fálica, mas esta não dá conta de sua inscrição sexual como um todo. É por esse motivo que a mulher se divide perante a castração do Outro. Ao se perceber castrada, ela se volta para aquele que teria o falo e poderia dá-lo. Apreende, contudo, que ser mulher não se esgota em não ter o falo. Trata-se, aqui, da ausência de uma inscrição significante que a situe.

Ao propor que a mulher teria um acesso mais direto ao gozo, Lacan (1962-63) aponta justamente para o fato de que a articulação significante não circunscreve o gozo feminino como gozo fálico.

Do lado feminino, o gozo se caracteriza por ter relação com o Outro como tal. Esse Outro gozo se constitui a partir da incidência do significante, mas não se limita a ele. O Outro gozo da mulher se constitui como um gozo suplementar ao gozo fálico.

Para a mulher, só é possível ter acesso ao Outro gozo a partir da inscrição significante. O significante se constitui, então, como seu próprio limite, isto é, a própria articulação significante aponta para o impossível de ser articulado. É nesse registro que o Outro gozo se constitui como inapreensível pela linguagem.

Assim, o que é da ordem do gozo se divide entre um além e um aquém da linguagem. Porém, essas duas posições só podem ser concebidas a partir da função primordial da castração: de um lado, a castração funda o gozo mítico anterior à linguagem e instaura a exceção fálica – lógica masculina da sexuação; de outro, a articulação significante permite desvelar um gozo que não cabe na significação fálica – posição feminina na sexuação.

Nota

1. Este texto é parte da dissertação de mestrado *A dimensão ética da diferença sexual*, defendida em 2008 no Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação da Profa. Dra. Tania Coelho dos Santos e com o financiamento da CAPES.
2. A expressão “outro sexo” indica o encontro com o parceiro sexual. Já a expressão ‘Outro sexo’ será utilizada para designar a diferença em termos simbólicos, ou seja, quando estiver em jogo a relação do sujeito com o Outro constitutivo da entrada na linguagem. É o que já nos advertia Lacan: “O Outro, na minha linguagem, só poderia ser, portanto, o Outro sexo” (Lacan, 1972-73, p. 54).

Referências bibliográficas:

- ANDRÉ, S. (1987) **O que quer uma mulher?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1905) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, v. VII.
- _____. (1923) A organização genital infantil: Uma interpolação na teoria da sexualidade, v. XIX.

- _____. (1924) A dissolução do complexo de Édipo, v. XIX.
- _____. (1925) Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos, v. XIX.
- _____. (1931) Sexualidade feminina, v. XXI.
- _____. (1933) Novas conferências introdutórias sobre a psicanálise: conferência XXXIII: A feminilidade, v. XXII.
- LACAN, J. (1956-57) **O Seminário. Livro 4: A relação de objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- _____. (1957-58) **O Seminário. Livro 5: As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- _____. (1958) "A significação do falo", in LACAN, J. **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____. (1959-60) **O Seminário. Livro 7: A ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- _____. (1962-63) **O Seminário. Livro 10: A angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- _____. (1972) "O Aturdido", in LACAN, J. **Outros Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- _____. (1972-73) **O Seminário. Livro 20: Mais, ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

Texto recebido em: 18/04/2009

Aprovado em: 19/06/2009

A ESCRITA ÍNTIMA NA PUBERDADE: A TESSITURA DE UM VÉU NO ENCONTRO COM O FEMININO**INTIMATE FEMALE WRITING: AN UNVEILING PROCESS WITH THE ONSET OF PUBERTY.**

Nádia Laguárdia de Lima

Doutora em Educação - UFMG

Mestre em Educação - UFMG

Psicóloga, Psicanalista

Professora do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas.

nadialaguardia@uai.com.br

Ana Lydia Bezerra Santiago

Professora da Faculdade de Educação da UFMG

Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo

Psicanalista, membro da Escola Brasileira de Psicanálise e da Associação Mundial de Psicanálise.

a.lydia@terra.com.br

Resumo

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre a função da escrita para a menina no despertar da puberdade. A puberdade, para a psicanálise, é um tempo lógico no qual o sujeito é convocado a realizar um trabalho psíquico. No confronto com o real do sexo, ressurgem as perguntas sobre o ser, sobre o sexo, sobre o próprio desejo e o desejo do Outro, inauguradas na infância e silenciadas na latência. A passagem do corpo de menina ao corpo de mulher leva ao surgimento da questão: o que quer uma mulher? Na ausência de um significante feminino, a adolescente constrói um semblante, velando a falta fálica. A escrita, para a adolescente, pode apresentar-se nesse momento como alguma coisa que visa à construção de um véu, como um semblante, que recobre o vazio. Esse trabalho de tessitura é ilustrado através do diário de uma adolescente.

Palavras-chave: psicanálise, puberdade, escrita, feminino.

Abstract

This article presents a reflection on the function of teenage girls' writing, by the time they approach puberty. Within the psycho analysis view, puberty is a logical time during which one is invited to carry out a psychic process. Facing the reality of sex, girls are challenged by questions which have been silenced in childhood and latency times about the being, sex, their own desires and the others' at puberty times. The shift from a girl's body to a woman's body brings about the question:

what does a woman want? Lacking a female signifier, teenagers build up a look in order to mourn their phallic lack. For female teenagers, writing can be seen as the construction of a veil which covers emptiness. Such a process of contexture is illustrated through the diary of an adolescent.

Keywords: psychoanalysis, puberty, female writing.

Sábado, 15 de janeiro de 1944

Minha querida Kitty,

Não há motivo para eu continuar descrevendo todas as nossas brigas e discussões [com os vizinhos] até os mínimos detalhes. Basta dizer que dividimos muitas coisas, como carne, gordura e óleo, e que estamos fritando nossas próprias batatas. Ultimamente comemos um pouco mais de pão de centeio, porque às quatro horas já estamos com tanta fome que mal podemos controlar os roncos no estômago. (...) A guerra vai continuar, independentemente das brigas e do desejo de liberdade e ar puro (...). Acredito que, se eu morar aqui durante muito mais tempo, vou me transformar num pé de feijão velho e seco. E na verdade só quero ser uma adolescente! Sua Anne (Frank, 2007).

Introdução

A "adolescência" enquanto uma fase intermediária da vida, entre a infância e a fase adulta, é uma construção social. Até o final do século XVIII a adolescência não era percebida como um estágio particular do desenvolvimento humano. O termo adolescência surge, em sua concepção moderna, entre o final do século XVIII e início do século XIX. Até então, a adolescência se confundia com a infância e ambas demarcavam a ideia de dependência socioeconômico-cultural.

Se a adolescência é uma construção social, o termo mais adequado para abordar esse tempo lógico do encontro com o real do sexo talvez seja a puberdade, termo utilizado por Freud. Consideramos a adolescência como uma resposta sintomática do sujeito ao encontro com o real do sexo na puberdade.

Freud (1905) utiliza o termo puberdade descrevendo-a como um segundo tempo da sexualidade. O primeiro ocorre na infância e retrocede ou é detido na latência; e o segundo sobrevém com a puberdade e determina a configuração definitiva da vida sexual. E explica que com a chegada da puberdade introduzem-se as mudanças que levam a vida sexual infantil à sua configuração definitiva. A pulsão na infância era predominantemente autoerótica e na puberdade encontra o objeto sexual. Surge um novo alvo sexual para a conjunção de todas as pulsões parciais: a zona genital.

Assim, com a chegada da puberdade, duas transformações são decisivas, segundo Freud: a subordinação de todas as outras fontes de excitação sexual ao primado das zonas genitais e o processo do encontro do objeto. A

normalidade da vida sexual só é assegurada pela exata convergência das duas correntes dirigidas ao objeto sexual e à meta sexual, a de ternura e a sensual: "A primeira destas comporta em si o que resta da primitiva eflorescência infantil da sexualidade. É como a travessia de um túnel perfurado desde ambas as extremidades" (Freud, 1905, p. 195).

Um outro trabalho que o jovem deve fazer é o de separação de seus pais, como ressalta Freud. Ele destaca que na puberdade há o redespertar do Édipo, renovando os conflitos edípicos e as fantasias incestuosas. Ele comenta:

"Contemporaneamente à subjugação e ao repúdio dessas fantasias claramente incestuosas consuma-se uma das realizações psíquicas mais significativas, porém também mais dolorosas, do período da puberdade: o desligamento da autoridade dos pais, unicamente através do qual se cria a oposição, tão importante para o progresso da cultura, entre a nova e a velha gerações" (Freud, 1905, p. 213).

Há uma reativação do Édipo na puberdade que, diferentemente de sua primeira manifestação na infância, agora tem a marca da interdição. De acordo com Cottet, Freud descreve a puberdade como "[...] um mito, o da conjunção de todas as pulsões parciais em torno da genitalidade sobre um novo objeto após a fase da latência e, portanto, para além do recalçamento" (Cottet, 1996, p. 12). Na puberdade, o desejo sexual, à medida que desperta a antiga corrente, reativa o Édipo. Há uma reativação da escolha do objeto interdito. A diferença com relação à infância é que desta vez é reativada numa época mais além do recalque com esse novo elemento que é a genitalidade. O desejo sexual reativa uma interdição pondo em questão a impossibilidade de uma harmonia entre a pulsão sexual e a corrente terna sobre o mesmo objeto.

Os pais, enquanto modelos de identificação, devem ser substituídos por outras pessoas. Em 1914, em "Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar", Freud faz algumas considerações sobre a adolescência, marcando em especial o desligamento que o jovem faz do pai e sua substituição pela figura do mestre. Freud explica que é nessa fase do desenvolvimento do jovem que sobrevém seu encontro com o mestre. Ele acrescenta que tudo o que distingue a nova geração, tanto o que é portador de esperança quanto o que choca, tem como condição esse desligamento do pai. Ou seja, a crise do pai faz nascer a nova geração. Nesse movimento, a função de interdição edípica, bem como a abertura à possibilidade do exercício do desejo, ampliam-se para sua concretização no pacto social.

A partir das referências freudianas acima, podemos destacar como principais determinantes da puberdade: as transformações fisiológicas com a consequente maturação genital, o encontro com o outro sexo (que ele chama de encontro com o objeto), o redespertar do Édipo com a necessidade de separação dos pais e a escolha de outras referências de identificação, ou seja, a passagem do pai ao mundo social mais amplo. Assim, no tempo da puberdade, há a exigência de um trabalho psíquico para que o jovem possa fazer essa "passagem" da infância à fase adulta.

O despertar do real do sexo na puberdade

Para Freud a sexualidade humana não é inaugurada na puberdade, mas na infância. No segundo ensaio de seu texto de 1905 o autor demonstra a existência da sexualidade infantil, descreve a fragmentação das pulsões parciais e comprova o caráter normal das exteriorizações sexuais infantis. A vida sexual infantil vai apresentar uma lógica pré-genital organizada como oral e anal. Em 1924 o autor acrescenta a fase fálica. Essa fase se apoia numa zona genital, mas com diferenças com relação à organização genital adulta, pois a criança só reconhece uma classe de órgão sexual: o masculino. Mas não se trata da primazia dos genitais, e sim do falo. A descoberta da diferença entre os sexos (tendo o falo como referência) é fundamental para a constituição da sexualidade.

A separação entre masculino e feminino só ganha significação após a puberdade, e essa distinção será fundamental na sexualidade do adulto. O complexo de Édipo e o complexo de castração marcam a passagem da sexualidade infantil para a vida sexual adulta. Freud formula o complexo de Édipo para afirmar que o desejo inconsciente determina no sujeito uma estrutura ternária, uma rede complexa na qual o sujeito articula o seu desejo ao desejo do par parental. Podemos considerar que, ao escrever o complexo de Édipo, Freud indica uma direção, do mito à estrutura. A impossibilidade do amor incestuoso encaminha o Édipo para a sua destruição. Essa impossibilidade é a castração, enquanto um fato de estrutura. Marca-se a impossibilidade do encontro com o objeto, não há complementaridade. As teorias sexuais infantis constituem o recurso utilizado pela criança no trabalho de velar e desvelar a castração, enquanto impossibilidade estrutural. Há um recalque das fantasias e do desejo incestuoso com a incidência da castração, marcando a entrada da criança na latência. A latência se situa nesse tempo intermediário entre a infância e o despertar da puberdade. Na puberdade existirá a necessidade de distinção sexual e o primado da zona genital irá se firmar. A maturação genital leva ao encontro com o objeto.

Há, portanto, uma constituição da realidade psíquica que se dá em dois tempos: o da infância e o da adolescência. O trabalho psíquico que ocorre na adolescência envolve um segundo tempo desse processo. Para a teoria lacaniana, a subjetividade se constitui a partir do enlaçamento de três dimensões topológicas: o simbólico, o imaginário e o real. O registro simbólico designa a relação do ser falante com o significante; o registro imaginário, a relação do ser falante com a imagem; e o real, com o objeto. O complexo de Édipo é o que amarra os três registros.

O registro simbólico representa, na teoria psicanalítica lacaniana, o lugar do código fundamental da linguagem, o lugar da lei, onde fala a cultura, a voz do grande Outro. A escritura do Outro (com maiúscula) foi adotada por Lacan para mostrar como a relação entre a estrutura simbólica e o sujeito se distingue da relação imaginária do eu e do outro (com minúscula indica o outro imaginário). Lacan, em "O estádio do espelho como formador da função do eu", chama a atenção para a matriz simbólica em que o eu se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito (Lacan, 1998, p. 97). O acesso ao simbólico tem como efeito "a divisão do sujeito", ou seja, a perda de uma parte

essencial de si mesmo, pois no simbólico o sujeito só pode ser representado.

O sujeito mediatizado pela linguagem está irremediavelmente dividido, pois está excluído da cadeia significante, ao mesmo tempo em que aí é representado. Nomeado no discurso dos pais e deles recebendo um prenome, o sujeito entra no circuito da troca e, nessa troca, algo se perde. A condição para a sua aparição na ordem do significante é a sua "morte", ou a sua "perda", a sua "divisão", ou seja, pode-se dizer que ao mesmo tempo em que ele se humaniza através do Outro, o preço a ser pago por essa humanização é a sua alienação a esse Outro, a essa ordem cultural.

Entre o campo do sujeito e o campo do Outro há uma hiância; é nesse intervalo que acontecem as duas operações na relação do sujeito com o Outro. Se a primeira operação é a alienação, como vimos acima, a segunda está situada numa interseção, é a separação. O encontro inaugural com o Outro deixa como marca uma inscrição significante, o S1, um significante sem qualquer sentido. O sentido de S1 será construído retroativamente, a partir de certo sentido, certo saber, o S2. A fundação do sujeito se dá então a partir dessa marca originária vinda do campo do Outro, o S1, e de um significante que pretende dar sentido, o S2. Nem S1 nem S2 dão conta de representar o sujeito integralmente. O sujeito do inconsciente surge no intervalo entre S1 e S2, como \$ (Sujeito dividido). Para a psicanálise, não há relação entre S1 e S2, somente uma amarração. O objeto *a* é o que aponta para aquilo que escapa a qualquer tentativa de recobrir um significante pelo outro, substituindo-o, sem falha. O objeto *a* é o resto da operação de emergência do sujeito entre S1 e S2, que supostamente taparia nossa falha estrutural.

A separação surge no recobrimento de duas faltas: a que o sujeito encontra no Outro e a que recobre a primeira, quando o sujeito responde à primeira falta com a proposta de seu desaparecimento, sua morte, que permanece na pergunta infantil: "Será que o Outro pode me perder?" Falta um significante no campo do Outro do qual o sujeito do inconsciente depende para se constituir como tal. Então surge a fantasia como resposta e solução para o sujeito diante do enigma do desejo do Outro. Por meio da fantasia, o sujeito pode evitar o encontro com o real faltoso, com a falta de objeto, com o que não está inscrito. Com a fantasia, onde há furo coloca-se objeto *a* fantasioso. Quando há a instalação da fantasia inconsciente fundamental, há a instalação dos três registros: o real, o simbólico e o imaginário.

O imaginário para a psicanálise envolve não só as imagens e a imaginação, como também o registro da identificação especular, onde há a relação do sujeito com as identificações formadoras do eu. Lacan descreve o estádio do espelho como uma identificação, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem: "O estádio do espelho é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação" (Lacan, 1998, p. 100). Lacan, retomando Freud, diz que no princípio não há unidade, ou seja, inicialmente o corpo do indivíduo é fragmentado pelas pulsões autoeróticas, ou pulsões parciais, que ainda não se organizaram em torno de um eu. As pulsões autoeróticas convergem para a imagem do corpo tomado pelo objeto: imagem com a qual o sujeito se identifica para constituir seu eu. Essa imagem é o *eu ideal* formado pela imagem do outro, que dará a unidade que constitui o eu, ou seja, a criança se identifica com

aquela imagem refletida no espelho (ou imagem do outro), alcançando uma "identidade alienante" que a acompanhará no seu desenvolvimento. Essa unidade ou "armadura", esse "eu", é antes de tudo "um eu corporal" (Freud, 1914b). A percepção visual do corpo constitui a base do imaginário e da identificação especular. A unidade do eu é, portanto, imaginária.

No entanto, se o espelho fornece ao sujeito uma unidade corporal, que o organiza, conferindo-lhe uma *gestalt*, um eu ideal, essa imagem é sustentada pelo olhar de um representante do Outro. O sujeito se vê no espelho através desse ponto simbólico situado fora da imagem, suporte da identificação simbólica ao ideal do eu. Mas, como nem tudo da realidade subjetiva é captado pela imagem, existe sempre algo não especularizável, o objeto fora do espelho. Diante de sua falta a ser, o sujeito se vê impelido a compensar sua incompletude através do recurso às imagens unificadoras do eu. Mas em algum momento ele se depara com a impossibilidade de captar-se totalmente numa imagem. A experiência especular traz como uma de suas importantes consequências a subordinação do sujeito ao significante que o designa, com a consequente perda do objeto. Os objetos pulsionais não se deixam captar pelo espelho, permanecendo como traços no corpo do sujeito. O sujeito tenta recuperar esses objetos mediante a construção de sua fantasia.

A puberdade é um tempo lógico, portanto, no qual o sujeito é convocado a realizar um trabalho psíquico. Há uma ressignificação da sua relação com o corpo. A construção especular do eu feita na infância é perturbada na adolescência. O corpo "púbere", em transformação, denuncia os pontos de fraqueza da "unidade especular" construída na infância. As perguntas sobre o ser, sobre o sexo, sobre o próprio desejo e o desejo do Outro, surgidas na infância e silenciadas na latência, são redespertadas na adolescência.

A consistência imaginária do Outro é abalada. O Outro aqui é referido ao campo simbólico ao qual o sujeito do inconsciente está remetido. Sua consistência imaginária é abalada nesta fase. O adolescente terá que fazer um intenso trabalho de construção imaginária da realidade, quando o corpo desponta como fundamental ao sujeito. Na reconstrução que o adolescente deve fazer da sua imagem, a questão do olhar é fundamental. O adolescente demanda um olhar que confirme "a nova imagem corporal" como desejável e desejante. O olhar do outro confere ao sujeito um reconhecimento de sua nova condição sexuada.

Mas a imagem do corpo em transformação do adolescente torna-se estranha a ele mesmo, correspondendo à categoria do *estranho* (*Unheimliche*), descrita por Freud (1919). O estranho remete ao que é conhecido e familiar, que se tornou alheio ao próprio sujeito. O termo *unheimliche*, através da partícula negativa *um-*, põe um limite na ambiguidade de seu provedor *heimliche* (Portugal, 2006). A raiz de ambos, *das Heim* (casa, lar), refere-se a tudo o que é íntimo, conhecido e familiar, e de tão íntimo torna-se secreto, estranho, assustador e angustiante. Para Freud o termo refere-se a tudo que deveria ter permanecido secreto e oculto, mas veio à luz.

O duplo como figura do estranho, que comumente aparece como imagem especular, torna-se causa de estranheza, quando o corpo familiar vira objeto de angústia. O eu para a psicanálise é sempre imaginário, daí a sua fragilidade e o estatuto de ficção que derivam de uma articulação entre o

estranho e o narcisismo. O fundamento do duplo está no momento de cristalização do eu. O espelho, parâmetro de exterioridade, oferece ao sujeito a chance de se ver por inteiro, mas ao preço de se ver como um outro. Nessa relação com o semelhante, a figura que se reflete aparece invertida, impondo uma diferença no registro do idêntico, forçando a alteridade. A própria imagem, que deveria ser o mais conhecido e familiar, vira estranho, sinistro. Surge então a angústia que leva a buscar eliminar o duplo, este rival. O fenômeno do *Unheimliche* mostra que a mesma imagem da qual o eu depende para se constituir pode se tornar uma ameaça à sua "suposta" integridade. No fenômeno do duplo, há um destacamento da imagem especular, que se apresenta como duplo autônomo, estranho para o sujeito.

Na puberdade, a imagem corporal claudica, há um despedaçamento da imagem, causando estranhamento. A imagem do corpo torna-se estranha ao sujeito. O estranho é o real, que se rompe quando o véu que o recobre é descoberto. O estranho é o impossível a ocultar, é a experiência do real que irrompe, furando a imagem. A experiência do duplo traz à tona a "outra cena", que nos aliena de nós mesmos, provocando um sentimento de estranheza que nos angustia, exigindo um trabalho de escrita que leve à construção de sentido.

Lacan (1964), no *Seminário 11*, introduz o olhar como objeto *a* no lugar do Outro. Na experiência especular existe um ponto cego, uma parte faltante, que corresponde ao que do registro real não é especularizável. O autor diferencia visão e olhar, identificando o olhar com o objeto. O olhar ou o escópico aponta para o real, que é diferenciado da visão ou do especular, que corresponde ao imaginário. A dimensão escópica, apesar de não poder ser vista, dá razão àquilo que se vê (especular). Para Lacan, o segredo do fascínio pela imagem é o encobrimento da falta e, também, o encobrimento do objeto (olhar). O olhar como objeto *a* é encoberto pela imagem e é o responsável, tanto pelo segredo da beleza, quanto pelo horror da imagem, que causa estranhamento.

O despertar do real do sexo leva o sujeito a um desatar do nó que amarra a estrutura. Se o Complexo de Édipo é uma amarração da estrutura, há na puberdade uma exigência de um novo enodamento. Como o sujeito pode fazer essa amarração? Tornar-se homem ou mulher envolve fazer um trabalho de amarração com os restos do enlace do sujeito ao Outro. Ilustraremos, com o diário de Melissa, o encontro com o real na adolescência e a escrita de um diário operando como uma forma de dizer desse encontro com o feminino.

A construção de um véu no despertar da puberdade: a escrita de uma adolescente

Melissa Panarello, uma adolescente siciliana, publica o diário que escreveu dos 14 aos 16 anos, entre 2000 e 2002. Seu diário, *Cem escovadas antes de ir para a cama* (2004), revela os seus desejos mais íntimos, o início de sua vida sexual e a busca desenfreada pelo verdadeiro amor, que a leva a oferecer o próprio corpo a quem quer que o solicite. Os conflitos da adolescência e as experiências sexuais são vividos intensamente e descritos

minuciosamente em seu diário. O seu texto mistura a escrita sem “pudores” com a escrita poética de uma adolescente que faz uma viagem em busca de “si mesma” e do amor. Se ela se entrega aos excessos carnisais, seu prazer convive com a repulsa e a angústia.

Na puberdade a *gestalt* do corpo muda, assim como a percepção que o jovem passa a ter de si e do meio que o cerca. Melissa observa seu corpo no espelho e descreve em seu diário seu encantamento com a nova forma que começa a se delinear: “Diante do espelho, eu me admiro, extasiada com as formas que vão pouco a pouco se delineando, com os músculos que ganham um contorno mais modelado e seguro, com os seios que começam a aparecer sob as camisetas e se movem suavemente a cada passo” (Panarello, 2004, p. 8).

O jovem, diante das rápidas transformações físicas, desconhece o seu corpo e não sabe dele se servir. Ele então reinveste a imagem especular que o fazia reconhecer-se no outro imaginário. Mas, é exatamente o seu corpo que lhe causa angústia, ele é um estranho. Sua imagem claudica, despedaçando-se: “Sinto meu corpo arrasado e pesado, inacreditavelmente pesado. É como se alguma coisa muito grande tivesse caído em cima de mim e me esmagado. Não me refiro à dor física, mas a uma dor diferente, por dentro” (Panarello, 2004, p. 24).

De acordo com Freud, a forma definitiva normal do corpo é assegurada pela fantasia, por meio da conjunção de duas correntes, a terna e a sensual, em direção ao objeto e ao fim sexual. Nesse desencontro do sujeito com sua imagem especular, imagem que traz em si um ponto de real, surge a angústia, quando se produz um abalo na significação fálica, que de alguma forma sustentava essa imagem. Surge então a pergunta sobre o seu ser. Essa pergunta, insistente, instiga a escrita pessoal, como tentativa de construir uma resposta que lhe sustente: “Mais buscas, não vão acabar até eu encontrar aquele que procuro. Na verdade, não sei bem o que quero. Procura, continua a procurar, Melissa, sempre” (Panarello, 2004, p. 78).

Através da prática sexual promíscua, Melissa busca despertar a paixão do parceiro: “...vou entregar meu corpo a qualquer homem por dois motivos: porque, saboreando-me, talvez ele sinta o sabor da raiva e da amargura e por isso pode sentir um pouco de ternura, e depois porque vai se apaixonar pela minha paixão até não poder mais passar sem ela” (Panarello, 2004, p. 30).

Lacan (1974) vai apontar a adolescência como fornecedora do paradigma da impossibilidade do encontro simétrico e recíproco com o outro. A relação ao outro sexo é contaminada pelo interdito. Lacan desenvolve este ponto de vista em seu “Prefácio a *O Despertar da primavera*”, de Wedeking”, peça que foi traduzida por François Regnault nos anos 70 e que tinha sido discutida na Sociedade Psicanalítica de Viena em 1907. Na puberdade, há o despertar para a discordância entre o sujeito que surge como produto dividido do recalçamento e o mundo das pulsões. Nesse tempo da puberdade essa dicotomia se faz presente de forma contundente e não permite mais o recurso, utilizado pela criança, de lançar mão do Outro parental para fazer frente a este desencontro entre o sujeito dividido e a pulsão. O Outro parental apresenta-se falho, incapaz de responder à altura dessa exigência. Os ideais vacilam e os adolescentes vão à procura de novos ideais.

É neste período também que o encontro com o outro sexo ganha corpo. É exatamente no momento em que o rapaz satisfaz aos ideais de sua virilidade e a moça se instala na identificação, momento de assunção do desejo, que o encontro fracassa. Há um mal-estar, um impasse na relação sexual. Os desencontros dos primeiros amores são paradigmáticos do impasse da relação sexual. De acordo com Lacan, quando chega a hora do rapaz fazer amor com as moças, é preciso que sonhe com isso, antes disso se ocupar. Em *Televisão* (2003), retomando o vocabulário da época que qualifica o adolescente de jovem, Lacan observa que sua relação ao sexo é marcada por dois afetos modernos, o tédio e a morosidade:

Se falei de tédio, e até mesmo de morosidade a respeito da abordagem "divina" do amor, como desconhecer que esses dois afetos são denunciados – em falas e até mesmo em atos – em jovens que se entregam a relações sem repressão – o mais incrível sendo que os analistas, em quem eles encontram suas motivações, lhes respondem fazendo birra. Mesmo que as recordações da repressão familiar não fossem verdadeiras, seria preciso inventá-las, e não se deixa de fazê-lo. O mito é isso, a tentativa de dar forma épica ao que se opera da estrutura (Lacan, 2003, p. 530).

Se não existe a repressão sexual, como adverte Lacan, é necessário criá-la, inventá-la. Assim, o adolescente, ao criar o mito da repressão familiar, dá forma épica ao que se opera na estrutura. De acordo com Cottet (1996), Lacan designa uma espécie de infelicidade do ser no fato dos jovens se devotarem ao exercício de relações sem repressão. Sem fazer uma apologia da repressão, Lacan na verdade busca deduzir a estrutura desse impasse, estrutura que ele referia à lógica, ao menos à aritmética, ao gozo do Um, ideal de uma beatitude na qual o parceiro é reduzido ao semelhante. "Lacan observava a intolerância do adolescente em consagrar o outro como objeto *a*, em enraizar seu desejo ou sua causa em um objeto que não fosse o semelhante idealizado" (Cottet, 1996, p. 19).

A adolescência pode ser considerada como um "sintoma" da puberdade. Stevens (2004) considera que o termo puberdade tem mais pertinência na clínica do que o termo adolescência. Retomando a tese de Freud de que após a infância certas escolhas são feitas (de objeto e quanto à sexuação), ele ressalta uma terceira escolha, determinada mais cedo na existência e que só vai ter consequências na adolescência, é a eventual escolha da perversão. É a escolha em permanecer em uma pulsão parcial, mas também uma escolha de se colocar a serviço de uma vontade de gozo, de um Outro do gozo, do gozo obscuro. Assim, a puberdade é tomada não só como um tempo de escolha de objeto e de posição quanto à sexuação, mas também como um tempo lógico de escolha de uma possível orientação quanto à perversão.

No momento em que se dá a sua entrada na adolescência, o sujeito ainda não se decidiu totalmente sobre suas escolhas e esse é o momento de se decidir. O autor destaca que a escolha do sintoma e a organização da fantasia se estabelecem extremamente cedo, mas são recolocadas parcialmente na adolescência. Essas escolhas deverão ser recolocadas tanto do lado da fantasia, posta à prova na puberdade, quanto do lado do sintoma. Elas são recolocadas mesmo se a estrutura clínica já está decidida. No entanto, as formas comportamentais, fenomenais e também a forma do sintoma com o sexo vão se encontrar modificadas na puberdade.

Se a puberdade é um dos momentos em que a não-relação sexual aparece para o sujeito, a adolescência, segundo Stevens (2004), é a resposta sintomática que o sujeito vai dar a isso, é o arranjo particular com o qual ele organizará sua existência, sua relação com o mundo e com o gozo. O autor propõe a clínica da adolescência como a clínica do sintoma. Mas se trata de uma resposta individual e como escolha de um sujeito. Na adolescência, há certo despedaçamento do imaginário diante da irrupção do real da puberdade (órgão marcado pelo discurso na ausência de um saber sobre o sexo). Na ausência de um saber, resta a cada um inventar sua própria resposta. Stevens descreve o real da puberdade articulando-o com três definições de real em Lacan: um primeiro conceito de real, articulável na disjunção entre a identificação simbólica e imaginária, disjunção esta acentuada no momento da adolescência em função do despedaçamento da imagem; um segundo conceito de real como aquilo que irrompe, que não tem nome e que vem modificar a imagem, que acontece no tempo do despertar da puberdade; e o real como a não-relação sexual, que faz retorno na puberdade. A adolescência é, pois, a enumeração de uma série de escolhas sintomáticas em relação a esse impossível, que é o real da puberdade.

Diante das exigências que se impõem ao jovem adolescente: passagem do pai à lei social na ampliação do pacto edípico ao pacto social, elaboração do luto dos pais infantis, ressignificação da relação com o corpo, escolha do objeto e da posição sexuais, além da escolha da perversão, a escrita de um diário pode ser um instrumento que possibilita esse trabalho psíquico, ou, a partir das considerações de Stevens (2004), o diário pode ser uma resposta do sujeito, uma escolha sintomática possível ao impossível do encontro com o real, próprio da puberdade.

Mas uma questão que se faz pertinente é compreender por que a prática da escrita do diário é preferencialmente feminina. A psicanálise permite ir além da referência puramente social para explicar a escrita do diário como prática feminina. Para discutir essa questão, apresentaremos, brevemente, o percurso da feminilidade na teoria psicanalítica.

Freud, no terceiro dos "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade" (1905), ressalta as transformações fisiológicas que acontecem na puberdade, em função do aparecimento dos caracteres secundários. Para o autor, a singularidade do desenvolvimento sexual feminino se dá por uma "espécie de involução" dos órgãos sexuais masculinos. Além disso, um novo recalque deve incidir sobre a atividade clitoriana, fazendo sucumbir ao recalque uma parte da vida sexual masculina das meninas. A menina, para tornar-se mulher, deve então organizar sua sexualidade em torno da vagina. A essência da feminilidade está relacionada à troca de zona erógena. Nos textos posteriores de Freud sobre a feminilidade, o autor define a feminilidade em termos de maternidade. O menino renuncia ao objeto incestuoso pela ameaça de castração e a menina tem a sua entrada no Édipo em função de uma privação real, a ausência de pênis. Freud estabelece três saídas para a mulher, diante da "inveja do pênis": renúncia, masculinidade e feminilidade. A feminilidade é alcançada pela aceitação de sua condição de privação e por não buscar autoproporcionar-se o substituto fálico; ela o espera de um homem, especialmente sob a forma de um filho. O desejo do pênis então deve ser substituído pelo desejo de um filho do pai, para que se instaure a feminilidade. Esse é o impasse a que Freud chega

com relação à feminilidade, pois ele equivale mulher e mãe, não ultrapassando o complexo de masculinidade.

Inicialmente, Lacan retoma essas hipóteses freudianas, acrescentando, entretanto, que, diferente do menino, a menina, ao passar pela fase fálica da castração, não herda o reconhecimento simbólico do pai, a marca de uma filiação. Assim, esse "prejuízo" se traduzirá por uma demanda eterna de reconhecimento dirigida ao pai. Essa posição estabelece a estrutura histórica, ditada pelo ideal fálico. A falta fálica traduz-se, na histórica, num investimento da imagem corporal, como recurso para o "velamento da falta". Há um deslocamento do pênis que falta para um investimento em "todo o corpo". A mulher, na ausência do falo, busca "ser o falo", como tentativa de uma identificação possível. Na ausência de um traço especificamente feminino, a mulher recorre ao significante viril, só lhe restando a saída via "a mascarada". Assim, o conceito de mascarada apresenta-se como uma saída à impossibilidade da identificação do feminino no plano do significante pela via da ficção fálica. O lugar do feminino permanece vazio e nele só se encontram máscaras. As máscaras funcionam para velar o nada.

Lacan, no entanto, avança em suas teorizações sobre o feminino, afirmando que a mulher não é a mãe. Para o autor, entre a mãe e a mulher existe um hiato. Um filho pode obturar, em parte, a falta fálica na mulher, "mas não é a causa do desejo feminino que está em jogo no corpo-a-corpo sexual" (Soler, 2005, p. 35). Lacan identifica um desejo bem alheio a qualquer busca do "ter o falo", e que também não é a aspiração a "ser". Ele se define como equivalente a uma vontade de gozo. Mas um gozo que não é limitado ao gozo fálico. O gozo fálico é o gozo do Um, localizado, limitado e fora do corpo. É resultado da castração, sendo, pois, aquele que a castração deixa ao ser falante. Ele não se limita ao registro do erotismo, sendo subjacente às conquistas e realizações do sujeito no campo da realidade, constituindo a "substância de todas as satisfações capitalizáveis" (Soler, 2005, p. 37). No entanto, o outro gozo é um gozo que não cai sobre a barra do significante, ele é foracluído do simbólico, "fora do inconsciente". Deste gozo, o inconsciente nada sabe. Ele manifesta-se na experiência, mas não se traduz em termos de saber. Esse é o gozo real. Ele está mais além do falo, é desmedido e o sujeito se vê "ultrapassado por ele". Esse é o gozo d'A Mulher. Por ser heterogêneo à estrutura da linguagem, esse gozo não é identificatório.

À famosa interrogação de Freud: "Que quer a mulher?", Lacan responde então: ela quer gozar. Já a histórica, quer um mais-ser. O gozo fálico tem valor identificatório para o homem, por isso eles se vangloriam de seus desempenhos fálicos. Já na mulher, apesar do gozo fálico não lhe ser proibido, sair-se tão bem quanto os homens não faz dela uma mulher. Longe de exibir seu gozo, o que ela faz é escondê-lo. Daí os seus esforços para se identificar pelo amor. Na impossibilidade de ser "A Mulher", resta ser "uma mulher", eleita de um homem. Ela toma emprestado o "um" do Outro para se identificar, para se certificar de que não é uma qualquer, mas uma mulher escolhida. "Assim, é compreensível que as mulheres, históricas ou não, mais que os homens, amem o amor" (Soler, 2005, p. 57).

Santiago, em: "Psicose e surto na adolescência: por que os adolescentes surtam tanto?" (2003), retomando Freud, destaca que na passagem da

infância para a adolescência algo se mantém intransponível, que é a perversão polimorfa. Ela é lançada no momento em que o sujeito deve identificar-se com o ideal de seu sexo. A fantasia é um recurso que o neurótico construiu e deve ajustar quando é chegado o momento do encontro sexual, mas é também um exílio para não ter que se haver com a sexualidade, como o que "faz buraco no real". Segundo a autora, esse mal-entendido, apesar de estar marcado para os dois sexos, apresenta especificidades no homem e na mulher, que não fazem amor na mesma proporção. Enquanto a puberdade masculina se decifra como um sintoma obsessivo, a puberdade na moça responde ao modelo histórico, cujo efeito principal, uma vez passado o estupor e a angústia, é o desgosto da sexualidade. Esse desgosto sanciona a difícil assunção da feminilidade a essa fase de reativação do *penisneid*.

Na adolescência, a passagem do corpo de menina ao corpo de mulher leva ao confronto com a questão: o que quer uma mulher? Na ausência de um significante feminino, a adolescente constrói um semblante, velando a falta fálica. É nesse sentido que podemos situar a escrita de um diário para a menina. O ressentimento pela ausência de um significante feminino e a necessidade de se constituir um artifício fálico para recobrir a falta levam muitos adolescentes a buscar a solução histórica.

A escrita pode apresentar-se nesse momento como alguma coisa que visa à construção de um véu, como um semblante, que recobre o vazio. A tentativa de construção de "um feminino" via um "artifício fálico" supõe o olhar do outro. Nos escritos dos diários íntimos de adolescentes acompanhamos todo um jogo de se mostrar e de se ocultar, na tentativa de elaboração de um íntimo que se subtrai e, ao mesmo tempo, se oferece ao olhar do outro, num convite ao desvelamento. Podemos pensar na irrupção do feminino como algo além do registro fálico, e a histerização como defesa contra esse encontro. Essa solução não é necessariamente da mulher, mas pode ser comum aos dois sexos. Todo adolescente, homem ou mulher, é confrontado com o feminino, no sentido da indeterminação, da impossibilidade de uma representação única para o desejo.

Alguns adolescentes buscam certo isolamento social, um espaço íntimo, para tentar construir uma significação diante desse encontro com o real. Phillippe Lacadée, em *O despertar e o exílio* (2007), descreve a busca que alguns adolescentes fazem de um exílio particular. Como o autor observa, o adolescente é aquele que se encontra particularmente confrontado ao mal-entendido da linguagem e ao real da sexualidade. A adolescência é um tempo que pode dar ao sujeito o sentimento de uma desconformidade com o simbólico. O adolescente está, em sua vida, em um tempo de corte com o seu meio familiar, "um tempo de separação da criança ideal", separação que traz a incerteza identificatória e sofrimentos mais ou menos acentuados, mas traz também pedaços de real que condicionam sua realidade.

Esse corte com o meio familiar aparece na maioria dos diários de adolescentes, como pode ser ilustrado pelo diário de Melissa, por suas críticas aos pais: "O problema é que os meus pais só veem aquilo que eles estão a fim de ver. Quando estão animados, participam das minhas alegrias e se mostram afetuosos e compreensivos. Quando estão tristes, ficam

afastados e me evitam como se eu tivesse uma doença contagiosa” (Panarello, 2004, p. 20).

Esse sentimento intenso de uma desconformidade com o simbólico pode conduzir o adolescente, portanto, a um exílio particular. Partindo de seu exílio da infância a este da língua, o adolescente pode experimentar um “desregramento de todos os sentidos”. Segundo Lacadée (2007), o adolescente vive momentos delicados de ruptura, de contradição, onde a infância, adolescência e loucura se aproximam e se margeiam em um fora do discurso que conduz a certas rupturas do laço social, como pode ser observado na escrita de Melissa:

“Quando estou em casa, entro na Internet. Procuo, exploro. Busco tudo aquilo que me excita e me faz ficar mal ao mesmo tempo. Busco a excitação que nasce da humilhação. Busco o aniquilamento. Busco os indivíduos mais bizarros, aqueles que enviam fotos sadomasoquistas, aqueles que me tratam como uma verdadeira puta” (Panarello, 2004, p. 75).

Entrei num *chat*, na sala “Sexo perverso”, com o apelido “whore”... Ele logo me contatou, “the carnage”; foi direto, explícito, invasivo, exatamente como eu queria que fosse. – Como você gostaria de ser comida?... E eu respondi: – Com brutalidade, quero ser tratada como um objeto” (Idem, p. 79).

A escrita da Melissa é muitas vezes “sem véus”, descoberta, invadida pelo gozo: “Montei em cima dele e deixei que sua haste mirasse bem no centro do meu corpo” (Panarello, 2004, p. 27). “Levantei-me e, chegando perto de sua orelha sussurrei: – Me fode” (Idem, p. 99).

Ela busca essa mesma liberdade na “carne”, se oferecendo a qualquer um como objeto, mas o que encontra é a angústia e o horror. O encontro com o outro é desconcertante. O gozo avassalador causa estranhamento e angústia: “Tudo começou como sempre, e acabou da mesma maneira. Eu sou uma estúpida, diário, não deveria ter permitido que ele se aproximasse outra vez” (Panarello, 2004, p. 35).

A fantasia é o recurso utilizado pelo sujeito nesse momento de confronto com o outro sexo, mas ela vacila exatamente diante do gozo que escapa ao falo: o gozo d’A Mulher, um gozo sem sentido e implacável. Ao se oferecer como objeto de gozo para o Outro, Melissa se apavora diante da possibilidade de seu aniquilamento enquanto sujeito: “Embaixo das cobertas, voltei a pensar nas palavras do pintor e depois na manhã anterior, quando perdi aquilo que o velho brasileiro tinha achado de tão especial em mim. Perdi entre uns lençóis frios demais e as mãos de alguém que devorou o próprio coração, que já não bate mais. Morro” (Panarello, 2004, p. 29).

No encontro com o outro sexo, o sujeito adolescente, na posição feminina, se faz de semblante de objeto causa do desejo do Outro. No entanto, Melissa, ao invés de “se fazer” desejar bancando o objeto, ela o encarna. Freud, no texto “Uma criança é espancada” (1919), mostra a construção da fantasia de espancamento em três tempos: “O meu pai está batendo na criança”, “estou sendo espancada por meu pai”, “uma criança é espancada”. Comenta que essa fantasia é também uma forma de assegurar o amor do pai, ou seja, “se o meu pai me bate é porque me ama”. Melissa, ao se fazer escrava dos homens, tenta se assegurar do amor deles, e fundamentalmente, tenta resgatar de alguma forma sua alienação ao Outro,

buscando anular a perda que se inscreveu com a irrupção do gozo no tempo da adolescência. "Se eu gritar, pensei, ele vai ficar satisfeito, afinal foi o que ele pediu. Vou fazer tudo o que ele me mandar fazer" (Panarello, 2004, p. 46).

Nesse despertar pubertário, surgem pedaços de real que incitam a criação de um lugar e de novos laços. O adolescente tem, entretanto, uma chance de inventar uma resposta para si, capaz de tecer seu trajeto singular. A escrita pode ser uma possibilidade de certo ordenamento desse desregramento. Alguns jovens se aventuram à escritura, como nos seus diários íntimos, pois, segundo Lacadée, alguma coisa se liga a esta questão da escrita, ou seja, a errância é ligada à questão da escritura. O gosto das palavras pode permitir ao adolescente, em sofrimento, agarrar alguma coisa do seu ser. É o que podemos observar no diário de Melissa: "A solidão talvez esteja me destruindo, mas já não me dá medo. Eu sou a melhor amiga de mim mesma, eu nunca iria me trair, me abandonar" (Panarello, 2004, p. 35).

Comentando sobre os escritos de Rimbaud, Lacadée (2007) observa como o tempo da adolescência pode levar certos sujeitos aos sofrimentos do exílio. Mas ele acredita que Rimbaud soube de modo magnífico elevar a perturbação do comportamento à dignidade de uma pantomina, de um texto que se escreve. A língua que o adolescente procura pode, por um trabalho onde o gosto das palavras é o motor, lhe permitir traduzir esta parte viva em seu texto. Lacadée propõe ao psicanalista saber se aproximar desta língua adolescente, se aproximar desse gosto pelas palavras tão próximas do corpo, para que o despertar não readormeça.

Existe um grande interesse pelas palavras e pela escrita na adolescência. Essa escrita tem uma importante relação com o corpo, já que as palavras estão tão próximas do corpo. A relação entre escrita e corpo foi bastante enunciada na obra de Lacan. No seminário *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, Lacan comenta que nosso corpo é mediatizado pelos objetos pulsionais, que são objetos compartilhados com o Outro, como o olhar e a voz. Esses objetos *a* são objetos de circulação que não pertencem exclusivamente ao corpo próprio nem ao corpo do outro: "O objeto *a* é algo de que o sujeito, para se constituir, se separou como órgão" (Lacan, 1964, p. 101). As pulsões fazem um movimento circular, saindo através da borda erógena (orifícios pulsionais) para a ela retornar, depois de contornar o objeto *a*.

Lacan recorre a Freud para afirmar que a sexualidade só se realiza pela operação das pulsões, no que elas são pulsões parciais. Ele descreve a passagem da pulsão oral para a pulsão anal não como um processo de maturação, mas pela intervenção da demanda do Outro. Entretanto, o alvo da pulsão não é outra coisa senão o retorno em circuito: "Nenhum alimento jamais satisfará a pulsão oral, senão se contornando o objeto eternamente faltante" (Idem, p.170). Esse circuito pulsional, descrito por Freud, é retomado por Lacan, destacando os seus três tempos. O sujeito da pulsão, que é propriamente o outro, só aparece no fechamento do circuito, no seu terceiro tempo. O que organiza os orifícios pulsionais é a dialética fálica. No movimento do circuito pulsional, algo se escreve. Na constituição de um corpo pulsional, há um "escrever" do corpo, marcado pela incidência do Outro.

Em *O seminário 17: o avesso da psicanálise*, Lacan comenta que a linguagem é a condição do inconsciente e que o inconsciente permite situar o desejo (1969-70, p. 43). No entanto, a repetição significativa visa ao gozo, ela se funda em um retorno do gozo. Na própria repetição, no entanto, há perda de gozo. Lacan situa a origem do saber na repetição, sob a forma do traço unário. O significante se introduz como aparelho de gozo. Há uma equivalência entre o gesto que marca, e o corpo, que é objeto de gozo do Outro. Desta maneira se dá uma das vias de entrada do Outro em seu mundo. O autor ainda observa que a imagem especular do eu é sustentada do interior pelo objeto perdido que ela apenas veste, por onde o gozo se introduz. Assim, o saber, originado no traço unário que funda o gozo e introduz a repetição significativa, como retorno do gozo, mostra a sua equivalência com o gozo do Outro. O saber é equivalente ao gozo do Outro.

Uma série de objetos vem preencher essa hiância que se produz na perda de gozo da repetição significativa (objetos *a*: oral, anal, escópico, vocal). É com o saber como meio de gozo que se produz o trabalho que tem um sentido obscuro, que é a verdade. A verdade é a impotência, pois ela só poderia ser enunciada por um semidizer. Lacan, então, mostra a lógica do funcionamento dos discursos, que estruturam o laço social, discussão que será feita adiante. Apoiando-nos nesses recortes do *Seminário 17* de Lacan, buscamos evidenciar a relação entre a escrita e o corpo. O gesto que marca o corpo introduz nele o gozo. A imagem especular do eu é sustentada pelo objeto perdido, ao mesmo tempo que o vela, por onde o gozo se introduz. A repetição significativa, ou a busca pelo saber, visa ao gozo e, paradoxalmente, leva à perda de gozo. O gozo, resíduo da operação significativa, é, no entanto, aquilo que põe o sujeito em marcha.

Em *O seminário 20: Mais ainda*, Lacan (1972-73) observa que falamos com o nosso corpo. Ao falarmos, aquilo que está em jogo nas pulsões encontra um escoamento. Mas, para além do entendimento das palavras, para além do sentido, está presente a escrita, a dimensão da língua. Assim, Lacan postula que as palavras funcionam como escoamento das pulsões, como forma simbólica de apreensão do real, e destaca que, para além da dimensão do sentido, está a dimensão da língua.

Na relação da escrita com o corpo na adolescência, existe uma dimensão pública e outra privada. Ana Costa, em *A transicionalidade na adolescência* (2004), ressalta duas formas de escrita e de marca corporal que a escrita coloca em causa. A primeira é o caráter coletivo da escrita, que implica todos e cada um, inclusive corporalmente, na condição de circular socialmente. A condição de coletivizar o corpo é de que ele constitua algo que se inscreva no olhar do Outro. Um exemplo é a tatuagem, uma escrita no corpo. A marca corporal constitui algo que faz circular o olhar pelo corpo. A autora descreve uma outra face da escrita, que se apresenta através do seu caráter privado, como o diário adolescente. Esse tipo de escrita diz respeito a uma necessidade que está colocada na relação com um resto, como uma impossibilidade de universalizar, de tornar o corpo completamente coletivizável, de sublimar completamente o que fica como resto da operação de representação do corpo.

A escrita "transporta detritos". Os detritos são restos de uma operação de separação nunca concluída, restos não assimiláveis, que escapam nesses

objetos pulsionais que nos ligam ao Outro. No ato de escrever, o sujeito transporta esses restos, buscando dar conta de algo não “registrado” do lado do autor, um resto inassimilável pelo simbólico. Esse resto, expresso nos diários, implica a necessidade de ter, de alguma maneira, o suporte da letra. Quando só se escreve na condição de não se mostrar, segundo Costa (2004), esta condição implica um resto ligado ao funcionamento do olhar, que somente funciona a partir de algo velado. Em concordância com a autora, podemos localizar na escrita de um diário a tentativa do sujeito de dar conta desse excesso não assimilável pelo simbólico, a tentativa de transportar pela via da escrita uma dimensão que não é totalmente coletivizável, de um resto que deve se subtrair ao olhar do Outro.

Este resto como o impossível de sublimar, resto da operação de representação do corpo, é também o resto que o espelho não recobre, o estranho, como ilustra Melissa:

“Onde foi parar você, a Narcisa que se amava tanto e tanto sorria, tanto queria dar e mais ainda receber? Onde acabaram seus sonhos, suas esperanças, suas loucuras, loucuras de vida, loucuras de morte? Onde está você, imagem refletida no espelho, onde posso te procurar, te encontrar, como te segurar?” (Panarello, 2004, p. 126).

A experiência do duplo, do estranho, é frequente na escrita de Melissa: “Não, aquela não era eu. Era a outra, a que não se ama, deixando-se roçar por mãos ávidas e desconhecidas...” (Panarello, 2004, p. 58).

Para Costa (2004), o diário íntimo pode ser pensado como semelhante a um objeto transicional, que vai permitir uma contenção e uma reconstituição do campo do Outro, viabilizando relações com os semelhantes. Nesse momento de passagem, de reconstrução do corpo, o jovem precisa de outro suporte para “o olhar” e os diários são suportes para uma circulação, que dependem de um registro fálico, uma representação do corpo que seja em comum com outros. O diário, como evento transicional, é um *a priori* para a construção desse registro, sendo mais da ordem do privado que do grupal. No campo do privado, o sujeito faz do objeto um suporte da falha no espelho. Segundo a autora, essa construção do amigo imaginário é algo do próprio corpo que se cola no objeto, mas, ao mesmo tempo, ele não é só objeto nem só corpo, é também palavra.

Assim, a escrita na adolescência vai ocupar o campo da transicionalidade, como um elemento terceiro que é ao mesmo tempo incluído e excluído do campo representacional. Ela destaca também o caráter de endereçamento da escrita, que leva à construção de dois lugares: o do sujeito e o do Outro. A autora distingue a escrita de um diário íntimo, como construção de um espaço privado, da escrita para outros. No campo da transicionalidade, a escrita ainda não é para outros, ela está construindo os lugares. Escrever para outros significa perder. Portanto, a escrita, quando sai do campo transicional e passa à cultura, mostra a possibilidade de produzir algo que seja interpretante do contexto, que tenha a ver com o “espírito do tempo”, que diga respeito ao laço social, para onde essa escrita se dirige. Há então a saída do suporte estrito ao eu para que seja também uma produção cultural, uma passagem do privado ao público, da dimensão do segredo para a dimensão da circulação social, podendo ser interpretante de um sujeito.

De fato, podemos diferenciar a escrita "para si" da escrita "para um outro". Na escrita de um diário íntimo, há a construção de um espaço íntimo, privado. Essa escrita, ao ser lançada no espaço público, faz laço social. Nesse sentido, podemos diferenciar o diário íntimo do blog, que é uma escrita para os outros. Mas, a partir das considerações que fizemos, sabemos da ambiguidade existente entre as dimensões pública e privada. O diário íntimo comporta uma dimensão pública e veremos como o blog comporta também uma dimensão privada.

Ao terminar o seu diário, Melissa mostra ter feito parte de seu percurso. Ela continua a realizar a sua travessia para chegar do outro lado do túnel. A escrita tornou possível a reconstrução de um véu fálico, "a ilusão do amor", a fantasia que encobre o traumático do sexual:

Concluí minha viagem dentro do bosque, consegui escapar da torre do orco, das garras do anjo tentador e de seus diabos, fugi do monstro andrógino. E acabei no castelo do príncipe árabe, que esperou por mim sentado em almofadas macias e aveludadas. Me fez despir as minhas vestes gastas e me deu roupas de princesa. Chamou as criadas e mandou que me penteassem, depois beijou-me na testa e disse que ia me olhar enquanto eu dormia. Depois, uma noite, fizemos amor, e quando voltei para casa vi meus cabelos ainda brilhantes e a maquiagem intacta. Uma princesa, como minha mãe sempre disse, tão linda que até os sonhos querem roubá-la (Panarello, 2004, p. 157).

Conclusão

É possível perceber que, através da escrita de seu diário, Melissa constrói o seu romance particular, tecendo um fio que reconstitui o manto imaginário que se desfez diante do encontro com o real do sexo. Diante da ausência de um significante feminino, surge a necessidade de se constituir um véu fálico, substitutivo da falta. Ao construir o seu mito particular, ela passa a se reconhecer nessa história, que, ao final, termina como os contos de fadas, ao se re-encontrar no traço identificatório que fisgou do Outro: a princesa, que escova 100 vezes os seus cabelos antes de ir para a cama. Uma princesa, como sua mãe a chamava. Mas não mais a "princesa da mãe", e sim alguém que encontra um príncipe, que a "reveste" de princesa e que a ama. Nesse novo encontro, ela não mais "encarna" o objeto sexual, mas se faz de semblante de objeto causa do desejo do Outro. De uma prática sexual "sem restrições", ao início da arte do velamento, via de acesso à feminilidade.

Este trabalho foi possível através da escrita. A escrita possibilitou a Melissa um suporte simbólico para "dizer" desse encontro com o real do sexo. Melissa resolve publicar o seu diário, coletivizá-lo, fazê-lo circular socialmente, marcando a saída do suporte estrito ao eu para uma produção cultural, fazendo uma passagem do privado ao público, da dimensão do segredo para a dimensão da circulação social. Podemos considerar essa escrita do diário como um sintoma para Melissa, pois foi uma solução encontrada por ela diante do confronto com o real do sexo.

Referências Bibliográficas:

BARROS, M. R. C. R. (1996) Adolescência: quê despertar?, in RIBEIRO, Heloisa C. e POLLO, Vera (Orgs). **Adolescência: o despertar**, Coleção Kalimeros – Escola Brasileira de Psicanálise. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 1996, p.69-80.

COSTA, A. (2001) **Corpo e escrita**. Relações entre memória e transmissão da experiência. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. (2004) A transicionalidade na adolescência, in COSTA, Ana (Org.). **Adolescência e experiência de borda**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p.165-193.

COTTET, S. (1996) Estrutura e romance familiar na adolescência, II: RIBEIRO, H.C. e POLLO, V. (Orgs.). **Adolescência: o despertar**. Op. Cit., p.7-20.

CURI, T. C. G. B.(org). *Entre atos e laços*. Belo Horizonte, Edição dos autores , 2006.

FRANK, A. (2007) **O diário de Anne Frank**. [Editado por Otto Frank e Miryam Pressler]. Rio de Janeiro: BestBolso.

FREUD, S. (1905) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, in **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1974, Vol. VII, p.118-230.

_____. (1914a) Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar, in **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Op. Cit., V. XIII, p.281-288.

_____. (1914b) Sobre o narcisismo: uma introdução, in **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Op. Cit., V. XIV, p.85-119.

_____. (1919) O estranho, in **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Op. Cit., V. XVII, p.273-318.

LACADÉE, P. (2007) **O despertar e o exílio**. Editions Cecile Defaut, 2007.

LACAN, J. (1949) O estádio do espelho como formador da função do eu, in **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.96-103.

_____. (1964) **O seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. (1968-69) **O seminário, Livro 16: De um Outro ao outro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. (1969-70) **O seminário. Livro 17: O avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. (1972-73) **O seminário, Livro 20, Mais ainda**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.

_____. (2003) **Outros Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. (1974) Prefácio a *O despertar da primavera*, in Lacan, J. (2003) **Op. Cit.**, p. 557-559.

PANARELLO, M. (2004) **100 escovadas antes de ir para a cama**. Rio de Janeiro: Objetiva.

PORTUGAL, A. M. (2006) **O vidro da palavra**. O estranho, literatura e psicanálise. Belo Horizonte, Autêntica.

SANTIAGO, A. L. (2003) Psicose e surto na adolescência: por que os adolescentes surtam tanto?, in GUERRA, Andréa Máris Campos e LIMA, Nádia Laguárdia de. **A clínica de crianças com transtornos no desenvolvimento. Uma contribuição**

no campo da psicanálise e da saúde mental. Belo Horizonte: Autêntica, p.75-89.

SOLER, C. (2005) **O que Lacan dizia das mulheres.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

STEVENS, A. (2004) Adolescência, sintoma da puberdade, in **Clínica do contemporâneo. Revista Curinga.** Escola Brasileira de Psicanálise. Seção Minas, 2004, nº 20, p.27-39.

Texto recebido em: 23/04/2009

Aprovado em: 25/07/2009

LINGUISTERIA: POR DETRÁS DO QUE SE DIZ**LINGUISTERIA: BEHIND OF WHAT IS SAID**

Evacyra Viana Peixoto

Psicanalista

Mestre em Cognição e Linguagem/UENF

Técnica de ensino, pesquisa e extensão em Psicologia social do

LEEL/CCH/UENF

e.viana@uenf.br

Resumo

Cioso de que o campo da psicanálise não é o campo do lingüista, Lacan denominou linguisteria a tudo que se refere à fundação do sujeito, enquanto conceito renovado e subvertido por Freud. O dizer de Lacan que o inconsciente é estruturado como uma linguagem é, portanto, do campo da linguisteria: uma linguagem do inconsciente, entremeadas pelas afetações do sujeito, isso que fala detrás do que se diz. E para fundamentar suas hipóteses, Lacan (1972-73) lança mão de um outro Saussure, o dos anagramas, de onde conclui Lacan que o significante não tem significado, mas remete-se a outro significante causando efeitos de significação. A linguisteria se faz das interceptações do sujeito do inconsciente, que advém do Real, no discurso do falante, que, como um fenômeno conversivo do sintoma histórico, fala por si só.

Palavras-chave: psicanálise, linguisteria, significante, inconsciente, sujeito.

Abstract

Aware that the field of psychoanalysis is different the one of the linguist, Lacan called linguisteria to mean the foundation of the subject, as a new and subverted freudian concept. According to Lacan the unconscious is structured like a language and belongs to the field of linguisteria: a language of the unconscious, permeated by the affectations of the subject, that talking behind what one says. And to support his hypothesis, Lacan (1972-73) makes use of another Saussure, of the anagrams, where Lacan concludes that the signifier has no meaning, but refers to another causing significant effects of significance. The linguisteria is achieved in the traps of unconscious subject, which comes from the Real, in the speech of the speaker, who, as a phenomenon of conversion of the hysterical symptom, speaks for itself.

Keywords: psychoanalysis, linguisteria, significant, unconscious, subject.



Ao perceber que era difícil não entrar na lingüística, uma vez que a descoberta do inconsciente requeria um mergulho nas águas da linguagem, Lacan parafraseia Jakobson dizendo "tudo que é da linguagem dependeria da lingüística, quer dizer, em último termo, do lingüista" (Lacan, 1972-73, p. 25), homenageando-o em presença do próprio. Propõe então deixar o domínio de Jakobson reservado, passando a denominar linguisteria tudo que se refere à fundação do sujeito enquanto conceito renovado e subvertido por Freud.

Tal qual o dizer de Lacan de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, a linguagem do sujeito inconsciente é do campo da linguisteria: uma linguagem entremeada pelas afetações do sujeito inconsciente. "Que se diga fica esquecido detrás do que se diz no que se ouve" (Id., p. 26), ou seja, isso fala detrás do que se diz. "Se o significante participa e edifica a estrutura, um sistema simbólico, resta sempre algo de inassimilável ao significante, que está na esfera do real: o sujeito" (Peixoto, 2003, p. 34).

Enquanto a lingüística ocupa-se com o dito, a psicanálise ocupa-se dos dizeres esquecidos. Se é através do que é dito que se enuncia o dizer, "... é pelas conseqüências do dito que se julga o dizer. Mas o que se faz do dito resta aberto" (Ibid., p. 26), ou seja, a significação não se fecha em um sentido para Lacan. E o inconsciente evidencia-se, por meio da linguagem expressa pelo falante, ao afetá-la pelas emergências do sujeito do inconsciente - isso que fala por trás da linguagem do linguista.

Linguisteria, um neologismo lacaniano, é a junção entre as palavras linguagem e histeria, o que evidencia que a linguagem do inconsciente, através da qual se expressa esse sujeito, é da ordem do sintoma histérico. É uma alusão a ser esta linguagem do inconsciente uma espécie de fenômeno conversivo, que, como um sintoma histérico, fala por si só. Linguisteria é uma espécie de "língua" inscrita e enraizada no corpo do falante, uma incrustação de significantes no corpo.

"A linguisteria é uma espécie de lingüística da sintomática histérica, é um estudo de uma linguagem conversiva - uma linguagem que é falada pelo sintoma enquanto inscrição corporal, de um real que insiste, na interdição do desejo, em uma castração por simbolizar" (Peixoto, 2003, p. 45).

Esta "linguagem conversiva" se faz por conversões históricas, ou seja: o sintoma é convertido em afetação física no corpo, causando paralisias, dores, espasmos, "convulsões".

Para Lacan o sintoma se dissolve inteiramente numa análise da linguagem ao se dar ouvidos ao que ele quer dizer, para que se venha se libertar, pela fala, este sintoma. Apesar desta linguagem do inconsciente não ser a língua dos linguistas, ela se faz nessa língua, como um sistema universal que atravessa as línguas constituídas.

“Para a psicopatologia psicanalítica, o próprio corpo fala. Recorde-se que Freud fundou a psicanálise a partir dos sintomas histéricos que ele soube ver como ‘corpos falantes’. O sintoma corporal é sobredeterminado por uma rede simbólica complexa, por uma linguagem cujas leis sintáticas é preciso descobrir para se resolver o sintoma” (Kristeva, 1969, p. 312).



Dora e a dor

Em uma pequena passagem final do famoso caso clínico Dora, Freud (1901) relata que ela retorna a procurá-lo após uma breve interrupção de seu tratamento por conta de uma nevralgia na face direita que a incomodava diariamente, por quinze dias sucessivos. Indagada se há quinze dias houvera lido a notícia de que ele havia sido nomeado professor da Universidade (em março de 1902) ela lhe confirma que lera a notícia. Freud então decifra o sintoma de sua pretensa nevralgia facial como uma autopunição pelo remorso de haver esbofeteado Herr K. (o marido da amante de seu pai, que lhe havia feito uma proposta amorosa) e ter transferido seus sentimentos de vingança contra ele, Freud. O sintoma participou da linguagem substituindo uma cena esquecida, destituída de afeto, e que deste modo não portava, aparentemente, qualquer significação. O remorso de Dora falava mais alto, doendo-lhe no rosto, apesar de ter o ar de nada ter a ver com o que lhe causava.

Como pode o afeto se alocar no corpo, fazendo-o dialogar com o Outro? O afeto não é o recalcado, explica Lacan.

“... o afeto, pelo fato do recalque, é efetivamente deslocado, não identificado, não demarcado em suas raízes – ele se esquia.

Eis o que se constitui o essencial do recalque. Não é que o afeto seja suprimido, mas sim deslocado, e fica irreconhecível” (Lacan, 1969-70, p. 136).

O real do corpo, ainda que perpassado de linguagem em sua fisiologia corporal - que deste modo o reveste de **artifícios corporais** -, responde ao

mundo simbólico-cultural, como participante deste, pelo sintoma do falante. "É um corpo pulsional, produzido no acossamento do Real, onde habita o sujeito. O sujeito é advindo do Real, comparecendo na suspensão da linguagem, como pulsão" (Peixoto, 2003, p. 108).

Lembremos das lições freudianas de que a pulsão é um representante que está na fronteira entre o somático e o psíquico. É neste corpo falante que a pulsão se faz representar.

O significante é "o *Erinnerungssymbol*, símbolo mnêmico, do qual sabemos como ele se enraíza na materialidade do corpo" (Arrivé, 1999, p. 91). Sintoma e significante são símbolos mnêmicos que se inscrevem na "areia da carne" (Lacan, 1953, p. 282), participando da linguagem do falante pela ambiguidade semântica.

Freud em seus "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade" (1905) afirma que os sintomas histéricos são transcrições de desejos, emocionalmente carregados de energia libidínica, que foram impedidos de obter descarga, mas que, no estado de inconsciência, lutam por obter expressão, e que, na histeria, encontram expressão nos fenômenos somáticos, isto é, nos processos conversivos histéricos.

Quando Lacan afirma que não sabemos o que é estar vivo a não ser por um corpo que goza, lembramos de Freud quando diz que só tomamos ciência do corpo quando ele adoece, quando dói. A não ser por isso, dele sabemos somente aquilo que pulsa, fonte que é da pulsão. E a pulsão é o representante psíquico do que advém da fonte somática, significante que se inscreve no real do corpo.

"... o significante se situa no nível da substância gozante ... é a causa do gozo. Sem significante, como mesmo abordar aquela parte do corpo? Como, sem o significante, centrar esse algo que, do gozo, é a causa material? ... o significante é aquilo que faz alto ao gozo" (Lacan, 1972-73, p. 36).

Desta forma, o sintoma que dá corpo ao gozo histórico, misto de dor e satisfação, exerce a função de significante na linguagem do falante. Esta linguagem falada é entremeada pelas aparições evanescentes do sujeito do inconsciente, justo por ser afetada e sintomatizada pela histerização que se instala pela alienação simbólica do real do corpo. Na escuta psicanalítica podemos identificar este sujeito nas enunciações sob a fala do paciente, nos sonhos, chistes, sintomas e falhas sintomáticas.

Como um hieróglifo, o corpo do falante é incrustado de cenas, significantes inscritos na "areia da carne".

Os hieróglifos eram, a princípio, uma escrita feita de imagens escavadas na pedra e representavam tanto a palavra quanto o significado delas nas antigas civilizações, como a dos Egípcios e dos Maias. Supõe-se que a lógica estava na seqüência dos símbolos, e não na abstração em si.



Como os hieróglifos, a linguagem do inconsciente é feita de cenas. São estas cenas recalcadas, encobertas por um discurso lógico racional, que se enunciam na forma de linguisteria nas ambigüidades e equívocidades do sentido.

Do *cours* ao discurso

A operação de incorporação de uma primeira marcação significativa, o S_1 , para o sujeito, encontra fundamentação na teoria do valor de Saussure. Esta teoria permite que se distinga a implantação de uma matriz do Simbólico, do S_2 , no corpo, que o antecede e possibilita a articulação de significantes.

Nesta proposição da teoria saussuriana qualquer elemento simbólico só se define pelas relações de vizinhança, antes mesmo que estes elementos sejam substituídos por seres ou coisas.

Na fonologia Jakobsoniana, Lacan encontra bases para afirmar que o significante se encarna no fonema, apesar de não poder limitar-se a esse suporte fonemático: "...unidade (forma abstrata) elementar da língua, feixe de traços distintivos que instaura a ordem significante como repetição, diferença e negatividade"¹ (Santaella, s/d).

E para fundamentar suas hipóteses, Lacan (1972) lança mão de um outro Saussure: o dos anagramas. Quando meditava e fazia anotações sobre os textos védicos e saturninos da poesia sagrada da Índia e de Roma, Saussure acabou por rascunhar uma teoria sobre os anagramas, na tentativa de ver "se não haveria um nome próprio disseminado no interior desses textos que fosse, ao mesmo tempo, o destinatário e o sentido fundamental da mensagem" (Dosse, 1993, p. 72).

Arrivé (1999) aponta que Lacan encontra um ponto de interlocução possível entre Freud e Saussure nos anagramas do último, que via nos versos saturninos "as mais estranhas pontuações da escrita". Nos seus anagramas, Saussure observa a insistência repetitiva das letras de uma palavra numa sentença. "Saussure suspeitava do caráter, intencional ou não, dos elementos anagramatizados, como se a ele faltasse o saber sobre o inconsciente freudiano" (Peixoto, 2003, p. 31).

Chegou-se a dizer que havia aí um segundo Saussure, que buscava entender se havia algo sob a linguagem: "uma linguagem sob a linguagem, de uma codificação consciente ou inconsciente das palavras sob as palavras,

uma busca de estruturas latentes das quais não existe o menor traço no CLG” (Dosse, 1993, p. 72).

Lacan traz à luz os anagramas de Saussure para defender seu ponto de vista de que a relação do significante com o significado, na verdade, não é arbitrária como Saussure teria afirmado anteriormente (1916) pois:

“... o que passa por arbitrário é que os efeitos de significado tem o ar de nada terem a ver com o que os causa.

Só que, se eles têm o ar de nada terem a ver com o que os causa, é porque a gente espera que aquilo que os causa tenha certa relação com o real...” (Lacan, 1972-73, p. 30-31).

Para Lacan o significante não tem significado, não tem significação inerente, mas provoca a produção de significação. “... a significância é algo que se abre em leque, se me permitem o termo, do provérbio à locução” (Lacan, 1972-73, p. 30). Assim, podemos entender a afirmativa de Lacan (1957) que diz que nenhuma significação se sustenta senão pela remissão a outra significação.

Para o lingüista o signo é a unidade mínima da língua, que congrega significado (um conceito) e significante (uma imagem acústica), não uma coisa e um nome. Mas são os esclarecimentos que a Semiótica de Pierce traz, acerca do signo, que se mostraram indispensáveis para que se compreendesse neles o lugar do Real:

“Os efeitos de significado têm o ar de nada terem a ver com o que os causa. Isto quer dizer que as referências, as coisas que o significante serve para aproximar, restam justamente aproximativas – macroscópicas, por exemplo” (Lacan, 1972-73, p. 31).

Faz falta que o significado tenha relação com o referente, com a coisa. De outra forma dito, o Real é inacessível ao simbólico, o que não ocorre nem mesmo por aproximação. A barra que separa o significante do significado é intransponível, é uma barreira resistente à significação e o significado desliza sob o significante. Algo escapa na aproximação do significante ao significado e, esta coisa que escapa é a coisa Real.

Para Lacan (1972), o que faz haver signo, é o amor, que liga o significante ao significado, o que faz sentido para alguém (outra referência lacaniana ao signo da Semiótica Pierciana). O signo é o ponto de basta onde se amarram, momentaneamente, o significante e o significado, causando efeito de sentido, num raro momento de pacificação amorosa, onde o desejo, por um fio, se estanca.

Mas o desejo triunfa, insatisfeito, na linguisteria, deixando à mostra o gozo do Outro: “O que não é signo do amor é o gozo do Outro, o do Outro sexo e, eu comentava, do corpo que o simboliza” (Id., p. 28).

A linguística acaba por ser insustentável por não haver, para a linguagem, o objeto referente, para sempre perdido no real. Na linguagem, o significante remete a outro significante, ou seja, metonimicamente, vai deslizando sem o paradeiro do signo, já que o objeto está perdido no real. O que se produz, entre um significante e outro, são efeitos de significância, numa referência metafórica ao objeto.

Lacan, reportando-se a poesia *A Uma Razão* de Arthur Rimbaud (1854-1891) diz que “O amor, neste texto, é o signo, apontado como tal, de que

se troca de razão, e é por isso que o poeta se dirige a essa razão. Mudamos de razão, quer dizer – mudamos de discurso” (Lacan, 1972-73, p. 26).

O discurso amoroso é onde, de forma delirante, tudo faz sentido e a significância é o que resulta em efeito de significado.

Ao contrário, não é de amor que a linguística é feita, uma vez que ela se faz na ausência de signo. A linguística se faz nas pontificações, no discurso, de um sujeito do inconsciente, dividido, advindo do Real.

A sintomatização histórica é o advento do sujeito do inconsciente no discurso dizendo algo interdito, donde advém o sujeito do inconsciente na forma de lapsos, chistes, sonhos ou sintomas.

Então, resta o discurso ao falante, que, em usos e frutos de uma fala gozoza, desliza sem paradeiro, pela rede infinita de significantes.

A histórica, que a todo falante habita, está a mover-se, com seu desejo insatisfeito, pelo desejo de saber endereçado ao significante mestre. E o discurso da histórica é o que resta ao falante, a partir da operação subjetivante de inserção do corpo na ordem simbólica, tornando-o um corpo pulsional. É um sujeito dividido que dirige-se ao significante mestre para saber de sua verdade, recalando o saber do Outro, gozo do Outro, disjunto da verdade do objeto *a*.

Nota

1. Ver Jakobson, 1967.

Referências bibliográficas

ARRIVÉ, M. **Linguagem e Psicanálise, Lingüística e Inconsciente – Freud, Saussure, Pichon, Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

DOSSE, F. **História do estruturalismo. I. O campos do signo, 1945/1966**. São Paulo: Ensaio, 1993.

FREUD, S. (1901) **Fragmento da análise de um caso de histeria**. ESB das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1972.

_____. (1905) **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. ESB das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1972.

LACAN, J. (1969-70) O Seminário. Livro 17. **O avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

_____. (1972-73) O Seminário. Livro 20. **Mais, ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1985.

JAKOBSON, R. (1967) **Lingüística e comunicação**. 20ª Ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

KRISTEVA, J. **História da linguagem**. Coleção Signos, 6. Lisboa: Edições 70, [s.d.] (original francesa: 1969).

PEIXOTO, E. V. (2003) **A linguagem em seus efeitos constitutivos do sujeito: Uma teoria psicanalítica sobre a linguagem, esta que estrutura o inconsciente e demarca o lugar do sujeito psíquico**. Dissertação de mestrado.

Curso de Pós-graduação em Cognição e Linguagem / CCH / UENF. Campos dos Goytacazes-RJ.

SAUSSURE, F. (1916) **Curso de Lingüística Geral**. 10ª. Ed. São Paulo: Cultrix, [s.d.] (1ª Ed. Bras. 1970).

Referências digitais

SANTAELLA, Lúcia. **Semiótica e psicanálise: pontos de partida**. Portal Psilacânise. Clínica da cultura. Disponível em: http://www.pucsp.br/psilacanise/html/revista01/18_rev_semiotica_01.htm, Acesso em 27/11/2006.

VORCARO, Angela. **Incidência da matriz simbolizante no organismo**. Revista Freud-lacan.com. Disponível em: http://www.freud-lacan.com/articles/article.php?url_article=avorcaro031105, Acesso em 28/11/2006.

Hieróglifos, disponível em <http://www.geocities.com/Athens/2506/hier.html> Acesso em 27/11/2006.

Texto recebido em: 03/01/2009

Aprovado em: 25/04/2009

A PSICANÁLISE EM EXTENSÃO E SUA INTENSÃO THE PSYCHOANALYSIS IN EXTENSION AND ITS INTENSION

Ednei Soares

Mestrando em Psicologia pela PUC-Minas

Aluno do curso de Psicanálise do Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de
Minas Gerais - IPSMMG/EBP-MG

Psicólogo do Programa de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher de
Nova Lima-MG e do NEPI – Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Inclusão da
APAE Contagem-MG.

edeoliveirajr@yahoo.com.br

Resumo

Em vista do discurso analítico e seu laço no social, o texto retoma os princípios e elementos conceituais de Lacan concernentes à presença da psicanálise no mundo, sobretudo na "Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola". A distinção das noções de *aplicação à terapêutica* e *psicanálise em extensão* e *em intensão* permitem reexaminar as condições nas quais a psicanálise pode ser praticada abrangendo o real incurável do sintoma e na formação do praticante. Assim, a noção de intensão é guia para a extensão e aplicação da psicanálise. Alude-se também às orientações freudianas de "Explicações, aplicações e orientações" marcando o rigor e o desejo pela autenticidade da psicanálise no laço social. Vê-se que, o que orienta a extensão da psicanálise como experiência original é a extensão de sua intensão que responde com sua ética aos imperativos da atualidade, distinguindo-a de outros métodos.

Palavras-chave: psicanálise, extensão, intensão, psicanálise aplicada a terapêutica, incurável.

Abstract

When coming to the analytical speech and its tie in the social, the text retakes the principles and conceptual elements of Lacan which concerns to the presence of the psychoanalysis in the world, over all in the "Proposal of 9 of October of 1967 about the School's psychoanalyst". The distinction between the notions of application to the *therapeutical* and *psychoanalysis in extension and intension* allows to reexamine the conditions in which the psychoanalysis can be practiced enclosing the incurable Real of the symptom and in the formation of the practitioner. It is also alluded to the freudians orientations of "Explanations, applications and orientations" marking the severity and the desire for the authenticity of the psychoanalysis in the social tie. One sees that, what it guides the extension of the psychoanalysis as a original experience is the extension of its intension that answers with its ethics to the imperatives of the present time, distinguishing it from other methods.

Keywords: psychoanalysis, extension, intension, therapeutical, incurable.

Refletir sobre o alcance e as limitações da prática analítica em seus usos possíveis nos conduz a retomar seus princípios. Ponderar sobre as noções de *aplicação à terapêutica e psicanálise em extensão* permite reexaminar as condições nas quais a psicanálise pode ser colocada em prática. As obras de Freud e Lacan revelam aí o desejo fervoroso e consagrado de manter viva e autêntica a psicanálise no mundo, instigando seu avanço, estendendo-a e acolhendo o mal-estar. Lacan, protegendo a invenção freudiana, fundou sua Escola no real enigmático deste desejo, recolhendo aqueles que a ela se dedicam.

Foi do real como autêntico fundador, que a "Proposição..." sobre o psicanalista da Escola de Lacan criou operadores na formação do analista que coexistem à própria psicanálise e seu emprego na civilização lançando dois momentos de junção: "psicanálise em extensão, ou seja, tudo o que resume a função de nossa Escola como presentificadora da psicanálise no mundo, e psicanálise em intensão, ou seja, a didática, como não fazendo mais do que preparar operadores para ela" (Lacan, 1967, p. 261). Deste modo, o dispositivo do passe captura a amarração da intensão de cada um que pratica a psicanálise com a extensão desta prática no mundo: "é no próprio horizonte da psicanálise em extensão que se ata o círculo interior que traçamos como hiância da psicanálise em intensão" (Lacan, 1967, p.261).

No espaço de sua Escola, Lacan (1964, p.241) já dera ao praticante a chance de assumir seu próprio risco toda vez em que se encontrar o meio de utilizar a psicanálise. Quando nos referirmos às diversas práticas de orientação analítica presentificadoras da psicanálise nos mais diversos âmbitos sociais com o uso do termo *psicanálise aplicada*, reportaremos-nos à seção de psicanálise aplicada presente no texto do "Ato de Fundação". Lá tal seção e suas subseções caracterizam-se pelo domínio de termos particulares à terapêutica da clínica médica. Dois anos posteriores ao "Ato de Fundação", Lacan, marcando o lugar marginal da psicanálise na medicina¹, se assegura que a última está subjugada às demandas aceleradas do mundo científico na vida comum, fazendo da saúde objeto de organização social. É quando Lacan (1966) alerta que, de tempos em tempos, Freud criou algo que podia *subverter a posição do mestre pela ascensão da ciência* e evoca sua Escola como a única que interroga a obediência da medicina a esta demanda.

Seguindo a criação da Escola, Lacan desdobrou este traço inconfundível à psicanálise: falar do que não se sabe (o que é o analista da Escola) é parte de sua "Proposição...", de 1967. Este escrito de Lacan sobre o analista da Escola enfrenta um impasse a que Lacan propõe o passe. Como Lacan fez constar na "Proposição...", deve-se fazer do *não sabido ordenado como o quadro do saber*, formalizá-lo a partir de sua experiência em análise, aplicando a psicanálise ao que se passou no seu tratamento.

Se Lacan preconiza que, como terapêutica, tal "definição é impossível de enunciar na psicanálise" (Lacan, 1967, p.251), ao trazer em 1967 o dispositivo do passe, que examina a possibilidade de um término da análise, Lacan faz notória a distinção entre a prática analítica e a sua terapêutica. O passe, a noção de extensão e intensão são, portanto, operadores teórico-conceituais que revelam o que é mais nuclear na extensão da prática analítica: a inclusão da intensão do praticante e a singularidade do sujeito, oferecendo ai algo que possa ser "essencial para isolá-la da terapêutica, que não distorce a psicanálise somente por relaxar seu rigor" (Lacan, 1967,

p.251). Partindo da função orientadora da intensão no que tange à extensão da psicanálise, penso haver possibilidades claras da extensão analítica sem que seus fundamentos sejam dissolvidos e apresentando notadamente rigor ético no sentido de sua política, guardando as diferenças táticas daquela que atua no espaço de seu enquadramento tradicional, os consultórios privados.

Na conferência de 1932, "Explicações, aplicações e orientações", Freud discutiu possíveis aplicações da psicanálise e procurou desfazer enganos em relação à ciência, à cultura e aos equívocos gerados por seus discípulos, nomeando-a como uma prática *primus inter pares*. Embora bastante envaidecido por um triunfo da vasta aplicação analítica e tomando-a enquanto "um método (único) entre os demais", temos na mesma medida, um Freud comedido em torno dos êxitos desta aplicação: "seus sucessos terapêuticos não constituem motivo, nem de orgulho, nem de vergonha" (Freud, 1932, p.185). Dada a heterogeneidade deste tipo de resultado, orienta Freud: "É mais correto examinar as próprias experiências do indivíduo" (1932, p.185).

Tornar a aplicação da prática analítica legítima não seria pelo sucesso terapêutico, mas na prova única do sujeito mesmo, que valeria por si só. Segundo Freud, como prática de tratamento alargada abundantemente, a psicanálise não abandonou seu "chão de origem e ainda está vinculada ao seu contato com os pacientes para aumentar sua profundidade e se desenvolver mais" (1932, p.185). Ao destacar o rigor da prática analítica, diz: "A atividade psicanalítica é árdua e exigente; não pode ser manejada como um par de óculos que se põe para ler e se tira para sair a caminhar" (Id., Ibid.). Prossegue: "Aqueles psicoterapeutas que empregam a psicanálise, entre outros métodos, ocasionalmente pelo que sei, não se situam em chão analítico firme; não aceitaram toda a análise" (Id., Ibid.).

Vemos com Freud que os sucessos terapêuticos não constituem a diferença singular do tratamento analítico, ao passo que também não encontramos uma diferença radical entre psicanálise estrito senso e seus atributos terapêuticos. De certa maneira, trata-se aqui de um limite impreciso e pouco nítido em caracterizar essa prática entre o terapêutico e o analítico. Por outro lado, Lacan, com as noções de *intensão* e *extensão* na "Proposição..." de 1967 pensa condições do uso da psicanálise como experiência original no mundo. Parte-se aí de como assumir o risco e o desejo dos que a praticam ou daquilo de seu desejo que determina sua práxis como sendo analítica. Freud, não se considerando um *terapeuta entusiasta* orienta e revela algo de seu desejo em torno da Psicanálise dizendo que "Se não tivesse valor terapêutico não teria sido descoberto como o foi, (...) e não teria continuado desenvolvendo-se por mais de trinta anos" (Freud, 1932, p191). Entretanto, a respeito de outras práticas que estão na ordem do dia, diz Freud: "Se nos voltarmos para os competidores deste mundo, devemos comparar o tratamento psicanalítico com outros tipos de psicoterapia" (Freud, 1932, p185).

A singularidade do sintoma se perde nessa vertente do terapêutico como índice de propriedades curativas. Trata-se, pelo contrário, segundo Lacan, de "produzir o incurável em que o ato encontra sua finalidade própria, e aquilo que, do sintoma, assume um efeito revolucionário" (Lacan, 1967-1968, p. 378). Mesmo com a orientação freudiana desde 1918 (Freud, 1918) de adaptar a técnica psicanalítica às novas condições do mundo,

absorve-se daí, com Freud e Lacan, que a orientação para a extensão da prática aplica o discurso analítico operando-o no avesso do discurso do mestre. Fora da padronização do sujeito, a psicanálise aplicada não seria aplicada senão ao sujeito mesmo em sua incurabilidade, pois, embora atue numa extraterritorialidade ela é aplicada ao próprio campo.

Vê-se que o que orienta a extensão da psicanálise como experiência original é a extensão de sua intensão que responde com sua ética aos imperativos de uma época, distinguindo-a de outros métodos. As *práticas de extensão* da psicanálise podem conservar o inconfundível da verdade qualificada como incurável sem a dissolução de seus fundamentos sendo estendidas a outros campos e mantendo rigor ético em sua política e guardando as diferenças táticas da atuação no espaço de seu *setting* habitual.

Assim se pode estender, ir mais além do que se enuncia fundando o incurável, esse elemento ético constitutivo da condição analítica que permite estendermos a massificação contemporânea dos sintomas que prescrevem os sujeitos via solução terapêutica, pois "A psicanálise aplicada deve diferenciar da terapêutica e seguir sendo psicanálise para que não termine sendo um tipo de psicoterapia." (Cárdenas, 2003, p.105).

NOTA

1. Segundo as notas da Revista *Opção Lacaniana*, trata-se do texto de sua fala no colóquio organizado por Jeanne Aubry sobre "O lugar da psicanálise na medicina", publicado em 1966 no *Cahiers du Collège de Medicine*.

Referências bibliográficas

CÁRDENAS, M. H. (2003) A prática lacaniana e a Psicanálise aplicada, in **Opção Lacaniana** nº38, novembro de 2003.

FREUD, S. (1933) Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. Conferência XXXIV: Explicações, Aplicações e Orientações, in **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1988, v.XXII, p. 167-191.

LACAN, J. (1966) O lugar da psicanálise na medicina, in **Opção Lacaniana**, São Paulo, n. 32, 2001, p. 8-14.

_____. (1967) Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola, in **Outros Escritos**; Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 248-264.

_____. (1971) Ato de Fundação, in **Outros Escritos**; Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 235-264.

Texto recebido em: 03/09/2009

Aprovado em: 25/12/2009

FAMÍLIA E RESPONSABILIDADE^{1, 2}**FAMILY AND RESPONSABILITY**

Jorge Forbes

AME – Analista Membro das Escolas Brasileira e Européia de Psicanálise

Presidente do IPLA – Instituto de Psicanálise Lacaniana

Diretor da Clínica de Psicanálise do Centro do Genoma Humano / USP

Coordenador do www.projetoanalise.com.br

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica / UFRJ

jorgeforbes@uol.com.br

Resumo

As contribuições da psicanálise ao estudo da família ainda utilizadas por médicos, pedagogos e juristas envelheceram. Datam de um mundo que está deixando de existir. Foram muito úteis se nos basearmos na popularidade alcançada, mas são fracas para as questões fundamentais da família atual, a do início do século XXI. A família de hoje se diferencia em um aspecto fundamental da família de ontem: ela é fruto de uma era onde o laço social é horizontal, enquanto, na anterior, era vertical. O autor argumenta que é necessário atualizar nossa perspectiva sobre a estrutura da família. Só assim seria possível uma interpretação legítima dos novos sintomas sociais.

Palavras-chave: psicanálise, família, laço social, responsabilidade.

Abstract

The contributions of psychoanalysis to the study of family that are still been used by physicians, teachers and law professionals has aged. They date back to a world that has ceased to exist. They were much useful based in the popularity that was reached, but do not solve fundamental issues of today's family, the one from the beginning of the twenty first century. Today's family is different from yesterday's in a major aspect: it exists in an era where the social ties are horizontal, as opposed to then, with vertical social ties. The author believes that it is necessary to update our perspective on family structure. That is the only way it would be possible to have a legitimate interpretation of the new social symptoms.

Key-words: psychoanalysis, family, social bond, responsibility

As contribuições da psicanálise ao estudo da família que ainda estão sendo utilizadas por médicos, pedagogos e juristas envelheceram. Elas datam de um mundo que está deixando de existir, foram muito úteis, se nos basearmos na popularidade alcançada, mas são fracas para as questões fundamentais da família atual, a do início do século XXI.

A família de hoje se diferencia em um aspecto fundamental da família de ontem: ela é fruto de uma era onde o laço social é horizontal, enquanto, na anterior, era vertical. Na língua da psicanálise de orientação lacaniana, isso se traduz dizendo que saímos de um tempo da supremacia do simbólico e passamos para a supremacia do real. Explicarei.

O mundo anterior do qual estamos nos despedindo, organizava o laço social em torno a símbolos maiores: na família, o pai; na empresa, o chefe; na sociedade civil, a pátria. Mediávamos nossa satisfação pela proximidade que conseguíamos dos ideais propostos. Para isso, seguíamos uma disciplina estabelecida em protocolos e procedimentos. Como o mundo era padronizado, o futuro podia ser previsto. Isso ficava claro na forma com que os pais falavam com os filhos, que seguia o modelo básico da implicação "se, então": - "Se você não fizer tal coisa, então você não terá um futuro seguro e feliz". Seguro vinha antes do feliz, quando não era o seu sinônimo.

Nesse tempo, que não vai tão distante assim, pois não faz mais de quarenta anos, a psicanálise contribuiu com a idéia fundamental do diálogo, que propiciou o famoso "conversando a gente se entende". O poder quase tirânico dos pais de gerações anteriores foi substituído pelo pai amigo, compreensivo, próximo. Esse modelo foi exportado para o professor, para o médico, não tanto para o juiz. Dele surgiram práticas sociais de uma escola mais democrática, cujo maior símbolo foi Summerhill e de uma medicina paradoxalmente humanizada, como se outra houvera. Tudo era conversado, em alguns casos até demais. Lembro ter acompanhado em análise uma filha sufocada por uma angústia causada pelo conhecimento das escabrosas aventuras sexuais de sua mãe, que tudo tinha lhe contado entendendo que esse era o correto procedimento de uma mãe amiga. Talvez assim tenha sido cunhada a expressão: *mui amiga*...

Sofremos uma revolução no advento da globalização, perdemos o norte, a bússola, surgiu o Homem Desbussolado³ e com ele novos sintomas que não passam pelo circuito da palavra. Citando apenas alguns exemplos mais frequentes, começamos pelo fracasso escolar. Diferenciamos "fracasso" de "rebeldia escolar". Se antes o aluno contestava a escola, propondo outra coisa, hoje, ele desconhece os valores da escola. Ameaças desesperadas de um professor frente a uma prova entregue em branco - de que o aluno não vai passar, que vai ficar de recuperação, que não vai conseguir o vestibular, que não vai entrar na faculdade - são recebidas pelo aluno com uma indiferença olímpica, quase com comiseração pelo desafortunado mestre. As agressões inusitadas, outro sintoma atual, apavoram mais pela surpresa que pela própria violência. Pais aflitos me contam que seu filho de 15 anos, que sempre foi um jovem como todos os outros, pôs fogo na escola. Demoro um pouco a entender que não tinha sido um fogo em uma lata de lixo ou em uma cortina; não, ele havia posto fogo na escola toda, ela não existia mais, tinha virado cinzas. Até o incêndio, um menino como outro qualquer, depois do incêndio, um menino como outro qualquer. Nenhuma marca do ocorrido, nada além de um "que pena". Inútil nos valermos das

antigas categorias para diagnosticar - nesse caso, da perversão -, elas não lêem esses fenômenos atuais. Ainda um exemplo: as drogas. O uso das drogas não constitui uma novidade e sim a forma epidêmica de seu emprego, compreensível se levarmos em conta que elas são receptores universais, que servem a qualquer tipo de tomada, e há muito fio desencapado atualmente.

Tudo está perdido? Não. Se há motivos pelos quais nos preocupar, há também soluções e essas vêm do mesmo terreno de onde surgem os problemas. Se a questão óbvia do Homem Desbussolado é a de como se orientar, vamos examinar o que tem a capacidade de organizar uma imensa quantidade de pessoas que se aglomera em torno à música eletrônica. Não façamos como a maior parte dos amantes da bossa nova que nessa música só escutam um bate-estaca insuportável; lembremos do exemplo de Fleming que viu a penicilina onde outros só viam bolor. O interessante é nos perguntarmos como uma música que não tem sentido literalmente, que não tem letra, que se diferencia pelo número de batidas por minuto entre seus estilos - house, garage, trance -, consegue transformar o show de Frank Sinatra no Maracanã, para 180.000 pessoas, em encontro intimista, uma vez que uma Techno-parade aglomera dois milhões e meio, três milhões de participantes, dançando juntos, sem se entenderem, sem cantarem um jargão comum, sem um barquinho que vai e vem, sem se perguntarem se você quer ser minha namorada, oh que linda namorada você poderia ser. Não dá para dizer que se trata de três milhões de autistas, claro que não. Possivelmente esses moços demonstram a possibilidade de estar junto sem se compreender, "tá ligado?", no qual o "tá ligado" não é uma falta de algo melhor para dizer, mas aponta a essência do laço social na pós-modernidade: os "monólogos articulados", permitam-me assim chamá-lo.

Monólogos articulados, portanto, tomam o lugar dos diálogos compreensíveis em nossa época. Isso também explica, a meu ver, o exponencial crescimento do Twitter: mais de cinco milhões de usuários no Brasil nos últimos três meses, e é só o começo. Vivemos em uma Ágora eletrônica. Encontramo-nos nessa praça aberta pelo tempo de um tweet, de um pio, tá ligado? O fundamental passou do raciocinar, típico da supremacia do simbólico, já referido, tão caro aos iluministas, ao ressoar. Alguém diz algo que ressoa, ou não, em outro alguém, que toca, que abre novas perspectivas: invenções do que pode ser, não do que já foi.

Em uma sociedade plana, horizontal, a satisfação humana não é dada por cumprir bem uma tarefa, pois não há modelo fixo que defina o que é o cumprir bem. Essa época exige um triplo movimento: inventar, responsabilizar, publicar. É o que faz o artista: vê algo único, se responsabiliza pelo que viu - os girassóis de Van Gogh, as bandeirinhas de Volpi, a Banda do Chico, os meninos do cais de Salvador, de Jorge Amado - e publica sua visão, correndo o risco da boa ou má repercussão. É uma responsabilidade ética, enquanto do particular, não moral, pois não se adequa a qualquer modelo de comportamento.

Nesse movimento, a família ganha novo status. Em vez de ser o lugar onde se ganha coisas - semanadas, carros, presentes os mais diversos -, o que se ganha mesmo, a maior herança, é a castração, um dos nomes do real. Em algum lugar Lacan chegou a dizer que não adianta a ninguém trocar de família, especialmente de pais, imaginando que terá seus problemas

resolvidos. Eles reapareceriam iguaiszinho se isso fosse possível. Família é daquilo que todo mundo se queixa – boa definição - e se o fazemos é porque ela não oferece o que dela, especialmente dela, gostaríamos de receber: o nome do desejo. Isso fica mais evidente em um mundo despadronizado. Insisto, seja ela como for constituída - por cama, ou proveta; hetero ou homossexual; parceira ou monoparental -, família é a instituição humana que tem a capacidade de fazer com que nos confrontemos ao real da nossa condição: a falta de uma palavra já pronta, *prêt-à-porter*, que nomeie o desejo de cada um.

É para um mundo sem orientação standard que discutimos Família e Responsabilidade, tema desse VII Congresso Brasileiro de Direito de Família, a cuja coordenação agradeço o convite para fazer essa conferência de abertura.

Qual Família e qual Responsabilidade? Impõe-se a pergunta. Uma família que nos depare com a "miséria criativa" da condição humana – miséria de sentido, criativa de invenção – e uma responsabilidade não frente ao conhecido, ao que deveria ser, não uma responsabilidade do controle e da disciplina que chegou a inspirar Freud no conceito de superego, mas um novo tipo de responsabilidade frente ao acaso e à surpresa. Saímos da época do Freud explica e entramos na época do Freud implica.

É curioso ver as tentativas desesperadas daqueles que de alguma forma querem recuperar o sentido perdido da era anterior, não suportando estarem ligados no ressoar dos sentidos múltiplos. Acabam divinizando a matéria ou o espírito, aliás, como se essa dicotomia ainda fosse válida. Na matéria, assistimos o endeusamento da biologia, especialmente as pesquisas do genoma, esperado como se fosse uma astrologia científica, os genes, agora, nos papéis antes dados aos astros celestes na determinação das vidas. O genoma seria a nova carta astrológica com sanção científica. Por outro lado, explodem desde movimentos fundamentalistas religiosos - em todas as religiões, não somente nos risíveis e preocupantes exorcismos televisivos de nossas madrugadas - até os mal chamados livros de "auto-ajuda", que infestam as prateleiras das livrarias dos aeroportos e das rodoviárias.

Nessa paisagem, o tema Família e Responsabilidade, que será discutido aqui nesses dias, é crucial.

Se conseguirmos uma Família que suporte e transmita o fato - claro à nossa sensibilidade, obscuro à nossa compreensão – que, para estarmos juntos, para nos amarmos, não precisamos nos compreender, faremos que o Homem Desbussolado deixe de temer o século XXI. Não há nada a se compreender na delícia de um banho de cachoeira, na preocupação de um pai com um filho, na declaração de amor: Eu te amo. Não há nenhum por que, e se fosse explicado, perderia o sentido do afeto. Uma frase de união de um casamento poderia ser: "E que fiquem juntos até que a compreensão vos separe". Não se pode entender o amor, motivo de ter pensado como título dessa fala: "Família, um amor sem palavras", para explorar todas as possibilidades da polissemia dessa expressão.

Se um dia a psicanálise promoveu o diálogo compreensivo e humanizador, as mudanças dos tempos nos exigem um esforço a mais no sentido de uma renovação ética.

Em passeio por alguns autores que se debruçaram sobre essa questão, vejamos o que encontrei. Luc Ferry, ao defender, recentemente, em seu livro *Famílias, amo vocês*, a idéia aparentemente contraditória de uma transcendência na imanência, escreve:

Ora, o humanismo pós-nietzschiano que proponho se baseia na constatação de uma exterioridade ou transcendência radical de valores, esse humanismo afirma que elas não se manifestam em nenhum outro lugar a não ser na imanência da consciência. Eu não invento a verdade, a justiça, a beleza ou o amor, em os descubro em mim mesmo, mas, entretanto, como algo que me ultrapassa e que me é, por assim dizer, dado desde fora, sem que eu possa identificar o fundamento último dessa doação (Ferry, 2008, p. 98-99).

Já Giorgio Agambem, em suas *Profanações*, aborda esse ponto pelo viés da "Magia e Felicidade", provocando:

Mas de uma felicidade de que podemos ser dignos, nós (ou a criança em nós) não sabemos o que fazer. É uma desgraça sermos amados por uma mulher porque o merecemos! E como é chata a felicidade que é prêmio ou recompensa por um trabalho bem feito! (Agambem, 2007, p. 23-25).

Faz-se necessário entender tamanho ataque ao senso comum, que questiona os princípios elementares da educação das crianças e a boa postura dos adultos. A resposta está no fato de que "Quem é feliz não pode saber que o é; o sujeito da felicidade não é um sujeito, não tem a forma de uma consciência, mesmo que fosse a melhor" (Agambem, 2007, p. 23-25). Dois aspectos são aqui relevantes. Primeiro: felicidade não progride, nem se acumula, pois se assim fosse acabaríamos estourando em sua plenitude. Pensar então que hoje somos mais felizes que nossos antepassados é tão falso quanto o contrário, que ontem é que era bom, como insistem os saudosistas. Segundo: a felicidade se dá no acaso, no encontro, na surpresa, daí dizer que ela foge à consciência, que ela é uma magia. À sua maneira, Agambem trata da transcendência na imanência, proposta por Luc Ferry.

Isso nos leva a Hans Jonas, no seu fundamental estudo *Princípio Responsabilidade*. Atenção: Princípio Responsabilidade e não "da" Responsabilidade. Princípio Responsabilidade da mesma forma que dizemos Princípio Divino ou Princípio Racional. Para ele, necessitamos de uma nova ética calcada no Princípio Responsabilidade.

Com efeito – diz ele – é uma das condições da ação responsável não se deixar deter por esse tipo de incerteza, assumindo-se, ao contrário, a responsabilidade pelo desconhecido, dado o caráter incerto da esperança; isso é o que chamamos de "coragem para assumir a responsabilidade" (Jonas, 2006, p. 351).

Finalmente, Jacques Lacan. Uma sentença esclarece sua posição: "Por nossa condição de sujeito somos sempre responsáveis" (Lacan, 1955-56, p. 873). "Sempre", diz ele, não de vez em quando ou dependendo da intenção, do conhecimento ou de qualquer outra variável. Se o sujeito é sempre responsável, não haverá sujeito sem responsabilidade. Isso abre uma interessante questão para os advogados: "Como separar o responsabilizar do penalizar?" Em psicanálise é o que fazemos quando, nos tempos de hoje, do Freud implica, levamos o analisando à consequência responsável do que diz. Alguém pode, por exemplo, em uma sessão de

segunda-feira, dizer que ficou pensando no fim de semana e que concluiu ser "Um péssimo marido, um pai meia boca e um amante infeliz". O analista, contrariando expectativas clássicas de relançamento de discurso, do gênero " O que o levou a essa conclusão?", simplesmente diz: " O fato do senhor dizer que é um péssimo marido, um pai meia boca e um amante infeliz, não diminui em nada o fato que o senhor seja um péssimo marido, um pai meia boca e um amante infeliz". Essa intervenção é surpreendente para os muitos que estão habituados a pensar que somos irresponsáveis frente ao inconsciente, haja vista a consagrada expressão de desculpas: "Só se foi o meu inconsciente". Pois bem, o homem desbussolado continuará sem rumo se não lhe oferecermos a responsabilidade frente ao acaso, à surpresa, enfim, frente ao seu inconsciente, e a família é aí o fórum privilegiado, diria mesmo, essencial. Lacan apostava que seria possível tocar no ponto íntimo de vergonha do analisante; não vergonha social frente ao outro, mas uma vergonha íntima sem a qual a vida fica nua, sem qualidade, desqualificada. A família é a primeira intimidade de cada um, sua "extimidade", se preferirmos o trocadilho de Lacan. A família funda a extimidade de cada pessoa.

É por esse caminho que seguem nossas atuais reflexões sobre Família e Responsabilidade, no domínio da psicanálise. Será que elas podem ser úteis em questões como a que hoje espera decisão no STF, do julgamento de um pai ausente? Espero que elas renovem uma antiga história de colaboração de advogados com psicanalistas. Aliás, uma curiosidade: Freud estava em dúvida até o último momento se cursaria direito ou medicina, tendo finalmente escolhido a medicina e criando a psicanálise para advogar a causa do sujeito do inconsciente, o desejo, dando-lhe cidadania.

Notas

1. Este texto integra minha pesquisa de doutoramento no Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação da profa. Dra. Tania Coelho dos Santos.
2. Conferência de abertura do VII Congresso Brasileiro de Direito de Família, Belo Horizonte, 28 de outubro de 2009.
3. "Com a expressão 'homem desbussolado', refiro-me ao habitante de uma nova era: globalização, pós-modernidade – ainda nenhum termo é suficientemente bom para nomeá-la, sempre causando polêmicas aqui – uma nova era, dizia, diferente da anterior por não ser prioritariamente 'pai-orientada'" (Forbes, 2004).

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, G. (2007) Magia e felicidade, em **Profanações**, São Paulo: Boitempo.
- FERRY, L. (2008) **Famílias, amo vocês**. Rio de Janeiro: Objetiva.

FORBES, J. (2004) A Psicanálise do Homem Desbussolado - As reações ao futuro e o seu tratamento. Texto disponível em <http://www.jorgeforbes.com.br/br/contents.asp?s=23&i=72>

_____. (2008) Felicidade não é bem que se mereça. Disponível em <http://www.jorgeforbes.com.br/br/contents.asp?s=23&i=143>

JONAS, H. (2006) **O Princípio Responsabilidade**. Rio de Janeiro: Contraponto, 351.

LACAN, J. (1955-56) A ciência e a verdade, in LACAN, J. (1998) **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 869-892.

Texto recebido em: 29/10/2009

Aprovado em: 11/11/2009

CRIMINOLOGIA LACANIANA¹**LACANIAN CRIMINOLOGY**

Serge Cottet

Doutorado de Estado em Letras e Ciências Humanas
Professor Titular do Département de Psychanalyse de Paris VIII
Analista Membro da École de la Cause Freudienne
Membro da Associação Mundial de Psicanálise
scottet@freesurf.com.fr

Resumo

Nós nos propomos atualizar o texto de Lacan "Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia" escrito em 1950. No cruzamento da clínica e da política, o crime questiona uma realidade social que tem, na época, o papel que será atribuído mais tarde ao Outro simbólico. Uma realidade que prima sobre a psicologia do criminoso; razão a mais para sublinhar a homologia entre a formulação daquela época e a implicação da psicanálise na cidade atualmente. O texto nos orienta, não somente sobre uma clínica do ato criminoso, mas ele põe à prova, ao mesmo tempo, a necessidade de introduzir na psicanálise o conceito de responsabilidade.

Palavras-chave: psicanálise, criminologia, supereu, sociedade, responsabilidade, objeto *a*.

Abstract

We shall update the text of Lacan called "Theoretical introduction to the functions of psychoanalysis in Criminology" written in 1950. At the crossroads between clinic and politics, the crime questions a social reality that has at the time, the role that will later be given to the symbolic Other. A reality that is primal on the criminal's psychology, all the more reason to underline the similarity between the formula in those days and the implication of psychoanalysis in the city these days. The text guides us not only about a clinic of the criminal act, but it also puts to the test, at the same time, the need to introduce in psychoanalysis the concept of responsibility.

Keywords: psychoanalysis, criminology, superego, society, responsibility, object *a*.

"Ele só assassina a si-mesmo".

(Comentário de Lacan do filme *O músico assassino*, de Benoît Jacquot)

Nós nos propomos atualizar o texto de Lacan "Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia", escrito em 1950. Esta data mítica da história da França é também tão mítica para a psicanálise? Não totalmente, se a subversão lacaniana começa com o estruturalismo, ou seja, em 1953. No entanto, os problemas jurídicos agitam bastante a época e o pós-guerra para que se considere o artigo de Lacan contextualizado, e, ao mesmo tempo, canônico. Diante dos problemas sociais levantados nos dias de hoje não é pouco dizer que este artigo encontra muito do seu frescor: os manicômios judiciais, a penalização do doente mental, a modificação do código civil, a intervenção dos psicanalistas na prisão, etc. Todos esses problemas são abordados, desde esta data, por Lacan, revelando um sintoma social. Quer dizer, a modernidade da formulação, a despeito de uma conceituação pós-freudiana anterior. Antes de Michel Foucault, Lacan demonstra até que ponto o tratamento e a penalização do crime dependem da estrutura do poder estabelecido. No cruzamento da clínica e da política, o crime questiona uma realidade social que tem, na época, o papel que será atribuído mais tarde ao Outro simbólico. Uma realidade que prima sobre a psicologia do criminoso; razão a mais para sublinhar a homologia entre a formulação daquela época e a implicação da psicanálise na cidade atualmente (Miller, 2008). O texto nos orienta, não somente sobre uma clínica do ato criminoso, mas ele põe à prova, ao mesmo tempo, a necessidade de introduzir na psicanálise o conceito de responsabilidade.

O artigo faz parte do período "sociológico" do Lacan pré-estruturalista, se entendemos desse modo os textos dos anos de 1938 a 1950, antes do Congresso de Roma. Ainda se percebe nele os ecos do texto "Os complexos familiares na formação do indivíduo" (1938) e de sua inspiração durkheimiana. É sobre o fundo do declínio paterno e da decomposição da família que a questão do direito e da justiça intervém em tensão com o supereu individual. O direito vem primeiro e o crime lhe é relativo antes de sê-lo o ato do criminoso. Lacan conduz, nessa ocasião, à palavra de São Paulo: não existe pecado antes da lei. A dialética do crime e da lei atravessa, assim, a maioria dos capítulos.

Como fato social, no sentido de Durkheim, o crime constitui o objeto de representações coletivas, que definem o campo da responsabilidade. Essa noção é socialmente relativa, uma vez que a instância reconhecida como culpada (o indivíduo ou o grupo) varia, evidentemente, com as sociedades. Um durkheimiano como Paul Fauconnet, evocado em "Complexos familiares" (Ibid., p. 32), busca assim definir um conceito de responsabilidade sem relação às disposições psicológicas dos sujeitos, em conformidade com as visões de seu mestre, como fenômeno social normal: "Uma análise puramente psicológica não poderá jamais conduzir, por ela mesma, à determinação da idéia de responsabilidade. Pois a responsabilidade é manifestamente uma coisa jurídica ou moral. Se supomos que não existe nem direito nem moral, jamais a psicologia será levada a falar de responsabilidade, mas somente de pessoas, de vontades normais ou doentes" (Fauconnet, 1928, p. 33-34). Não demora muito para que a própria sociologia dê lugar ao "assentimento subjetivo" (Lacan, 1950a, p.128) requisitado na significação da responsabilidade, como estabelece Malinowski na sua obra *O crime e o costume nas sociedades selvagens* (1926).

A publicação, em 1950, de *L'univers morbide de la faute* de Angelo Hesnard, também companheiro de Lacan em seus conflitos políticos com a SPP, reintroduz o lugar da ética individual e da culpa na sua tensão com a lei social. A morte de Marcel Mauss, neste mesmo ano de 1950, contribui para evidenciar a subordinação do ato criminoso à representação coletiva; tal como Lacan o diz no título do capítulo II, é questão "da realidade sociológica do crime e da lei e da relação da psicanálise com seu fundamento dialético" (Lacan, 1950a, p. 128).

O supereu empuxo-ao-crime

A contribuição específica da psicanálise à criminologia reside, essencialmente, na refutação dos "instintos criminosos" (Ibid., p. 148) e de toda abordagem constitucionalista, em proveito de um complexo específico que Lacan encontra em Kate Friedländer, o "caráter neurótico", concernindo, especialmente, ao psicopata. Trata-se, realmente, de uma identificação. Após os trabalhos de Aichhorn (1973) sobre os delinqüentes, Lacan aquiesce à efetividade de uma instância superegóica que empurra ao crime e à transgressão. Ele refuta assim todo inconsciente criminoso ao qual aderem ainda os freudianos Alexander e Staub (1938). É a identificação da criança ao adulto criminoso que justifica um Ideal do eu viciado com relação à norma paterna. Lacan recorre ainda ao conceito de Kate Friedländer, característico dos efeitos produzidos pela posição associal do grupo familiar (1998). São nas formulações de 1938 que encontramos justificativas para as frustrações pulsionais "que estariam como que retidas num curto-circuito na situação edipiana" (1950a, p. 136). O sintoma de roubo na criança atesta esta articulação com o simbolismo pulsional (Klein, 1968).

É no supereu que se reflete o complexo familiar e, particularmente, a anomalia de estrutura (Lacan, 1950a, p. 135), presente em sua tese de 1932, assim como em "Os complexos familiares". O desregramento dessa instância está ligado às "condições sociais do edipianismo" (Ibid., p. 137). O supereu é definido como "esta raiz truncada da consciência moral" (Lacan, 1950b, p. 128), que a norma edipiana não pôde regular. Ele estará claramente disjunto do Nome-do-Pai e da lei em 1954, em *O Seminário, Livro 1: o supereu provoca discordância e cisão da ordem simbólica* (1953-54, p. 226-227). Ele inclui uma versão autopunitiva que os pós-freudianos, como Theodor Reik (1997), tinham contribuído para elucidar. Essa hiância na estrutura do simbólico faz toda a ambigüidade do conceito de culpa, que desencadeia a manifestação psicopática.

A entidade "neurose de caráter" indica que o artigo não é nem especialmente orientado pelas relações do crime com o delírio, como é o caso de sua tese de psiquiatria (1932), nem sobre os crimes sexuais, e, ainda menos sobre os *serial killers*. São os problemas da delinqüência após a guerra que orientaram os psicanalistas: a lei sobre os menores, o fim das casas de correção, etc. A responsabilidade é um conceito trans-clínico, e, ao mesmo tempo, jurídico e ético. Fora sua definição pela lei positiva, Lacan busca para este conceito um estatuto menos contingente no sujeito.

Dir-se-ia, hoje, que é uma falha no simbólico que religa o supereu ao social. Se o artigo de Lacan tem seu ponto de partida na neurose, os efeitos do

supereu valem também para os psicóticos e para os perversos. A orientação clínica, realmente, é trans-estrutural; trata-se da tensão entre o sujeito e a lei social e não da presença ou da ausência de um significante do Outro. O supereu tem ao menos um pé no Outro social. Não é certo que, nessa época, Lacan faça uma distinção clara entre crime neurótico e crime psicótico. Bem entendido: nem todo crime revela uma psicose. O conceito de psicopata, que cruza com os dois precedentes, é largamente utilizado na época. Para além da crítica das concepções sanitárias e profiláticas concernindo à criminalidade, Lacan centra sua formulação sobre a simultaneidade dos progressos da época com a desumanização do condenado. De fato, "a significação expiatória do castigo" se atenua: a sociedade não consegue mais justificá-la (Lacan, 1950a, p. 139). A propósito de Nuremberg e, particularmente, do julgamento dos crimes nazistas, Lacan tem reservas sobre o efeito sanitário desse processo (Ibid., p. 136, 139, 148). Ele deixa entender que a culpa objetiva dos criminosos não toca verdadeiramente as intenções, enquanto que o testemunho de uma Melitta Schmideberg dá acesso ao "mundo imaginário do criminoso" (Ibid., p. 137). Mais à frente, ele observa o próprio apagamento das noções de criminoso e de responsável (Ibid., p. 147).

O relativismo social e jurídico da definição de responsabilidade pode ser, desde então, contradito pela psicanálise: "a psicanálise, pelas instâncias que distingue no indivíduo moderno, pode esclarecer as vacilações da noção de responsabilidade em nossa época e o advento correlato de uma objetivação do crime para o qual ela pode colaborar" (Ibid., p. 129). Essas vacilações são mais fortes na medida em que a falta não é a mesma, seja o crime considerado como utilitário ou como expressão de um gozo pulsional (Miller, 2007, p. 13). Elas refletem a ambigüidade que a psicologia dá à avaliação da responsabilidade. Ela patina entre o que vem do indivíduo e o que vem do meio familiar ou social. Essas questões cruciais, na época, podem ser esclarecidas pela psicanálise, que desnuda, desde Freud com a segunda tópica, os conflitos entre as instâncias: uma espécie de tribunal subjetivo. Para esquematizar: eu, isso, supereu. Na sua tese, Lacan distinguia assim os crimes do eu e os crimes do isso (1932, p. 306). Esta distinção já recobre os crimes de autopunição, como aquele de Aimeé, e os crimes impulsivos e imotivados dos esquizofrênicos, descrito por Guiraud (Guiraud & Cailleux, 1928, p. 352-359). Uma tipologia da responsabilidade deverá ser deduzida dessa distinção.

A tese de 1932 defende a necessidade de uma avaliação que "precise" o perigo, em função do diagnóstico (Lacan, 1932, p. 307). Sobre este ponto, lembramos que Lacan afirma quanto ao perigo das reações agressivas da psicose paranóica e fala de sua "preferência pela aplicação comedida de *sanções penais* para esses sujeitos" (Ibid., p. 308). No entanto, os artigos de 1950 não se apóiam, essencialmente, sobre a psicose, mas sobre a contribuição que a psicanálise pode trazer para a avaliação da responsabilidade, noção ainda bastante relativa à pressão da opinião, e à vontade de punir, mais do que de cuidar. Ele faz aparecer a cena imaginária do crime, confundida, na época, com "a" simbólica.

Simbólico do crime

Subordinando o ato criminoso a um cenário simbólico, poder-se-ia considerar que Lacan “põe lenha na fogueira” da irresponsabilidade. No entanto: “se a psicanálise irrealiza o crime, ela não desumaniza o criminoso” (1950a, p. 131). A fórmula pode parecer paradoxal. Pensa-se, principalmente, que a irrealidade reclama em favor da responsabilidade.

A irrealidade é uma palavra da época, marcada pelo existencialismo sartriano. Lacan faz alusão a Lagache que, em sua tese sobre o ciúme amoroso (Lagache, 1987)², se refere às condutas mágicas de Sartre, à “função irrealizante” da consciência (Sartre, 1938 e 1940). O que ele mesmo chama de as “condutas imaginárias” encontra, certamente, sua referência na fenomenologia de Sartre e de Merleau-Ponty, que também não ignora Hesnard.

Portanto, a referência à sociologia domina as teses existencialistas. Ela permite a introdução do simbólico como estrutura. Realmente, se o imaginário está referido ao indivíduo, o simbólico concerne à estrutura da sociedade: “as estruturas da sociedade são simbólicas; o indivíduo, na medida em que é normal, serve-se delas em condutas reais; na medida em que é psicopata, exprime-as por condutas simbólicas” (Lacan, 1950a, p. 134).

Essa frase resume a teoria antropológica do simbolismo elaborada por Marcel Mauss. Como se sabe, Lévi-Strauss escreveu um célebre prefácio a sua obra *Sociologie et anthropologie* (Mauss, 1950), que Lacan, necessariamente, leu. Ele afirma claramente que “as condutas individuais normais não são jamais simbólicas por elas mesmas: elas são os elementos a partir dos quais um sistema simbólico, que só pode ser coletivo, se constrói. São apenas as condutas anormais que, por serem de-socializadas e, de alguma forma, abandonadas a si mesmas, realizam, sobre o plano individual, a ilusão de um simbolismo autônomo” (Lévi-Strauss, 1950, p. XVI-XVII).

Lacan faz sua esta subordinação da psicologia ao social, que será substituída, na época estruturalista, pela subordinação do sujeito ao significante: o que substitui a discordância entre significante e significado é o supereu e o lugar da significação pessoal. Como o sintoma obsessivo é uma religião privada, segundo Freud, e como a emoção é “uma conduta mágica”, desde Sartre, o crime participa da mesma condensação do geral no particular. Aqui, a gênese social do supereu, já empregada na tese, é confirmada. Na época, é a interpretação edipiana que fornecia a chave do caráter simbólico do ato. Se o crime é real, isso não impede que ele seja “realizado numa forma edipiana”. A forma edipiana (Ibid., p. 133) é, em suma, por antecipação, o mito individual, o coletivo interpretado pelo complexo.

O caso de Mme. Lefebvre, publicado por Marie Bonaparte (1927) ilustra da melhor maneira esse avatar individual do Édipo. Em 1925, Mme. Lefebvre assassina sua nora grávida. Marie Bonaparte só tem à sua disposição os significantes edipianos para esclarecer essa patologia: ódio da mãe, complexo de castração, frigidez. Todavia, reconhece Bonaparte, ela não compreende nada disso. No entanto, a conjuntura do ato pode ser reconstruída a partir de uma estrutura quadrangular do tipo esquema Z. Na

medida em que o filho pertence à nora, Mme. Lefebvre desenvolve em relação a ela uma hostilidade ciumenta. O ódio assassino só se cristaliza a partir do momento em que a presença real do falo entra em cena. Mais uma vez, é a natureza da cura que explica a natureza da doença, a saber: o desaparecimento dos sintomas hipocondríacos, tão logo o assassinato concluído (os órgãos descidos após a menopausa acompanham o alívio do dever cumprido). É a "cura pelo crime", diz ela, "eu não tenho mais aborrecimentos". A imagem invertida do ventre fecundo assinala o transitivismo de sua relação, a agressão suicida, o ideal que ela toca. O caso pode ser simplificado sem o recurso de uma selva de símbolos, como faz o "velho Freud" e com a qual Marie Bonaparte orna o caso. Ainda que a interpretação da imagem fálica do revólver não pareça supérflua, como quarto elemento no trio: mãe, filho, nora. A qualificação de mãe incestuosa por Marie Bonaparte é acompanhada de uma observação que Lacan não desaprovava: "em toda mãe, bem no fundo do inconsciente, existe, mesmo que inexprimível, um pouco de Jocasta e de Mme Lefebvre" (Bonaparte, 1927, p. 161).

O ato, por mais horrível que seja, se encontra humanizado pela integração do sujeito no universo da falta. O incesto é universal. É no mesmo sentido que os homicídios imotivados, descritos por Guiraud, demonstram seu caráter "de agressão simbólica": "o sujeito quer matar aqui não mais seu *eu* ou seu *supereu*, mas sua doença ou, mais geralmente, "o mal", o *kakon*" (Lacan, 1932, p. 307). A "cena do crime" é, conseqüentemente, simbólica, no sentido edipiano. É um traço que o opõe ao crime do "isso" de Guiraud. Mesmo que Lacan o qualifique de "agressão simbólica", permanece-se na relação imaginária. Assim, no caso Aimeé a equivalência entre simbólico e imaginário é confirmada: as perseguidoras são as "'tiragens' de um protótipo" (Ibid., p. 253). Realmente, "o objeto que Aimeé atinge só tem um valor de puro símbolo" (Ibid., p. 254). Em 1950, Lacan insiste sobre essa irrealidade como elemento para levar em conta na avaliação da responsabilidade do sujeito.

Os especialistas Sérieux e Capgras (1909) foram encarregados, para a defesa de Mme Fefebvre, de fazê-la beneficiar-se do artigo 64, sem sucesso. Lacan deve se lembrar disso quando constata que, em muitos casos, o especialista psiquiatra conclui a favor da normalidade, a despeito de signos evidentes de paranóia.

A psicanálise é então investida de um duplo papel: primeiramente, demonstrar o caráter "simbólico do crime", quer dizer, na época, o desconhecimento no sujeito da estrutura edipiana de seu ato. O sujeito é assim humanizado e reinscrito no universal edipiano, mesmo se lhe dão uma interpretação privada. Segundo, numa intenção polêmica, a interpretação do ato revela mais ou menos as próprias tensões da sociedade ou, mais ainda, "a função criminogênica" da sociedade; é o que ele já tinha estabelecido no artigo de 1948, "A agressividade em psicanálise".

Função criminogênica da sociedade (Lacan, 1950a, p. 146)

O artigo "A agressividade em psicanálise" faz parte dessa intenção crítica característica do pós-guerra. Ele permanece solidário às referências sociológicas. Lévi-Strauss cita esse artigo no seu prefácio a Marcel Mauss. O comentário valoriza a incompletude do simbólico: "resulta que nenhuma sociedade jamais é integral e completamente simbólica; ou, mais exatamente, que ela jamais chega a oferecer a todos seus membros, e no mesmo grau, o meio de se utilizar plenamente da edificação de uma estrutura simbólica" (Lévi-Strauss, 1950, p. XX). Lacan combina a dialética hegeliana com o que ele chamará ainda "agressão suicida do narcisismo" (Lacan, 1948, p. 176). Estabelece-se, desde "Os complexos familiares", que a sociedade reforça essa tendência que faz do homem "liberado" da sociedade moderna a vítima de um despedaçamento, que "revela, até o fundo do ser, sua pavorosa fissura" (Id., 1938, p. 126). Nesse contexto, as seqüências sociais de fracasso e de crime costeiam a neurose de autopunição, os sintomas histérico-hipocondríacos, as inibições funcionais. A esse respeito Lacan evoca uma "fraternidade discreta", em oposição à "galé social", de onde surge esse "ser de nada" (ibid.). As manifestações mais degradadas do supereu resultam, em todo caso, das tensões agressivas prometidas pelas exigências da integração. A contradição é evidente entre o ideal individualista e o peso da colaboração social. Está estabelecido que: "os indivíduos descobrem-se tendendo para um estado em que pensam, sentem, fazem e amam exatamente as mesmas coisas nas mesmas horas, em porções do espaço estritamente equivalentes" (Lacan, 1950a, p. 146). Pelo ideal individualista, Lacan considera nem mais nem menos que o ideal proposto revela "uma implicação crescente das paixões fundamentais pelo poder, pela posse e pelo prestígio nos ideais sociais" (Ibid.). Uma vez mais, o crime sustenta suas coordenadas simbólicas na sociedade. É o microcosmo da alma em relação ao macrocosmo da cidade de Platão.

É assim que a "anarquia [...] das imagens do desejo" se encontra caricaturada no exemplo do *Senhor Verdoux* de Charles Chaplin. A complacência de Chaplin em relação a Landru, muito mal percebida nos Estados Unidos, após a guerra, ilustra a responsabilidade da ideologia do grupo familiar e sua intrusão nos grupos funcionais (Ibid.).

Em seu livro consagrado a Landru, Francesca Biagi-Chai mostra bem que o criminoso não escapa a uma concepção de dever. Landru tem o sentido de família.

"Faz tudo por sua família, no entanto, não obedece a nenhuma lei simbólica, mas funciona como um postulado, um dogma. O imperativo que preside seu dever familiar, que, em outros tempos, teria se qualificado de superegóico, é considerado, nessa obra, como propriamente delirante" (Biagi-Chai, 2007, p. 49-50).

Quer dizer que o criminoso que Lacan descreve, naquela época, não está desinserido, como se diria hoje. Os recursos da identificação simbólica existem nele: ideais de justiça, de onipotência, idealista apaixonado, reivindicador. Tais são as figuras privilegiadas. Ressaltam-se os criminosos do eu, e não do isso, os crimes de interesse, e não de gozo. Como em Durkheim, existem os suicidas com bastante integração da lei e existe o crime que não é um fato associal.

Essa normalidade do crime conduz Lacan a prestar atenção nos casos revelados por Hesnard, segundo o qual, sobre uma importante fração dos criminosos, não se encontra "absolutamente nada que se destaque como anomalia psíquica" (Lacan, 1950b, p.128). O argumento é semelhante àquele utilizado em sua tese a propósito de um caso de psicose com impulsão-suicida. Uma hiper-normalidade serve, de fato, de defesa contra uma pulsão criminosa "recalcada". Em determinado momento, "o futuro se lhe afigurou fechado. Ele não quis abandonar os seus às suas ameaças, e começou o massacre". Este sujeito tinha levado uma vida exemplar até aí: "pelo controle de si, pela doçura manifesta do caráter, pelo rendimento laborioso, e pelo exercício de todas as virtudes familiares e sociais". Apenas o exame analítico revela a submissão aos imperativos morais, servindo de cobertura, desde a infância, à efervescência do ódio (Id., 1932, p. 303).

No entanto, Lacan não sustenta Hesnard até o fim e faz a diferença entre a descrição de um psicopata pelo psiquiatra e pela investigação psicanalítica. O psicanalista reconhece aí, por certos traços do eu, as características da paranóia: "idealismo egocêntrico, sua apologia passional e essa estranha satisfação do ato consumado em que sua individualidade parece encerrar-se em sua suficiência" (Id., 1950b, p. 129).

Aí, ainda, é a hipernormalidade que domina como a psicanálise descobrirá no idealismo passional a estrutura paranóica. Esses "criminosos do eu" não são menos "as vítimas sem voz de uma crescente evolução das formas diretivas da cultura rumo a relações de coerção cada vez mais externas" (Ibid.). Vítimas: a palavra é forte. É na medida em que a sociedade os toma como bodes expiatórios para inocentar uma opinião pública "que se compraz tanto mais em tomá-los por alienados quanto mais reconhece neles a intenção de todos" (Ibid.). Observa-se, a propósito do caso de Mme Lefebvre que, quando de seu processo, levantou gritos da vingança popular. Lembremos também do caso de Christine Villemin, cuja acusação infanticida parecia plausível para um grande público, mas não sem a fascinação por esse horror, a exemplo de Marguerite Duras. Entre a alienação mental que a falta de provas conduz e a condenação sob a pressão de uma ideologia, o psicanalista segue a estreita via que atribui responsabilidade ao criminoso.

A responsabilidade

Na sua tese, Lacan colocava o problema assim: a psicanálise é a única capaz de avaliar os modos de resistência do sujeito às pulsões agressivas. Esta "avaliação rigorosa", essencial à imputação da responsabilidade penal, é perfeitamente ignorada do ponto de vista positivista. A nova clínica introduzida por Lacan, a saber: a presença ou a ausência do determinismo autopunitivo, é a única "base *positiva*, que requer uma teoria mais *jurídica* da aplicação da responsabilidade penal" (Lacan, 1932, p. 308). São as psicoses de autopunição na sua especificidade que justificam para Lacan "nossa preferência pela aplicação comedida de sanções penais para esses sujeitos" (Ibid.).

Parece que essa posição deve muito a Tarde. Pode-se ficar surpreso com essa referência a sua *Philosophie pénale* (Tarde, 1890)³. Considerado como sociólogo anti-durkheimiano e ainda muito célebre na época, Tarde, magistrado, juiz de instrução em Sarlat nos anos 1900, filósofo em alguns

momentos, procura avaliar a responsabilidade individual fora de toda sugestão de grupo; a imitação não priva o homem de sua identidade. Tarde, cuja erudição filosófica é importante, se confronta com a questão do livre arbítrio. O positivismo da época o leva a opor responsabilidade e livre arbítrio. Tarde pergunta: "Serei eu menos, realmente, porque eu sou necessariamente?" (Ibid., p. 69). Ele acrescenta que: "Os psicólogos atribuíram importância demais ao sentimento que nós temos de nossa liberdade e não o bastante ao sentimento, bem mais sólido, que nós temos de nossa identidade" (Ibid., p. 70). Não temos razão para privilegiar os graus de liberdade à custa dos graus de identidade. Donde os aforismos: "A grande questão, teórica e prática, ao mesmo tempo, não é de saber se o indivíduo é livre ou não, mas se o indivíduo é real ou não" (Ibid., p. 24). A importância do conceito de irrealidade se mede com esta declaração.

Lacan vai trazer à tona dois princípios célebres, que são: a identidade individual e a similitude social na avaliação subjetiva da responsabilidade (Lacan, 1950a, p. 140). À propósito da similitude social, Tarde escreve:

"Uma condição indispensável [...] para que o sentimento da responsabilidade moral e penal seja despertado é que o autor e a vítima de um fato sejam e se sintam mais ou menos compatriotas sociais, que eles apresentem um número suficiente de semelhanças, de origem social, quer dizer, imitativa. Esta condição não é preenchida quando o ato incriminado emana de um alienado, de um epilético no momento do acesso" (Tarde, 1890, p. 71).

Realmente, o conceito de autopunição implica paradoxalmente essa identidade. É o que resume a fórmula "é a ti mesmo que atinges" (Lacan, 1950a, p. 149) que domina todos os escritos de Lacan sobre o imaginário da criminalidade. Assim, a concepção psicanalítica de alienação não escapa tanto ao princípio de Tarde. O desconhecimento implica o sujeito na medida em que a alienação dos psiquiatras é sempre mais ou menos ligada à degenerescência.

Em contraponto a Lombroso, Tarde refutará as invariantes físicas do criminoso-nato e se interessará pelos grupos mafiosos. Ele distingue assim o louco do criminoso, o primeiro "ser isolado, estranho para todos, estranho para si mesmo, é por natureza não-sociável [...]. O criminoso, ele é anti-social, e em seguida, sociável num certo grau" (2004, p. 44).

Tarde concluía que "A pessoa é tão mais culpada [...] quanto mais adaptada a si mesma e ao seu meio [...], quer dizer, se é mais maduro e mais verdadeiramente si mesmo" (1892, p. 321). Dentro de um espírito dialético, ele considera que identidade pessoal e similitude social progridem em sentidos opostos:

"a similitude social sentida vai se estendendo sem cessar, a ponto de abraçar a humanidade inteira [...] a outra condição da responsabilidade, a identidade pessoal, se aprofunda, graças às descobertas da medicina mental." (Ibid., p. 331).

Sabe-se que Lacan não tira as mesmas conclusões: a implicação do inconsciente dá a extensão da identidade pessoal, dividindo o sujeito. É por isso que, tratando-se do caráter coercitivo da "força" que acarretou o ato do sujeito, é necessário descobrir: "quem sofreu a essa coerção?" (Lacan, 1950a, p.141). Lacan assinala que a psiquiatria coloca essa força como um absoluto e não como uma vontade. Não é a mesma coisa estar sob as

ordens de um ideal justiceiro no delírio de querelância e ser o sujeito de uma brutal impulsividade sem lei como nos crimes imotivados. Toda a concepção mecanicista é criticada através do conceito de personalidade; a pulsão criminogênica não pode ser assimilada a uma força superior ao eu. A força deriva de uma convicção. Com relação a isso, o gozo e o imperativo categórico são uma só e mesma coisa (Id., 1963, p. 794). Do axioma segue-se o ato, como diria De Clérambault.

Que se queira que os móveis e os motivos do crime sejam compreensíveis, e “compreensíveis para todos” (Id., 1950a, p. 140), é importante que um conceito os esclareça no lugar de referências sentimentais em que se afrontam ministérios públicos e advogados; pouco valor é dado à avaliação objetiva do especialista.

Este último é, freqüentemente, incapaz de estabelecer um diagnóstico favorável a uma conclusão de irresponsabilidade. Lacan dá o exemplo de um ato de exibicionismo em um obsessivo. O especialista, em desespero de causa, dado que o sujeito é capaz mentalmente, quer demonstrar a irresponsabilidade a partir de um exame apenas físico. Não quer ver o sentido inconsciente do seu *acting out*. Lacan recorre sempre à “compreensão”, mas da boa maneira: dialetizando as relações entre o ato e a coerção da força a partir de uma doutrina do *acting out*, quer dizer, de uma travessia selvagem do fantasma quando as referências simbólicas se dissolvem. É o que Lacan estabelecerá no seu Seminário sobre a relação de objeto (1956-57, p. 165).

Entretanto, essa demonstração vale, sobretudo, para os crimes de alienação, aqueles que traduzem um desconhecimento pelo sujeito do apelo à punição. Pode-se, no entanto, interrogar o conceito de psicose autopunitiva como testemunha da acessibilidade dos criminosos a uma lei distinta da do supereu. Sem dúvida, o fato de que o delírio de Aimeé se dissipa quando esta é internada, marca a dialética que existe entre o crime e sua punição. O problema é saber até que ponto essa dialética existe. De fato, numerosos crimes paranóicos testemunham um alívio e uma satisfação pelo ato, enquanto dever cumprido. No entanto, o delírio de prejuízo ou a paixão ciumenta não se esvaziam por causa disso (Lacan, 1932, p. 305). É o caso de Mme Lefebvre. É também o que se destaca dos exemplos fornecidos por Lagache na sua tese sobre o ciúme amoroso Lagache, 1987, p. 605). Os crimes passionais se alimentam todos de um forte sentimento de injustiça. Infelizmente, sob a influência do médico legista De Greff (1937) e de sua referência à intersubjetividade, esquece-se da pulsão, da “homossexualidade” e do interesse pelo rival, fundamento da teoria psicanalítica do ciúme.

Na tese, Lacan mostrava a que ponto a pulsão criminosa é homogênea ao delírio. O doente veste sua intenção homicida com motivos sublimes, éticos e políticos. Assim, Aimeé recai no delírio depois de ter percebido, algumas semanas depois do crime, quando estava na prisão, que ela atingira a si mesma (Lacan, 1932, p. 254). Ela testemunhava então uma certa assunção subjetiva de sua falta e, portanto, de sua responsabilidade. A prisão a protege de suas tendências criminosas e, ao mesmo tempo, a pune. No entanto, a pulsão infanticida permanece absolutamente desconhecida; ora, sua loucura é emprestar ao Outro a intenção criminosa. Lacan evoca a “*perversão do instinto materno* com a pulsão de assassinato” (Ibid., p.

266), mesmo se em 1932 o infanticídio não ocupe o centro da demonstração (Alloouch. 1990, p. 244-245)⁴. Poder-se-ia, então, centrar o delírio em torno da fuga para longe da criança. Assim, diz Dominique Laurent, pode-se compreender “a cura como ligada à realização da perda de seu filho no processo de autopunição” (Laurent, s/d, p. 137). Que lição tirar da solução de Aimeé? Em um artigo consagrado à criminologia lacaniana, F. Sauvagnat matiza a imputação de “juridicismo” que se poderia fazer a Lacan (Sauvagnat, s/d, p. 50-55). As relações de Lacan com o artigo 64 do Código penal deram lugar a comentários, segundo os quais Lacan não seria favorável à sua aplicação sistemática. É um entrave com o qual se deparam os extremistas da responsabilidade, que vêem no artigo 64 uma “dupla forclusão”. Não tendo que responder ao Nome-do-Pai, o criminoso louco não seria, ao mesmo tempo, sujeito da lei positiva. É recusar-lhe toda responsabilidade.

Tal argumento se funda no texto que segue, em alguns meses, a “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia”. Lacan lembra que o “homem se [faz] reconhecer por seus semelhantes pelos atos cuja *responsabilidade* ele assume” (1950b, p. 127). Regozija-se do fato de que a morbidez verificada num caso permita ao delinqüente evitar a prisão.

No entanto, a punição tem um papel na retificação subjetiva. Lacan ressalta que a cura do delinqüente passa pela “integração, pelo sujeito, de sua verdadeira responsabilidade” (Ibid., p. 128). Que esta lhe seja acessível, se verifica nos casos em que se pode demonstrar que a passagem ao ato era o apelo a uma punição. É para esse tipo de crime que a psicanálise é requisitada, pois ela é a única capaz de, nesses casos, “libertar a verdade do ato, comprometendo com ele a responsabilidade do criminoso, através de uma assunção lógica, que deverá conduzi-lo à aceitação de um justo castigo” (Ibid., p. 129). É verdade que Lacan tempera esse tom de procurador, ressaltando uma teologia da liberdade.

Lacan não perde a esperança por um despertar possível do criminoso e não vê o psicótico, necessariamente, como incurável. Acontece que os paranóicos se desarmam, ressalta ele, após Tanzi (Lacan, 1932, p.79, nota 96). Com relação a isso, ele se opõe a Kraepelin e a sua concepção de estado terminal: a evolução deficitária. Valeria mais que a psicanálise ajudasse no despertar, quando é possível; acontece também que a prisão ajuda no que se refere ao tempo para compreender, como o indica o caso de Juliette Boutonier, em 1950 (Lacan, 1950a, p. 145)⁵, em se tratando do “despertar do criminoso para a consciência daquilo que o condena” (ibid.).

O texto de Lacan é, então, matizado e não impele a prender os loucos; o argumento só concerne às psicoses ditas de autopunição. De resto, a teoria da psicose, naquela época, não inclui a forclusão, quer dizer uma teoria do ato em ruptura com a personalidade. Frequentemente ectópico a esta, o ato não é dialetizável com o imaginário. A psicanálise, aliás, não tem que intervir quanto à sanção do ato criminoso.

A humanização, dissemos isso, implica a responsabilidade. O que não quer dizer que a irresponsabilidade desumanize necessariamente. Nada é mais humano que um delírio passional. É a assunção da responsabilidade que visa o castigo: o irresponsável pode se tornar responsável. A implicação do sujeito no seu ato permanece, portanto, para Lacan, um elemento essencial da penalização. Sua crítica aos especialistas vai nesse sentido. Na época da

psiquiatria “compreensiva” e anti-positivista, Lacan lamentava que se recorresse tão pouco às luzes da psicanálise.

Crimes e psicoses

Os historiadores da criminologia consideram que o século XX é marcado pelo declínio da loucura criminoso, quer dizer da imputação do ato a um delírio psicótico. Renneville reconstituiu em detalhe os meandros dessa história. Em 1968, George Heuyer se dedica a precisar que: “o psiquiatra não reivindica, a priori, como doentes os delinqüentes e os criminosos” (Renneville, 2003, p. 423). Para Heuyer, “não existem diferenças essenciais entre a psicologia de um doente mental, de um delinqüente e de um indivíduo considerado normal” (Ibid.). Ao menos, se dirá, essa continuidade clínica favorece uma tendência à humanidade. O criminoso será tão mais humanizado quanto se encontrar nele os recursos da psicologia mais geral. Desse ponto de vista, os psiquiatras que recusam os critérios da psicose, se baseiam numa psicologia da compreensão, critério lacaniano dos anos trinta. Lacan utilizava, ele mesmo, os conceitos da intersubjetividade, antes de chegar a uma decifração da estrutura subjetiva caracterizada pelos fenômenos elementares e pela significação pessoal. A compreensão é o que todo mundo espera, tanto o público quanto os magistrados.

O mal-entendido persiste ainda mais quando “o crime dá a ilusão de responder a seu contexto social” (Lacan, 1950a). É o caso das irmãs Papin, cujo crime parece compreensível, sobre bases psicológicas ingênuas, tais como a vingança social.

Lacan falou pouco do crime depois de 1950, no entanto, seus avanços sobre a psicose e sobre o ato permitem considerar outras causas para o crime que aquelas da autopunição. Já criticada no texto “Formulações sobre a causalidade psíquica”, de 1946, Lacan a substituiu pela agressão suicida do narcisismo. A seqüência do ensino de Lacan sobre as psicoses é, como se sabe, rica de conceitos que se apresentam, todos, como alternativas para uma concepção do ato, explicada pela defesa ou pelo recalçamento. Furo na significação, hiância narcísica, onipotência do Outro, cujo gozo maldoso é persecutório. Todos percebem o ato pelo delírio.

É, principalmente, o conceito de “extração do objeto *a*” (Lacan, 1957-58, p. 559-560, n. 16) que domina o da autopunição do narcisismo. O alívio concernente ao que Lacan chama em sua tese de “crimes puramente pulsionais” (Id., 1932, p. 306) pode ser revisado à luz da extração de gozo.

Donde, o interesse renovado pelos crimes imotivados de Guiraud, nos quais a não motivação retém menos a atenção do que o sentimento de liberação que o acompanha. Mme Lefebvre, nós vimos, evoca, ela mesma, a cura pelo crime: não apenas ela não teve mais aborrecimentos, ela arrancou a erva daninha, mas também ela não teve mais transtornos físicos. Todavia, o delírio persiste, como é também o caso dos ciúmes de Daniel Lagache, no crime passional. O alívio que o crime ocasiona dá uma atualidade ao *kakon* de Guiraud, assimilável ao real do objeto *a*.

Jean-Claude Maleval (s/d, p. 39-45), quem ressalta essa analogia, vai até invocar a “função terapêutica” do assassinato, como Freud qualificava o delírio como tentativa de cura. O caso Eppendorfer põe em cena um jovem

que matou uma amiga mais velha do que ele, durante um rapto, no dia em que esta o assediou; o gozo insuportável de sua mãe lhe apareceu então num real alucinatório. Nessas condições, a separação selvagem do objeto incestuoso coloca fim à angústia; o sujeito “procura fazer advir a castração simbólica no real” (Ibid., p. 42). No entanto, essa subtração de gozo operada sobre o Outro não é seguida de nenhum remorso nem crítica. Pode-se considerar que é, principalmente, a prisão, o castigo, aliás, chamado pelo sujeito, que teve a função de limitar seu gozo, com um efeito de pacificação. A mediação de um padre vagamente psicoterapeuta teve um papel aí. O sujeito se tornou homossexual militante: ele substituiu um delírio por uma “perversão”? Parece, principalmente, que ele tenha passado de uma seita para outra, dos mórmons aos grupos homossexuais, sem que o delírio tenha sido abalado. Mesmo que o termo suplência (Maleval, 2000, p. 61) seja evocado, o real do crime não pode ser equivalente a um “sinthoma” no sentido do enodamento RSI. Constata-se somente uma nova amarração ao campo social, que uma declaração de irresponsabilidade não teria permitido.

A partir do momento em que Lacan recusa, de certa maneira, o conceito de alienação mental, a questão da responsabilidade é completamente renovada. O artigo 64, nós o vimos, se aplica ao alienado: o louco é necessariamente irresponsável. É sua liberdade que é alienada. No entanto, nos anos 1960, Lacan não opõe normalidade e alienação. É o normal que é alienado ao Outro e à linguagem. Ao contrário, se levamos a fundo essa lógica, o louco está desinserido da ordem simbólica. Ironicamente, ele não crê na lei. Nesse sentido, Lacan pode descrevê-lo, em todo caso, como “homem livre” (1967) e como fora do discurso. O problema é saber se essa liberdade do louco é equivalente a uma responsabilidade. Estamos longe das teses existencialistas em que livre quer dizer responsável. Com Lacan, o sujeito totalmente livre estaria, sobretudo, do lado da irresponsabilidade. No entanto, não se pode retirar dele uma certa responsabilidade no nível da escolha. Lacan, seguindo Freud, diz: “escolha da neurose”, inclusive, “escolha da psicose”. É preciso acrescentar que, se existe escolha, a escolha é forçada. Sabe-se que Lacan está mais próximo da necessidade spinozista, que da escolha pela liberdade. O homem livre não vê seu gozo limitado por nenhum obstáculo simbólico. Lacan retoma, então, os conceitos essenciais de Sartre, mas transformando-os em oxímoro.

Ele não deixa de sustentar um postulado sartriano: “Por nossa posição de sujeito, somos sempre responsáveis.” (1964, p. 873) É também irônico: “o sujeito é feliz”. É verdade que Lacan considera a proposição como terrorista, posto que ele não a retoma, necessariamente, a seu modo. Por outro lado, Lacan pode recorrer a uma concepção do ato justamente exclusiva do sujeito. Donde a fórmula: “o ato não comporta, no instante em que acontece, a presença do sujeito” (Id., 1967-68, aula de 29/11/1967), e ainda: “todo ato [...] promete, àquele que toma a iniciativa, esse fim que eu designo como objeto *a*” (Ibid., aula de 24/01/1968). A passagem ao ato enquanto travessia selvagem do fantasma leva a um curto-circuito no inconsciente. Nessa situação de “destituição subjetiva” e retenção no objeto, a escolha do gozo torna obsoleta toda deliberação (Lacan, s/d).

Como dissemos acima, uma categoria de crime é privilegiada por Lacan em 1950: os crimes do “eu”. Eles fazem prevalecer uma identificação. É seu

traço humano. Os crimes de gozo desafiam as identificações sociais (Miller, 2008).

As formas novas de criminalidade: *serial killers*, delinqüentes sexuais, pedófilos, etc, suscitam processos largamente mediatizados nos quais a figura do monstro, do perverso constitucional, retorna e vê-se ressurgir, da noite dos tempos, o atavismo criminoso de Lombroso. Para coroar tudo isso, vê-se que os hospitais psiquiátricos não estão dispostos a abrir largamente as portas aos criminosos delirantes. Quanto aos psiquiatras, constata-se, mais e mais, sua repugnância em tratar a passagem ao ato criminoso a partir do delírio. Donde, a inflação dos "perversos narcisistas", que se defendem da psicose pelo crime⁶.

Os crimes de gozo se multiplicam, o número dos assassinos de massa ilustra a categoria de crimes imotivados; não que eles sejam imprevisíveis⁷, mas não saberíamos lhes dar "outro sentido" que o gozo pela destruição, no qual eles se incluem ignorando as premissas. A saída suicida freqüente é sem relação com o heroísmo paranóico dos anos trinta⁸. É a própria humanidade que visa o *mass murderer*; um programa de liquidação que visa à raça humana e que suplanta a irrealdade do fantasma.

Poderemos pensar que os crimes sexuais são os mais atrozes: eles não têm a desculpa do supereu. É sua gratuidade mesma que suscita a justiça pública. Donde, a incompreensão do público diante das faltas de prova e das avaliações de irresponsabilidade. O público não está disposto a reconhecê-los como doentes mentais. Calculador demais, manipulador demais, perverso demais, inteligente demais, etc., para ser louco; é sempre o déficit intelectual ou a confusão mental que serve de critério. A avaliação contemporânea se junta à opinião pública com relação a isso. Tudo, menos louco! O crime de gozo designa o perverso. O gozo gratuito deve pagar. O perverso não poderia, então, ser irresponsável. O problema é principalmente saber se uma punição pode ou não lhe fazer recuperar o sentido de suas responsabilidades. Lacan, na época, não perdia a esperança nessa responsabilidade, citando o exemplo já citado de Mme. Boutonier. Seria difícil fazer justiça com essa categoria de esquizofrênico, da qual faz parte esse canibal japonês comedor de crianças, recentemente enforcado. O que se dirá de uma mãe infanticida que abandonou os recém-nascidos no congelador?

Lacan se opõe a uma concepção sanitária da penalização, mas não era, por princípio, hostil ao julgamento de certos doentes mentais acessíveis a uma pena, pela própria razão da identificação deles; eles mesmos podem reivindicar um processo. A modificação do artigo 64 em 122-1 vai nesse sentido; leva-se em conta a alteração do discernimento (Biagi-Chai, 2007, p. 219). Suscitar uma crise subjetiva através do castigo, em certos casos, era uma aposta. Era necessário julgar Fourniret sob o risco de que esse monstro ironize a justiça e escreva alexandrinos ao presidente do tribunal. Esperava-se que ele vertesse uma lágrima por suas vítimas enquanto a justiça lhe dá uma tribuna para continuar a traumatizar as famílias das vítimas? Pode-se duvidar que o tribunal queira humanizá-lo através de um processo; as associações de vítimas são ingênuas quando crêem estar no ponto de "compreender" o ato do julgamento: uma vez as motivações psicológicas esgotadas, encontra-se o muro do insensato. Esse limite faz do criminoso um monstro. A loucura ainda era um argumento contra a

monstruosidade. O predador, ele encarna um mais-de-gozar impossível de suportar: ele resiste a toda identificação.

Portanto, seria preciso que os especialistas compreendessem, eles próprios, alguma coisa sobre isso, no lugar de reabilitar o "perverso constitucional" de Dupré (Debuyst et al, 1995) ou de fazer do crime uma defesa contra a psicose. Reencontramos aqui as preocupações profiláticas de Lacan nos anos 1930. Testar e prever a periculosidade concerne tanto mais à psicanálise quanto os especialistas se eximem disso. Donde uma nova distribuição de responsabilidade hoje.

Diante de uma "ordem de ferro" (1950b, p. 131), é a psicanálise que se incumbe hoje do papel de despertar.

O texto de 1950 (1950a) tem seus limites: não aqueles do humanismo, mas aqueles da compreensão que baseada no imaginário. Mais tarde, Lacan não dirá nada sobre as que medidas ele adotaria para tratar os criminosos, salvo que valia mais à pena não analisá-los. Fora da lei, da fala e da linguagem, não se os vê nem sobre o divã, nem num tribunal: não psicanalizamos "o canalha", isso o torna um imbecil. É humano não cretinizá-los frente ao Nome-do-Pai. Quanto aos outros, é preciso ver caso a caso.

Tradução: Ana Paula Corrêa Sartori

Revisão técnica: Tania Coelho dos Santos

Notas

1. Texto publicado originalmente com o título de "Criminologie lacanienne" em *Mental*, n. 21, *La société de surveillance et ses criminels*. Revue Internationale de Santé Mentale et Psychanalyse Appliquée. Fédération Européenne des écoles de Psychanalyse, setembro / 2008.
2. Ver também Mucchielli (1994).
3. Citado por Lacan em *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*, (1932, p. 308) e em "Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia" (1950a, p.140).
4. O autor busca aproximar o atentado que aconteceu e o infanticídio que não aconteceu, para explicar o alcance resolutivo do ato, sem a hipótese da autopunição.
5. Trata-se de "Reflexões sobre a autobiografia de um criminoso", *Revue française de psychanalyse*, XXIII, p. 182-214.
6. É a tese do psiquiatra Claude Balier. O alienista inglês Henri Mandsley (1835-1918), partidário das degenerescências, dizia um pouco a mesma coisa: "eles se tornariam loucos, se não fossem criminosos e é porque eles são criminosos que não se tornam loucos" (Mandsley apud Tarde, 2004, p. 44).
7. Pensa-se no crime anunciado do pastor Wagner. Ver a esse respeito Vindras, Anne-Marie (1996) *Ernst Wagner, Robert Gaupp, un monstre et son psychiatre*, Paris: E.P.E.L., e também "Le cas Wagner", tradução de Fabien Grasser, publicado em *Sept références introuvables de la thèse de psychiatrie de Jacques Lacan*, nº1, des Documents de la bibliothèque de L'École de la Cause freudienne, 1993.

8. Cf. o caso de Legrand du Saulle (1871), *Délire de persécution*, Paris: Plon, mencionado por Lacan em sua tese (1932, p.301, n. 60). Trata-se de um perseguido que se faz passar por um sodomita; ele se suicida pouco depois de suas palavras endereçadas ao médico: "minha família saberá que eu não era um sodomita. É vós que fareis minha autópsia" (Capítulo 11, observação LXXXV).

Referências bibliográficas

- AICHHORN, A. (1973) **Jeunesse à l'abandon**, Toulouse: Privat.
- ALEXANDER, F. & STAUB, H. (1938) **Le criminel et ses juges**, Paris: Galimard.
- ALLOUCH, J. (1990) **Marguerite, ou l'Aimée de Lacan**, Paris: E.P.E.L.
- BALIER, Claude. (2002) **Psychanalyse des comportements violents**, Paris: PUF.
- BIAGI-CHAI, F. (2007) **Le cas Landru à la lumière de la psychanalyse**, Paris: Imago.
- BONAPARTE, M. (1927) "Le cas de Mme. Lefebvre", in **Revue française de psychanalyse**, nº 1, p.147-198.
- DE GREFF, É. (1937) **Introduction à la criminologie**, Louvain: L'Écrou.
- DEBUYST, C., DIGNEFFE, F., LABADIE, J.-M., PIRES, A.P. (1995) **Histoire des saviors sur le crime et la peine**, 3 volumes, Montreal: Les Presses de l'Université de Montreal, Collection Perspectives criminologiques.
- DU SAULLE, Legrand (1871), **Délire de persécution**, Paris: Plon.
- FAUCONNET, P. (1928) **La responsabilité**, Paris: Alcan.
- FRIEDLÄNDER, K. (1998) **The Psychoanalytical Approach to Juvenile Delinquency**, Londres, Routledge.
- GUIRAUD, P. & CAILLEUX, B.I. (1928) "Le meurtre immotivé, réaction libératrice de la maladie, chez les hébéphréniques", **Annales médico-psychologiques, revue psychiatrique**, 2, p.352-359.
- HESNARD, A. (1950) **L'univers morbide da la faute**, Paris: PUF.
- KLEIN, M. (1968) Les tendances criminelles chez les enfants normaux, in **Essai de psychanalyse** 1921-42, Paris, Payot.
- LACAN, J. (1932) **Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade**, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.
- _____. (1938) Os complexos familiares na formação do indivíduo, in **Outros Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p. 29-90.
- _____. (1946) Formulações sobre a causalidade psíquica, in: **Escritos**, op.cit., p. 152-194.
- _____. (1948) A agressividade em psicanálise, in: **Escritos**, op.cit., p.104-126.
- _____. (1950a) Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia, in: **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p.127-151.
- _____. (1950b) Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia, in **Outros Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 127-131 .
- _____. (1953-54) **O Seminário. Livro 1: os escritos técnicos de Freud**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1986.
- _____. (1956-57) **O Seminário. Livro 4: a relação de objeto**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- _____. (1957-58) De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose, in: **Escritos**, op.cit., p.537-590.

- _____. (1963) Kant com Sade, in: **Escritos**, op.cit., p.776-803.
- _____. (1964) A ciência e a verdade, in: **Escritos**, op.cit., p.865-892.
- _____. (1967) Petit discours aux psychiatres, in **Cercles psychiatrique**, H. Ey. Sainte-Anne, conferência inédita de 10 de novembro de 1967.
- _____. (1967-68) **Le séminaire, Livre XV : L'acte psychanalytique**, aula de 29/11/1967, inédito.
- _____. (s/d) Compte rendu d'enseignement, L'acte psychanalytique, **ORNICAR?**, nº 29, pp.18-25.
- LAGACHE, D. (1987) **La jalousie amoureuse**, Paris: PUF.
- LAURENT, D. (s/d) Retour sur la thèse de Lacan: l'avenir d'Aimée, in **ORNICAR?**, n. 50.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1950) Introduction à l'oeuvre de Marcel Mauss, in MAUSS, M., (1950) **Sociologie et anthropologie**, Paris: PUF, 2006.
- MALEVAL, J.-C. (s/d) Meurtre immotivé et fonction du passage à l'acte pour le sujet psychotique, in **Quarto** n. 71, p.39-45.
- _____. (2000) **Logique du délire**, (2a. éd.), Paris: Masson.
- MALINOVSKY, B. (1926) **Crime e costume na sociedade selvagem**. São Paulo: Ed. Universidade de Brasília, 2003.
- MAUSS, M. (1950) **Sociologie et anthropologie**, Paris: PUF.
- MILER, J.-A. (2008) Vers PIPOL 4, in **Mental**, n. 20, fev/2008, pp. 185-192.
- _____. (2007) Préface à *Le cas Landru* de Francesca Biagi-Chai, in BIAGI-CHAI, F. **Le cas Landru**. Paris, Imago.
- MUCCHIELLI, L. (1994) **Histoire de la criminologie française**, Paris: L'Harmattan.
- REIK, T. (1997) **Le besoin d'avouer. Psychanalyse du crime et du châtement**, Paris: Payot.
- RENNEVILLE, M. (2003) **Crime et folie. Deux siècles d'enquêtes médicales et judiciaires**, Paris, Fayard.
- SARTRE, J.-P. (1938) **Esquisse d'une théorie des émotions**, Paris: Hermann.
- _____. (1940) **L'Imaginaire**, Paris: Gallimard.
- SAUVAGNAT, F.(s/d) Jacques Lacan et la criminologie en 1950, in **Quarto**, n.75, pp.50-55.
- SÉRIEUX, P. et CAPGRAS, J. (1909) **Les folies raisonnantes**, Paris: Alcan.
- TARDE, G. (1890) **Philosophie pénale**, Lyon: Storck.
- _____. (1892) **Etudes pénales et sociales**, Lyon, Storck.
- _____. (2004) **La criminalité comparée**, Paris: Les empêcheurs de penser en rond, sous la direction d'Eric Alliez.
- WAGNER, Ernst ; GAUPP, Robert. (1996) **Un monstre et son psychiatre**, de Anne-Marie Vindras, Paris: E.P.E.L.

Texto recebido em: 03/09/2009

Aprovado em: 25/12/2009

SUJEITO: SINTOMA DO EXISTIR

SUBJECT: THE SYMPTOM OF EXISTENCE

Maria Angela Mársico Maia

Psicanalista

Mestrado pelo programa de Pesquisa e Clínica em Psicanálise/UERJ

Membro da Escola Brasileira de Psicanálise e da Associação Mundial de

Psicanálise

mangelamaia@terra.com.br

Resumo

A autora explora o binômio virtual-atual e o articula ao conceito de ética. Para tal, relaciona o conceito de fronteira estabelecido por Pierre Lévy - estudioso dos impactos culturais e cognitivos das tecnologias - ao conceito de fronteira pensado no campo da psicanálise, que implica a castração, a perda ou a falta.

Palavras-chave: sujeito, ética, virtual, atual.

Abstract

Abstract

The author uses the contrast between virtual and present to consider the concept of ethics. To reach that, she relates the concept of border developed by Pierre Lévy - who studies cultural and cognitive impacts of technology - to the same concept in Psychoanalysis which means castration, loss or lack.

Key words: subject; ethics; virtual; present.

Por muito tempo achei que a ausência é falta.
E lastimava, ignorante, a falta.
Hoje não a lastimo.
Não há falta na ausência.
A ausência é estar em mim.
E sinto-a, branca, tão pegada, aconchegada nos meus braços,
que rio e danço e invento exclamações alegres,
porque a ausência assimilada, ninguém a rouba mais de mim.
(Drumond, 1987)

E canta, assim, o poeta, a dor de existir. Dor de um sujeito que se sabendo finito, pode encontrar, nas múltiplas formas de subjetividade, meios de expressão. Cada vez mais plural, em um mundo globalizado, encontram-se diversas formas de o homem expressar seu destino: existir fundeado na ausência, na falta. No exilar das discussões que se pretendem revolucionárias a custa da negação do "trágico" que circunscreve o existir do homem, vale ressaltar, na época em que vivemos, inúmeras formas para o homem expressar o que nele se faz necessário — a castração.

Conceituado por Freud, o termo *castração* revela a característica primordial de instauração de um lugar vazio organizador do campo cultural e que responde pela delimitação no homem de um núcleo: do inconsciente. Núcleo feito efeito do movimento de buscar o idêntico e nessa busca somente encontrar o diferente. Núcleo de factível circunscrição na topologia de uma espiral, no contornar, no enrolar de um círculo que não se fecha em si mesmo. Impossível é delimitar um início e um fim, um dentro e um fora, na tensão que circunscreve o território do sujeito engendrado pela psicanálise: lá onde está sua morada.

Como a figura do Minotauro, híbrido de animal e homem, o sujeito engendrado pela psicanálise encontra no labirinto a sua morada. Mas, diferindo do Minotauro que morre no lugar a ele fixado antes de seu nascimento, o sujeito da psicanálise encontra nesse lugar um enigma. Enigma que, não se fazendo revelar, o introduz em uma produção de sentido sempre fugidia: "escapar, fugir, é a própria maneira de ser do sentido" (Miller, 1995, p. 23). Se o labirinto, nos seus infintos desvios e bifurcações, fornece um lugar ou território ao homem, o conduz também a uma desterritorialização.

Conceito formulado por Gilles Deleuze, a *desterritorialização* encontra-se no centro da discussão sempre atual proposta pelo filósofo Pierre Lévy (1996) — estudioso dos impactos culturais e cognitivos das tecnologias — quanto à necessidade de se manter a vinculação *virtual* e *atual* em oposição à vinculação entre *possível* e *realização*.

Esta é uma discussão antiga que remonta ao ente e ao conjunto de possíveis em estado de suspensão que o cerca. O conjunto dos possíveis encontra-se já determinado e um entre os possíveis se realizará, ganhando realidade (existência) sem que sua natureza seja mudada. A realização de um dos possíveis não é uma criação e a desrealização do ente é a transformação de uma realidade (existência) em um conjunto de possíveis. Lévy analisa e ilustra o processo de transformação do atual no virtual e vice-versa.

O virtual coloca em jogo os processos de criação, traz o inédito, o que surpreende, em que o atual (a entidade) produz suas virtualidades ao mesmo tempo em que o virtual constitui a entidade. O virtual é um complexo problemático que exige um processo de resolução que se dá com a atualização. No uso corrente, o termo virtual tem sido empregado para indicar a ausência de existência, encontrando assim afinidade com o falso, o ilusório e imaginário. Lévy esclarece que essa concepção não designa o virtual, e sim o possível.

O atual é a criação de uma forma a partir de um campo de forças; é uma das soluções de um problema. A atualização não é apenas produção de qualidades novas, ela faz parte de um devir que realimenta a própria virtualização. As virtualidades inerentes a um ente, isto é as questões e problemas que o animam, que lhe fornecem *anima*, movimento, são parte essencial da sua determinação. Virtualizar uma entidade consiste em descobrir uma questão a qual ela se relaciona, em uma mutação da entidade em direção a interrogação e em redefinir o atual de partida como apenas uma das respostas para uma questão (Lévy, 1996, p. 16).

Lévy conclui que a virtualização não implica a desrealização, mas a mutação de identidade. Apenas a passagem de uma realidade (existência concreta) para um conjunto de possíveis poderia ganhar o estatuto de desrealização. A virtualização requer a *desterritorialização* e a atualização implica *territorialização*, quer dizer, o tempo de instante de uma solução particular. A virtualização enuncia a passagem da substância para o acontecimento¹. Este designa tanto o atual quanto o virtual: a difusão de mensagens que constituem o virtual é o prolongamento, "braços virtuais", da solução atual.

O complexo virtual-atual ganha em Deleuze (1966, p. 49) a ilustração de um atual rodeado de imagens virtuais, como expõe: "uma partícula atual emite e absorve virtuais mais ou menos próximos, de diferentes ordens", de modo que "todo atual rodeia-se de círculos sempre renovados de virtualidades, cada um deles emitindo um outro, e todos rodeando e reagindo sobre o atual". Ora, encontramos exposta aqui a topologia circunscrita pela espiral, que serve para explicar, sob a luz da psicanálise, a tensão decorrente da instauração no homem do núcleo do inconsciente: sua morada, onde é impossível delimitar um início e um fim ou um dentro e um fora.

Também é possível depreender das diferentes articulações propostas por Lévy a noção de *fronteira* implícita no conceito de interface: os limites não são dados e os lugares e tempos se misturam. A proposta de Lévy (1993, p. 102), porém, não é ingênua; trata-se de apreender o movimento geral de virtualização que afeta a informação, a comunicação, os corpos, o funcionamento econômico, e o próprio exercício da inteligência. Movimento que traz consigo questões quanto ao ser, a permanência e a identidade, pois os computadores "são redes de interfaces abertas a novas conexões imprevisíveis que podem transformar radicalmente o seu uso". O suporte da informação sofre uma mutação: passa a ser uma matéria capaz de suportar metamorfoses, revestimentos e deformações. A noção de interface comporta também outra definição: "remete a operações de tradução, de estabelecimento de contato entre meios heterogêneos" (Idem, p. 176).

Nesse sentido, o desenvolvimento teórico-clínico de Jacques Lacan no que concerne ao conceito de sujeito do inconsciente merece uma atenção especial. Diferente do sujeito cartesiano que tem no pensamento e na dúvida consciente a certeza de sua morada, o sujeito da psicanálise encontra sua morada na certeza de um suposto saber inconsciente, que indica a falta de saber. Redefinido por Lacan como causa perdida, o inconsciente é pensado como uma estrutura formada por uma hiância, uma fenda, através da qual "alguma coisa" atualiza-se em um breve acontecer, para em seguida desvanecer. Pulsativo, o inconsciente se dá em eterno movimento de

atualização. Lacan apropria-se assim da imagem forjada por Freud quanto a um umbigo do sonho, topos do núcleo do inconsciente do qual brota a força propulsora do desejo — *wunsch*.

Com o *constructum* lógico do recalque originário, segundo o modelo teórico da experiência de satisfação, Freud justifica o que nomeia de desejo — o malgrado movimento de buscar reencontrar um pleno prazer — e a instauração do núcleo do inconsciente. A sustentação teórica desse modelo exige que se considere duas vivências de satisfação, em que a segunda vivência ressignifica a primeira como impossível de ser reencontrada. A vivência de satisfação primordial deixa como resto a inscrição de uma marca mnêmica, cujo efeito é um movimento que visa o reencontro de um pleno prazer por meio do investimento dessa marca. Como a satisfação primordial não é repetível, o investimento de quantidade torna-se infindo e culmina na fixação da imagem mnêmica do objeto de satisfação. Doravante haverá uma imagem mnêmica — um não-reconhecido ou um não-sabido como diz Lacan — para todo sempre inalcançável: um impossível indicador de um limite que constitui o núcleo do inconsciente freudiano.

A estrutura do núcleo do inconsciente, formada no seu cerne por um não-reconhecido fundamental, é análoga para Lacan à estrutura do sujeito do inconsciente. O sujeito do inconsciente encontra seu *topos* no movimento de pulsar do núcleo do inconsciente, movimento cujo caráter evanescente o especifica por um desvanecimento - *fading* - na ocultação de um significante primordial. Significante que apresenta o interdito de uma plena satisfação.

Lacan, a partir da teoria do significante, faz uma releitura do modelo da experiência de satisfação de Freud, de modo a demonstrar que a busca incessante de repetir uma plena satisfação se dá por um movimento em uma série de voltas, onde o significante nesse contornar se redobra em si mesmo por ser chamado a se significar. Esse movimento produz a diferença em um ponto ou a diferença de si a si — pura diferença. Em um segundo tempo lógico, ao se repetir, o significante engendra outro significante, um segundo significante indicador de um interdito, um impossível ou um limite lógico: o reencontro de uma plena satisfação. Como diz o próprio conceito de limite matemático: um aproximar-se do objeto sem jamais alcançá-lo.

A fronteira ou a barra instaurada pelo recalque originário expressa para Lacan a própria divisão do sujeito do inconsciente. Sujeito movido para o impossível: preencher a fenda que lhe faz existir como pura pulsação. Não seria inadequado dizer, então, que a fixação no fechamento ou na abertura do núcleo do inconsciente acarretaria a perda para o homem da sua condição de sujeito.

Entendemos que é apenas sob a luz da castração — perda de um pleno gozo — que as discussões referentes ao complexo virtual-atual encontram um solo fértil. Dentre elas seleciono a exposição de Pierre Lévy (1966, p. 32) quanto ao processo de *virtualização do corpo* que ele depreende nos esportes modernos que envolvem queda, como pára-quedas, asa delta, salto com elástico, ou então deslizamento, como o esqui e windsurfe. São esportes que envolvem a atualização e a territorialização por intensificarem ao máximo a presença física.

Porém, continua o autor, essa "encarnação máxima" só é obtida no estremecimento de certos limites: aquele que se lança, se desterritorializa, está "não-presente" sai de si mesmo e se multiplica ao adquirir novas velocidades e conquistar novos espaços. Não se trata, no entanto, de uma desrealização, não é um processo de desaparecimento ou de desmaterialização, mas de uma mudança de identidade. A virtualização expõe uma fronteira que estabelece o "contato entre meios heterogêneos", um "limite indeciso" que deve ser constantemente avaliado no que diz respeito à vida pessoal e a vida na sociedade no âmbito das suas leis.

Verificamos nessa orientação que Lévy ressalta o campo da ética. O termo *ética* guarda duas acepções: uma confunde-se com o termo moral, pois dirigida ao bem viver e bem agir do homem; outra presente desde os antigos gregos, mantém sua tradução pelo vocábulo morada que exprime a condição ontológica do homem: ser ocupante de um lugar preexistente e predeterminado que lhe fornece uma territorialização limitadora da sua ação. Ora, apenas a acepção arcaica do termo *ética*, morada responde ao "limite indeciso" registrado por Lévy quanto à fronteira virtual-atual.

Cabe-nos, portanto, articular o que Lévy chama de "limite indeciso" ao que para a psicanálise é uma falta simbólica fundamental: a castração. A falta simbólica que inscreve a castração designa uma ausência, ausência de gozo — do pleno. No entanto, paradoxalmente, a ausência de gozo não é falta — "não há falta na ausência", como canta o poeta —, pois a própria restrição do gozo do pleno (um gozo impossível) localiza uma possibilidade de gozo (um gozo a mais, parcial e limitado). Condição ontológica do homem: ocupar um lugar que lhe fornece uma territorialização ainda que limitadora da sua ação. Territorialização expressa na fronteira que estabelece uma borda entre os meios heterogêneos do gozo do pleno e da impossibilidade desse gozo. Fronteira que demarca o *locus* das produções desejanter particulares de cada sujeito.

Assim, qualquer tentativa de homogeneização das formas singulares de gozo dos sujeitos provocaria a própria dissolução da dimensão de sujeito. Os apelos lançados à ciência quanto à promoção de um saber que colme essa falta estrutural de gozo visam, portanto, a anulação do "trágico" que encerra o destino do homem: a castração. Se eternamente a ciência produz seus objetos, cabe ao homem valer-se desses objetos e usá-los como propulsores para suas produções desejanter, abstendo-se de usá-los como objetos de gozo — do pleno.

Somente territorializado no núcleo do inconsciente o sujeito pode vivenciar a desterritorialização. Somente territorializado no labirinto da sua morada — castrado do gozo do pleno — pode, o homem, vivenciar a "mudança de identidade" implicada na desterritorialização.

Nota

1. Lévy explicita que se trata da passagem de uma concepção da *filosofia da substância*, na qual uma substância apenas seria uma concretização ou realização de uma das possibilidades inerentes ao conjunto de suas possíveis formas (de uma possibilidade para uma realidade, como Aristóteles já bem formulava), para uma *filosofia do acontecimento*.

Referências Bibliográficas

DRUMMOND de A., C. (1987). **Corpo, novos poemas**. Rio de Janeiro: Editora Record.

DELEUZE, G. (1966) O Atual e o Virtual, in ALLIEZ, Éric, **Deleuze Filosofia Virtual**. São Paulo: Editora 34.

_____. (1975) **A lógica do Sentido**. São Paulo: Editora Perspectiva.

FREUD, S. (1895) Proyecto de psicología, in **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu editores, vol. II, 1989.

_____. (1900) La interpretación de los sueños, **Op.Cit.**, vol. IV e V.

LACAN, J. (1959-60) **O Seminário livro 7: a ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1988.

_____. (1961-62) **Le Séminaire, livre IX: 1'identification**. Inédito.

_____. (1964) **O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1990.

_____. (1969-70) **O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

LÉVY, P. (1993) **As tecnologias da inteligência**. São Paulo: Editora 34, 2º edição.

_____. (1996) **O que é o Virtual**. São Paulo: Editora 34.

MILLER, J.-A. (1995) Sobre la fuga del sentido, in **Uno por Uno** n°. 42. Revista mundial de psicoanalise, 1995.

Texto recebido em: 12/09/2009

Aprovado em: 22/11/2009

O ENCONTRO DE MARIE DE LA TRINITÉ, UMA MÍSTICA CRISTÃ, COM JACQUES LACAN**THE MEETING OF MARIE DE LA TRINITÉ, A CHRISTIAN MYSTIC, WITH JACQUES LACAN**

Ana Paula Corrêa Sartori

Psicanalista

Doutora em Teoria Psicanalítica – PPGTP/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Membro da Associação Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo

Correspondente da Seção Rio da Escola Brasileira de Psicanálise

apcsartori@uol.com.br

Resenha do livro: TRINITÉ, Marie de la. **Carnets, Les grandes grâces**, tome I, Paris, Éditions du Cerf, 2009, 536 pp.

Neste ano de 2009, as Éditions du Cerf, em Paris, publicou os *Carnets*, de Marie de la Trinité, um livro de 536 páginas, das 3.250 páginas manuscritas por ela, na forma de diários. Estes *Carnets* espirituais se dividem em cinco tomos, dispostos da seguinte maneira: *Les grandes grâces*; *Revêtir le sacerdoce*; *Du sacerdoce à la filiation*; *Le mystère de Paternité*; *En holocauste sur l'autel*.

Marie de la Trinité (1903-1980), nascida Paule de Mulatier, era mística, dominicana, e foi analisada de Lacan durante um período de sua vida.

No primeiro tomo, *As grandes graças*, aborda-se a vida desta mística, suas experiências místicas, denominadas de "graças", e destaca-se sua relação com a psicanálise, em especial, sua análise com o Dr. Jacques Lacan.

Para se compreender melhor a história e a personalidade de Marie de la Trinité, foi feita uma pesquisa de sua correspondência com duas pessoas em especial: com a mãe Saint-Jean, fundadora dos Dominicanos missionários dos campos, e com o padre Antonin Motte, seu confessor, além da minuciosa pesquisa de seus diários.

O itinerário místico-espiritual de Marie "começa no ápice, pela graça misteriosa, para em seguida, precipitar-se na aflição psíquica" (Trinité, 2009, p.14). Esta evolução não é tão comum aos místicos, uma vez que, com a maioria deles, o percurso se inicia nas angústias e aflições e culmina no êxtase místico. Contudo, sua experiência espiritual mostra-se interessante do ponto de vista psicanalítico, não apenas por seu contato com Jacques Lacan, mas também porque esta experiência "se situa na junção da vida espiritual e da vida psíquica e coloca o problema de sua relação" (Trinité, 2009.).

O pai de Marie era industrial e foi cônsul na Bélgica. Sua mãe era dona de casa. Marie é a caçula de cinco filhos. Sua mãe ficou grávida dela após a perda de um bebê. Durante a gravidez de Marie, sua mãe achou que teria

um menino, que se chamaria Paul. Contudo, quando nasceu Marie, ela lhe deu o nome de Paule (por ser o feminino de Paul) Marie Aimée (Amada).

Sua educação foi baseada nos valores cristãos e nas boas maneiras. Ela escreve, em sua autobiografia, que sempre se sentira apartada da família. Até seus sete anos de idade apresentou diversos problemas de saúde, e era muito irritadiça. Queixava-se da falta de um maior contato afetivo com sua mãe, uma vez que, desde muito pequena, tanto ela quanto seus irmãos foram entregues aos cuidados de empregadas domésticas.

Apresentava problemas nos estudos. Desde o início, ainda na alfabetização, mostrava uma "incapacidade de pensar" (Trinité, 2009, p.18). Isto lhe dava muita vergonha. Era uma moça afetuosa, mas arredia. Não se sentia bem com as pessoas, nem com sua família. Sentia-se bem apenas com Deus.

Em sua autobiografia, escrita quando tinha quarenta anos, descreve sua vida, que ela dispõe em três "colunas": "a primeira é dedicada à vida corporal e social, a segunda à vida mental e afetiva, a terceira à vida espiritual – se as duas primeiras enumeram suas perdas, a última se apresenta como a coluna dos ganhos, que contrabalançam com todo o negativo" (Trinité, 2009, p.19).

A puberdade de Marie iniciou-se precocemente, aos dez anos e meio, e isto representou para ela uma "catástrofe" (*Ibid.*). Aos treze anos ela foi para a Itália, como interna do Sacré-Coeur. Distanciou-se de sua família, por vontade própria e pelo desejo de estar junto das religiosas. Ela sente que Deus "se inclina em sua direção" (Trinité, 2009, p.29).

Aos quinze anos, morando na Itália, ela escreve para sua mãe dizendo sobre seu desejo em tornar-se religiosa. Nesta época, seus pais não consentem. Ela queria entrar para o Carmelo, assim como Tereza D'Ávila, mas o padre Périer a encoraja a ir para uma nova fundação dominicana. Mesmo não se identificando com esta congregação, Marie, em função de seu voto de obediência ao seu confessor, no verão de 1929, parte para Champagne-sur-Loue. Nesta comunidade religiosa, ela conhece a madre Marie de Saint-Jean, a fundadora dos Dominicanos missionários dos campos, e, em 11 de agosto, Marie "faz a experiência de uma graça de união ao Pai" (*Id.*, Trinité, 2009, p.21). Enfim, no dia 26 de junho de 1930, Marie entra para a vida religiosa, indo viver na congregação religiosa dos Dominicanos do campo.

Levando uma vida de jejuns e orações, após algum tempo, ela apresenta problemas de saúde, observados principalmente por seu isolamento de todos. Assim, precisa ser internada em Paris, num estado que ela chama de "estado de holocausto": "meditação sobre o mistério e a perfeição da bem-aventurada Virgem Maria e São José" (Trinité, 2009, p. 36).

Seu primeiro psiquiatra a diagnostica como neurótica obsessiva, mas ela não segue o tratamento com ele. Inicia um tratamento com um médico de nome Nodet, que procura tratar sua "penitência alimentar" e a ligação desta com a castidade de Marie. Este tratamento não surte bons resultados, o que a leva a consultar-se com outros psiquiatras em Paris, até que um deles a encaminha para Lacan.

Seu primeiro encontro com Lacan aconteceu em três de abril de 1950. Ela seguirá em análise com ele por três anos, e escreve um diário deste tratamento analítico.

Mas o que faz com ela entre em análise com Lacan? É que “contrariamente aos seus colegas [de Lacan], que consideravam o voto de castidade da religiosa era o ponto nevrálgico do tratamento, Lacan tinha compreendido rapidamente que o nó estava no voto de obediência” (Trinité, 2009, p. 45). Além disso, o psicanalista jamais tentou abolir ou interpretar a escolha pela vida espiritual da mística, conforme relata a própria Marie neste fragmento de uma carta:

Não há grande coisa a dizer do próprio tratamento; senão que, no lugar de me confinar em Freud, como os precedentes doutores, este percorre, continuamente, no curso das sessões, todas as escalas da natureza humana [...]. Eu estou em segurança com ele, pois ele compreende as coisas espirituais e não as elimina como os precedentes, ao contrário (Carta de Marie de la Trinité a madre Sait-Jean, de 29 de novembro de 1950).

Ela apresenta melhoras sensíveis, empreende novos estudos, inclusive, estudos “sobre problemas psíquicos da vida religiosa” (Trinité, 2009, p.47) e estudos de psicologia e psicanálise. No entanto, a relação com Lacan se torna conflituosa e, no verão de 1951, ela procura outro psicanalista. Comunica isto a Lacan por carta, e ele lhe responde, escrevendo:

Minha cara Irmã, vós me escreveis uma carta bem heterogênea. Vós estais livres para todas as vossas iniciativas, ainda que, durante a análise, essas iniciativas sejam mais ou menos contra-indicadas. Eu não me oporei àquela que vós falastes em vossas últimas linhas. Mas eu gostaria de ter uma entrevista *antes*: a mesma entrevista que projetei ter convosco na entrada. Que Deus vos guarde. (Carta de Lacan a Marie de la Trinité, de 21 de setembro de 1951; Trinité, 2009, p. 49).

A relação de Marie com Lacan segue seu curso, assim como outros tratamentos da mística, e, principalmente, sua relação mística com Deus. Isto pode ser lido em seus *Carnets*. Uma leitura imperdível para os psicanalistas, uma vez que Lacan, mais tarde em seu ensino, no *Seminário 20, Mais, ainda*, dirá que, quanto ao tema da mística, não se trata de crer ou não em Deus, mas de crer no gozo da mulher, “no que ele é a mais” ao gozo fálico (Lacan, 1972-73, p.103). E ele diz ainda: “E por que não interpretar uma face do Outro, a face de Deus, como suportada pelo gozo feminino?” (*Ibid.*).

Referência Bibliográfica

Lacan, J. (1972-73). **O Seminário, livro 20: mais, ainda**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1982.

Texto recebido em: 03/07/2009

Aprovado em: 20/07/2009

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

Normas para Publicação de Trabalhos

I. Objetivo

A Revista eletrônica **aSEPHallus** é uma publicação temática, semestral, do Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Ela tem por finalidade publicar artigos originais, nacionais ou estrangeiros, tais como: relatos de pesquisa em psicanálise pura e aplicada, ensaios sobre a formação do psicanalista e do pesquisador em psicanálise, relatos de casos clínicos aprovados pelo comitê de ética da instituição de origem do pesquisador, resenhas e textos relativos à atualidade da teoria, clínica e política de orientação lacaniana.

Todos os manuscritos enviados para publicação devem seguir as normas e critérios de publicação descritos abaixo.

II. Critérios para publicação de contribuições

Os artigos teóricos ou clínicos, bem como ensaios ou resenhas e textos sobre a atualidade deverão ser inéditos e serão apreciados pelo Conselho Editorial, segundo o rigor epistemológico, a pertinência clínica e a relevância política para o ensino da psicanálise na universidade e a formação de psicanalistas. O Conselho poderá fazer uso de consultores *ad hoc* a seu critério. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa de seus artigos em um prazo médio de três meses.

Caso sejam recomendadas modificações no texto, o autor será notificado e encarregado de providenciá-las, devolvendo o trabalho reformulado no prazo máximo de quarenta e cinco dias.

III. Ineditismo do material e direitos autorais

A inclusão de um manuscrito na revista **aSEPHallus** implica a cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação nesta revista, a qual terá exclusividade de publicá-las em primeira mão. O autor continuará, no entanto, a deter os direitos autorais para publicá-lo posteriormente na íntegra ou reproduzi-lo parcialmente.

IV. Envio do material

O autor deverá enviar o trabalho preferencialmente pela Internet para o editor – Tania Coelho dos Santos - pelo seguinte endereço eletrônico: taniacs@openlink.com.br

Ou, ainda, pelo correio convencional, também aos cuidados do editor:

Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de psicologia, UFRJ.

Avenida Pasteur, 250 - Fundos, Urca, Rio de Janeiro-RJ.

CEP: 22.290-902.

No caso de envio pelo correio convencional, deverá vir acompanhado de uma cópia impressa e a mesma versão gravada em CD.

Todos os artigos deverão ser acompanhados de uma carta de encaminhamento, assinada por um dos autores, atestando que o artigo é inédito e que não fere as normas éticas da profissão. Os autores são inteiramente responsáveis pelo conteúdo dos seus artigos publicados.

Os autores serão imediatamente notificados, preferencialmente por e-mail, sobre o recebimento do manuscrito pelo Conselho Editorial.

Orientação para a organização do material:

Folha de rosto identificada – Título em português e título em inglês, compatível com o título em português. Nome do(s) autor(es), seguido de créditos acadêmicos e profissionais. Endereços postal e eletrônico do(s) autor (es), números de telefone/fax.

Folha de rosto sem identificação – Título em português e título em inglês, compatível com o título em português.

Folha de resumo – Todos os originais devem conter uma página com dois resumos de mesmo teor, em português e inglês. Caso o manuscrito seja originário de outro idioma que não esses, deverá conter também o resumo na língua de origem. Os resumos devem apresentar os trabalhos com clareza, identificando seus objetivos, metodologia e conclusões. Devem conter entre 120 e 150 palavras. As palavras-chave, expressões que representam o assunto tratado no trabalho, devem ser de três a cinco, separadas por ponto-e-vírgula, nos idiomas dos resumos.

Texto – O texto deverá começar em nova página e o título do trabalho estar centrado no topo da mesma. As páginas deverão estar numeradas seqüencialmente. Cada subtítulo deverá ser separado do período anterior por um parágrafo apenas. O texto integral poderá ter o tamanho entre 10 e 30 laudas com 25 linhas cada, em letra do tipo Verdana, tamanho 11.

Quando o artigo for um relato de pesquisa, além das páginas de Rosto e Resumos, o texto deverá apresentar ainda Introdução, Metodologia, Resultados, Discussão e Referências. Outros subtítulos poderão ser acrescentados, se necessário. Do mesmo modo, em alguns casos, resultados da pesquisa e a discussão sobre eles poderão ser apresentados juntos, embora não recomendemos esta estratégia como regra geral.

Informe, no texto, a inserção de figuras e tabelas que deverão ser apresentadas em anexo.

Resenhas – Esta seção abrigará resenhas, revisões bibliográficas, resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado, além de outros relatos.

As resenhas não deverão ultrapassar o tamanho de 3 laudas de 25 linhas cada, em letra do tipo Verdana, tamanho 11. Não necessitam vir acompanhadas de resumo e palavras-chave. No entanto, seu título deverá ser traduzido para a língua inglesa. É importante mencionar o título, o autor e todas as referências do livro resenhado, inclusive o número de páginas. No caso de utilização de citações e referências bibliográficas, as normas serão as mesmas usadas para os artigos.

As revisões bibliográficas, os resumos de dissertações de mestrado e de teses de doutorado e os outros tipos de relatos deverão seguir o padrão estabelecido acima para os textos.

Padrão das notas – As notas poderão ser utilizadas em número mínimo, quando forem indispensáveis. Elas serão indicadas por algarismo arábicos no corpo do texto utilizando o modo “sobrescrito” do Word e listadas ao final do texto, antes das Referências Bibliográficas, sob o título “Notas”.

Anexos – Figuras, grafos, desenhos, ilustrações, fórmulas, etc., poderão ser anexadas ao texto. Eles devem ser preparados de forma clara e precisa para a editoração, contendo todos os traços, sinais e barras devidamente dispostos.

V. Citações e referências no corpo do texto

Observe as normas de citação abaixo, dando crédito aos autores e às datas de publicação dos estudos referidos.

Citações

- Literais até 3 linhas: devem ser inseridas no parágrafo entre aspas duplas, sem alterações do tipo de letra, e acompanhadas do nome do autor, ano e página do trabalho de onde foi copiada.

Ex.:

Em 1892, Freud afirma que “transforma-se em trauma psíquico toda impressão que o sistema nervoso tem dificuldades em abolir por meio do pensar associativo ou da reação motora” (Freud, 1892, p. 216).

- Com mais de três linhas: devem ser colocadas em parágrafo diferenciado, alinhadas à direita, com recuo de três centímetros à esquerda, entre aspas duplas, em Verdana, tamanho 10. Também deverão ser acompanhadas do nome do autor, ano e página do trabalho de onde foi copiada.

Ex.:

“O desenvolvimento do eu consiste num afastamento do narcisismo primário e dá margem a uma vigorosa tentativa de recuperação desse estado. Esse afastamento é ocasionado pelo deslocamento da libido em direção a um ideal do eu imposto de fora, sendo a satisfação provocada pela realização desse ideal” (Freud, 1914, p. 117).

- Artigo de mais de um autor:

Artigo com dois autores: cite os dois nomes sempre que o artigo for referido;

Ex: (Miller et Laurent, 1997)

Artigo com três a cinco autores: cite todos na primeira vez em que mencioná-lo; daí em diante use o sobrenome do primeiro autor seguido de *et al.* e da data. No entanto, na seção Referências Bibliográficas, todos os nomes dos autores deverão ser relacionados.

Ex.: (Sarter, Bernston e Cacioppo, 1996) e (Sarter et al, 1996).

Artigo com seis ou mais autores: cite apenas o sobrenome do primeiro autor, seguido de *et alli* e data. Porém, na seção Referências Bibliográficas, todos os nomes dos autores deverão ser relacionados.

- Referência a autor sem citação: deverá ser feita no corpo do texto, mencionando somente o sobrenome do autor, acrescido do ano da obra e da página, se houver.

Ex.: (Freud, 1985), (Freud, 1920, p. 56).

- No caso de textos ou obras cuja edição seja importante, colocar o ano do texto ou da obra seguido do ano da edição utilizada, acrescentando a página, se houver.

Ex.: (Freud, 1914/2004), (Freud, 1914/2004, p. 113).

- No caso de haver coincidência de datas de um texto ou obra, distinguir com letra (Freud, S., 1895a, 1895b...), respeitando a ordem de entrada no artigo.
- No caso de compilação de textos de um mesmo autor em uma obra, colocar o ano do texto seguido do ano da edição da obra utilizada, bem como da página, se houver.

Ex.: (Lacan, [1965] 1996, p. 864).

- Citação secundária: trata-se da citação de um artigo mencionado em outra obra consultada, sem que o original tenha sido utilizado no texto.

Ex.: "Freud (1914, *apud* Eiguer, 1998)...". No entanto, na seção de Referências Bibliográficas, citar apenas a obra consultada (no caso, todas as informações sobre Eiguer, 1998).

VI. Referências Bibliográficas utilizadas

Devem ser colocadas ao final do texto e vir em ordem alfabética, começando pelo último nome do autor em maiúscula, seguido apenas das iniciais do nome ou do nome escrito somente com a primeira letra em maiúscula.

Ex.: FOULCAULT, M.

FREUD, Sigmund.

Referência a Livros – sobrenome do autor em caixa alta, iniciais do primeiro nome seguidas de ponto, ano em que foi escrito ou ano da edição entre parênteses, título em negrito. Cidade: editora, ano da edição (se não foi citado no início).

Ex.: LACAN, Jacques. (1969-70) **O Seminário. Livro XVII: O avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991.

CANGUILHEM, G. (1977). **Ideologia e racionalidade nas ciências da vida**. Lisboa: Edições 70.

Artigo de livro – sobrenome em caixa alta, iniciais do autor, ano da edição entre parênteses, título entre aspas, seguido de vírgula e da palavra In: (sem itálico) e o título do livro em negrito, nome do coordenador/organizador entre parênteses, cidade, editora, ano da edição.

Ex.: COTTET, S. "Efeitos terapêuticos na clínica psicanalítica hoje", in COELHO DOS SANTOS, T. (Org.) **Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada**, Rio de Janeiro: Contracapa, 2005, p.11-40.

No caso de um artigo cuja edição seja importante, colocar o ano do texto ou da obra seguido do ano da edição utilizada.

Ex.:

FREUD, S. (1914/2004). "À guisa de introdução ao narcisismo", In: **Obras completas de Sigmund Freud**. Escritos sobre a psicologia do inconsciente – 1911-1915, Rio de Janeiro: Imago, vol. 1, p.97-131.

Artigo de revistas – sobrenome do autor em caixa alta, iniciais do autor, ano da edição entre parênteses, título entre aspas, nome da revista em negrito, cidade: editora, número, volume (se tiver), ano, páginas (usar "p." para o singular e o plural).

Ex.:

LACAN, J. "Proposição de 9 de outubro de 1967 – primeira versão", **Opção Lacaniana**, São Paulo: Eólia, n. 16, 1996, p.5-12.

Se a revista for paginada por fascículo, incluir o número do fascículo, entre parênteses, sem sublinhar, após o número do volume.

Artigo de revista no prelo – sobrenome do autor em caixa alta, iniciais do autor. No lugar do ano, indicar que o artigo está no prelo. Incluir o nome do periódico em negrito, após o título do artigo. Não mencionar data e número do volume, fascículo ou páginas até que o artigo seja publicado.

Capítulo ou parte de livro – sobrenome em caixa alta, iniciais do nome do autor, ano da edição entre parênteses, título da parte entre aspas, inserir In: seguido do título do livro em negrito, cidade: editora.

Ex.:

LACAN, J. (1946/1996) "Propos sur da causalité psychique", In: **Écrits**. Paris: Seuil.

Trabalho apresentado em congresso, mas não publicado:

Ex.:

FERES-CARNEIRO, T. (1998, dezembro). **A transformação das relações familiares no mundo contemporâneo**. Trabalho apresentado no II Encontro sobre Direito de Família em Discussão, Rio de Janeiro, RJ.

Trabalho apresentado em congresso co resumo publicado em anais:

Ex.:

RUDGE, A.M. (2000) Pressupostos da "nova" crítica à psicanálise. In: Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.), **Psicologia no Brasil: diversidade e desafios, XXX Reunião de Psicologia** (p.27). Brasília: Universidade de Brasília.

Teses ou dissertações não publicadas:

Ex.:

ANTUNES, M.C.C. (2002). **O discurso do analista e o campo da pulsão: da falta de gozo ao gozo com a falta**. Tese de doutorado. Curso de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. RJ.

Obras retiradas de meios eletrônicos (CD-ROM, disquetes, etc.) – sobrenome em caixa alta, iniciais do nome do autor, ano da edição entre parênteses, título da obra em negrito, acrescidos das informações relativas à descrição física do meio eletrônico.

Ex.:

KOOGAN, A.; HOUAISS, A. (ED.) **Enciclopédia e dicionário digital 98**. Direção geral de André Koogan Breikmam. São Paulo: Delta: Estadão, 1998. 5 CD-ROM.

Obras consultadas on line – sobrenome em caixa alta, iniciais do nome do autor, ano da edição entre parênteses (se houver); título da obra em negrito, acrescidos das informações relativas ao endereço eletrônico apresentado entre os sinais <>, precedido da expressão Disponível em: e a data de acesso ao documento precedida da expressão Acesso em:

Ex.:

ALVES, Castro. (2000) **Navio negreiro** [S.I]: Virtual Books. Disponível em <http://www.terra.com.br/virtualbooks/freebook/port/Lport2/navionegreiro.htm>. Acesso em: 10 jan. 2002.

Comunicação pessoal - cite apenas no texto, dando o sobrenome e as iniciais do emissor e data. Não inclua nas referências.

Outros casos – deverão ser citados em conformidade com as normas da ABNT contidas na NBR 10520 e NBR 6023, de 29/09/2002.

VII. Procedimento referente à recepção de um manuscrito

A apreciação inicial estará a cargo do Conselho Editorial. Se estiver de acordo com as normas e for considerado como publicável pela revista **aSEPHallus**, será encaminhado para Consultores *ad hoc*. Estes recomendarão sua aceitação para publicação (eventualmente condicionada a modificações que visam melhorar a clareza e objetividade do texto) ou sua rejeição. Cabe ao Conselho Editorial a decisão final sobre a publicação de um artigo. Esta decisão será comunicada ao autor, bem como a data em que será publicado.

O Conselho Editorial reserva-se o direito de fazer pequenas modificações não substanciais no texto dos autores sempre que isso contribuir para agilizar o processo de submissão ou de publicação dos manuscritos. Os textos poderão sofrer correções gramaticais, adequações estilísticas e editoriais ou, ainda, inserção de notas - Notas de Redação (N.R.) ou Notas do tradutor (N.T.), no caso de textos traduzidos.

Os originais e o disquete e/ou CD enviados pelos autores não serão devolvidos.

VIII. Reformulação do manuscrito e processo para submissão final

Quando os manuscritos forem recomendados para aceitação com modificações, seus autores deverão enviá-lo reformulado para o editor, pela Internet, para o seguinte endereço eletrônico: taniacs@openlink.com.br, acompanhado de um informe sobre as alterações realizadas.

Caso o autor não queira realizar as modificações sugeridas, deve justificar sua decisão. Esta mensagem e o manuscrito reformulado serão encaminhados a um dos Conselheiros Editoriais, juntamente com os pareceres dos consultores *ad hoc* e a versão original do manuscrito para uma avaliação final.

IX. Roteiro para a emissão de parecer Ad Hoc

Título _____ do
trabalho_____

O título é pertinente?

sim não _____ sugestões

O resumo é adequado?

sim não _____ sugestões

As palavras chave são adequadas?

sim não _____ sugestões

A linguagem é clara e sem ambigüidades e jargões?

sim não _____ sugestões

As articulações teórico-clínicas são precisas?

sim não _____ sugestões

A revisão da literatura é suficiente e as referências corretas?

_____ sim _____ não
sugestões_____

A metodologia de investigação é adequada ao objeto?

[] sim [] não
sugestões _____

As conclusões são pertinentes e bem fundamentadas?

[] sim [] não sugestões

O trabalho está de acordo com as normas da nossa publicação?

[] sim [] não

O trabalho é original ou relevante?

[] sim [] não justifique seu parecer

O trabalho deve ser:

[] aceito [] aceito com reformulações [] recusado

Justificativa do parecer

RELATÓRIO DE GESTÃO

- I** – A descrição dos procedimentos de tramitação e arbitragem, bem como as normas de publicação completas encontram-se no link “Instruções aos autores”.
- II** – A linha editorial e a *nominata* dos consultores *ad hoc* utilizados no ano pode ser consultada no link “Corpo editorial”.
- III** – O intervalo médio entre o recebimento, a aprovação e a publicação de um original é de quatro meses.
- IV** – Gestão dos artigos (ref.: Ano IV, números 7 e 8):

ARTIGOS	QUANTIDADE
Submetidos	25
Rejeitados	4
Aceitos	21

V – Distribuição do periódico:

O periódico é gratuito e veiculado eletronicamente através de malas diretas dirigidas a um público específico (alunos de psicologia, psicólogos, psicanalistas e profissionais afins). Temos também uma mala direta especificamente dirigida às bibliotecas das universidades e das instituições psicanalíticas do Brasil.

O periódico não possui sistema de assinaturas ou permutas.